



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

WELLINGTON JHEMERSON COSTA DA CONCEIÇÃO

**“É MELHOR MORRER GRITANDO DO QUE MORRER CALADO NO SILÊNCIO  
DA COVARDIA”: A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE PARAENSE NAS  
PÁGINAS DO JORNAL *O GRITO DA PA 150* – TERRA E LIBERDADE (1980-1987).**

MARABÁ  
2018

WELLINGTON JHEMERSON COSTA DA CONCEIÇÃO

**“É MELHOR MORRER GRITANDO DO QUE MORRER CALADO NO SILÊNCIO  
DA COVARDIA”: A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE PARAENSE NAS  
PÁGINAS DO JORNAL *O GRITO DA PA 150 – TERRA E LIBERDADE* (1980 – 1987)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em  
História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará,  
como requisito parcial à obtenção do diploma de graduação.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Tadeu de Melo Pessôa.

MARABÁ  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho**

---

Conceição, Wellington Jhemerson Costa da

“É melhor morrer gritando do que morrer calado no silêncio da covardia”: a luta pela terra no sudeste paraense nas páginas do Jornal O Grito da PA 150 – Terra e liberdade (1980-1987) / Wellington Jhemerson Costa da Conceição; orientador, Fábio Tadeu de Melo Pessôa. — Marabá: [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Curso de Licenciatura Plena em História, 2018.

1. O Grito da PA 150: terra e liberdade (Jornal) – Marabá (PA). 2. Imprensa alternativa. 3. Ditadura - Pará. 4. Publicações da imprensa alternativa. I. Pessôa, Fábio Tadeu de Melo, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 079.8115

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

WELLINGTON JHEMERSON COSTA DA CONCEIÇÃO

**“É MELHOR MORRER GRITANDO DO QUE MORRER CALADO NO SILÊNCIO  
DA COVARDIA”: A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE PARAENSE NAS  
PÁGINAS DO JORNAL *O GRITO DA PA 150 – TERRA E LIBERDADE* (1980 – 1987)**

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Doutor Fábio Tadeu de Melo Pessoa  
Orientador: Professor titular da Faculdade de História da  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

---

Prof. Doutor José Inaldo Chaves Junior  
Examinador interno: Professor titular da Faculdade de História da Universidade Federal do  
Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA.

---

Prof.<sup>a</sup>. Doutora Idelma Santiago da Silva  
Examinadora externa: Professora Adjunta na Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará/ Instituto de  
Ciências Humanas/ Faculdade de Educação do Campo e no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas  
Territoriais e Sociedade na Amazônia.

---

Prof. Prof. Me. Darlan Rodrigo Sbrana  
Examinador externo: Professor substituto da Faculdade de História da Universidade Federal  
do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Marabá, 25 de Julho de 2018

## DEDICATÓRIA

*Às minhas irmãs, Jeniffer e Jacqueline, aos meus pais, Edna e Adimilson, incentivo e segurança em cada passo desse início de jornada. Ao meu amigo, Fábio pelo apoio e incentivo.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho, espero que seja apenas o inicial, foi fruto, principalmente, do apoio que meus pais, Edna Maria e Adimilson Cavalcanti, bem como das minhas irmãs, Jeniffer Costa e Jacqueline Costa, que me concederam. Como eles bem sabem, o curso em questão foi minha primeira opção, em meio a difícil tarefa que é a escolha de uma profissão. Contribuíram significativamente na logística para minha permanência na graduação e na motivação, diariamente, em meio a tantas incertezas. Muito obrigado, amo vocês.

Agradeço aos três professores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) que marcaram essa minha trajetória. Ao Dr. Janailson Macedo, por nossas conversas ao logo do curso, bem como as trocas de experiências. Sua sensibilidade de ensinar e do jeito humilde de ser me inspira. Agradeço ao professor Dr. José Inaldo Chaves, por suas aulas magníficas, sobretudo de teoria da História, ainda no início da graduação, foi a disciplina que me fez gostar tanto desta arte do saber que é a História. Agradeço também ao Dr. Fábio Tadeu de Melo Pessôa, por sua forma de ensinar, me motivou conhecer um pouco sobre a região, ainda quando fui seu aluno nas disciplinas de História do Sul e Sudeste do Pará, História de Vida e História Social e Econômica da Amazônia. Dessas disciplinas, uma parte foi esta pesquisa que, é importante dizer, tive boas orientações para escrevê-la e finalizá-la. Obrigado pela paciência em relação aos prazos e o respeito diante das minhas limitações. Não esquecendo, é claro, das noites boêmias, elas, como tu mesmo já me disse, são necessárias nesta correria que é a vida.

Agradeço a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá, sobretudo a Iranete e a Rose. Foram sempre prestativas nas visitas que eu realizava desde 2015. Mostraram um pouco da logística da organização dos documentos que se encontram na CPT, bem como o armazenamento das fontes e, por vezes, explicaram o percurso de algumas delas, como foi o caso do jornal *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*.

Por conseguinte, meus agradecimentos ao Rafa Maciel por conseguir um lugar no início de 2014, antes de iniciar o curso, para que eu realizasse minha habilitação e matrícula. Ao meu amigo Rafael Cesar, pelas nossas conversas e noites em meio a boêmia. Contribuíram à minha vida. Ao meu amigo Eduardo Silva, o Dudu, pessoa cativante de ser. Ao Rosinaldo André, por dividir a moradia, as conversas, sonhos e trocas de conhecimentos sobre a Clio. Ao meu amigo Jonildo Souza. Às meninas, Ádila Vital, por nossas intermináveis conversas, Eliza Corrêa, me ajudou muito a realizar os trabalhos da graduação no início do curso, Luciana Vaz, Ruticléia e a Andreza Xavier. Muito Obrigado a todos e todas!

*“O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita – tanto pelos outros quanto por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra. Essa ação mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado. O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado. Portanto, minha primeira resposta à pergunta ‘Que é história?’ é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”.*

*(Edward H. Carr, 1982, p. 53-54)*

## RESUMO

O presente trabalho buscou investigar as lutas políticas e sociais presentes nas páginas do jornal "*O Grito da Pa 150*", que circulou na região sudeste do Pará entre 1980 e 1987. O periódico serviu como um importante instrumento de informação e formação política na luta contra a ditadura militar e no início da redemocratização do país. Incentivou em suas páginas a união dos posseiros, bem como a organização dos sindicatos combativos da região. Sofreu constantemente perseguições e estava sob vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI), por conta do seu conteúdo "subversivo" e na resistência que promovia contra assassinatos de lideranças civis e religiosas, prisões ilegais, bem como em campanhas pela reforma agrária. Utilizou uma linguagem acessível, articulando em muitas passagens recortes bíblicos com o dia a dia do posseiro, somando-se a outros jornais alternativos no país que tinham como traço comum a defesa da democracia e dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** O Grito da Pa 150. Ditadura no Pará. Imprensa Alternativa.

## **ABSTRACT**

The present work aimed to investigate the political and social struggles shown on the pages of the newspaper “O Grito da Pa 150”, which circulated in the southeastern region of Pará between the years of 1980 and 1987. The tabloid served as an important instrument of political information and conformation of the region to the movements against military dictatorship and to the battling trade union organization. The paper was constantly attacked and it was under the National Information Service (SNI) watch, due to its “subversive” content and to its support to the resistance against the murders of civil and religious leaders, illegal prisons, as well as its support to land reform. It made use of an approachable language, articulating many times bible excerpts with the squatter’s daily routine, adding itself to other alternative newspapers in the country that had as common trait the defense of democracy and of the human rights.

**Keywords:** O Grito da Pa 150. Dictatorship in Pará. Alternative Press.

## **SIGLAS UTILIZADAS**

ACB – Ação Católica Brasileira

AP – Ação Popular

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano

FBC – Fundação Brasil Central

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Secundarista Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

TL – Teologia da Libertação

MEB – Movimento de Educação de Base

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PF – Polícia Federal

PM – Polícia Militar

PT – Partido dos Trabalhadores

SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SNI – Serviço Nacional de Informações

SPVEA – Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – TÓPICOS SOBRE A IMPRENSA E A DITADURA MILITAR.</b> .....	19
1.1. Debates historiográficos sobre o golpe de 1964 .....	19
1.2. A Imprensa Comercial na Atuação do Golpe .....	26
1.3. A censura como política de Estado .....	29
1.4. As imprensas alternativas na luta contra a repressão .....	31
1.5. A Amazônia Oriental e a Ditadura Militar em Cena .....	37
1.6. Engajamento Político da Igreja Católica .....	42
<b>CAPÍTULO II – O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE – ENTRE A DENÚNCIA E A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES.</b> .....	48
2.1. “Não nos calarão!” .....	48
2.2. “A luta é contra a ditadura militar” .....	59
2.3. “Pelas liberdades democráticas, pela reforma agrária, por sindicato livre” .....	66
<b>CAPÍTULO III - TRABALHANDO COM PERIÓDICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA.</b> .....	72
3.1. O Jornal como fonte .....	72
3.2. O uso de periódicos no Ensino de História.....	75
3.3. Relatos de experiência.....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	83
<b>ANEXO:</b> .....	88

## INTRODUÇÃO

Pensar o período militar no Brasil, a partir de 1964, é, guardadas as proporções, como adentrar o interior de uma casa conflituosa de um desconhecido, e depois de um certo tempo de convívio em meio a festas, jantares e outras visitas realizadas ocasionalmente, ainda assim não saber as tensões que podem haver no interior familiar, ao menos que o visitante, intrigado com a falsa harmonia social, investigue com cuidado as sinuosidades que perpassa aquele ambiente particular. A ditadura militar, com a ressalva da metáfora, foi mais ou menos isso, uma vez que mesmo que o governo procurasse de todas as formas legitimar a “revolução democrática”, justificando que foi uma forma legal para salvar o país da ameaça comunista, bem como da corrupção e do sindicalismo, quando adentramos nos labirintos do seu governo, podemos vasculhar e encontrar casos de torturas, assassinatos, cerceamentos das liberdades individuais de pensamento e de manifestação, sobretudo, com as diversas pesquisas realizadas por historiadores e cientistas políticos, na importante tarefa de reconstituição desse acontecimento.

Todavia, os militares não chegaram ao poder diretivo como se fossem um ser divino, dotado de todo poder supremo. Quem escreve a história humana, como bem lembrou o historiador Marc Bloch, são os homens no tempo, são eles que a História deseja capturar (BLOCH, 2001). Sendo assim, diversos setores da sociedade brasileira apoiaram a tomada do poder. Para isso, as forças armadas contaram com assistência de parte da hierarquia católica apostólica romana, da quase totalidade da imprensa dita comercial, não esquecendo dos setores empresariais, aterrorizados com qualquer tentativa de uma política que se aproximasse de uma justiça social, caracterizando, portanto, o golpe de 1964 como sendo civil-militar.

Entretanto, as esquerdas brasileiras, se durante um primeiro momento pouco fizeram para impedir o golpe (GOREND, 1987), durante o período das “trevas”, pós AI-5, protagonizaram oposição intransigente aos governos autoritários. Além disso há o importante papel desempenhado pelas *imprensas alternativas* durante todo processo do Estado de exceção, mesmo em meio a censura, elas procuraram formas para burlar, uma vez que desejavam transmitir suas ideias, informações, como também, atuar na formação política de seu público específico. Formaram uma voz de resistência na sociedade de classe, lutaram com afinco pela retomada da democracia e defenderam como puderam a dignidade humana, violada desde o início do assalto ao poder pelos fardados armados, em 31 de março de 1964.

Ainda devemos considerar que, como salientou E. H Carr (1982) que história é interpretação, o debate sobre o período militar gera diversas discussões entre os historiadores,

pois alguns compreendem que a ditadura foi somente militar, outros como civil-militar, e outro ainda, René Armand Dreifuss (1964), enxerga como sendo empresarial-militar. Debate que procuramos apresentar no início do primeiro capítulo deste trabalho. Logo, não há um consenso nas análises que os pesquisadores realizam sobre o período em questão, no entanto, é importante sinalizar as diversas narrativas que o assunto gera para o leitor. Duas questões são evidenciadas pelos estudiosos sobre a temática: a primeira que o golpe foi civil-militar; a segunda, é que o período deve ser estudado para além das efemérides ou ressentimentos, apesar do trauma, enquanto dimensão da memória, ser objeto de estudo dos historiadores (BRESCIANI; NAXARA, 2004).

Muito embora a deflagração da ditadura militar tenha ocorrido no Centro Sul do país, ela não deixou de mostrar suas práticas repressivas na Amazônia Oriental. Para contrapor as propagandas e ordens vigentes dos militares nesta parte do território, surgiu uma série de jornais e boletins que compunham a imprensa alternativa na região, como os jornais *Resistência* – editado pela Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), *Nanico* – editado pelos estudantes de comunicação da UFPA, e *Bandeira 3*, de responsabilidade do jornalista Lúcio Flávio Pinto, todos produzidos em fins da década de 1970. No Sudeste Paraense circulou, entre os municípios da região, o Jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, produzido entre 1980 a 1987. O Jornal, o qual analisei neste período 30 edições<sup>1</sup>, serviu para seu público alvo – agentes pastorais, posseiros, pastoral de juventude e lideranças engajadas nas oposições sindicais – como “um porta voz das causas populares da região como de outras”<sup>2</sup>.

O periódico teve a preocupação de registrar em suas páginas os abusos de poder de autoridades civis e militares largamente praticadas na região. Não estava sozinho na luta no que tange as denúncias, já que foi produzido pela Diocese de Marabá, tendo o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), setores da igreja católica, influenciados pela Teologia da Libertação, que possuíam, vale salientar, a opção preferencial pelos pobres, “expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla (1979)” (LÖWY, 2016, p. 74). Esses setores manifestaram nas páginas do Jornal posições bem definidas contra aqueles abusos. Os religiosos, pela sua posição de destaque, chegaram a relatar na grande imprensa os episódios vivenciados no sudeste paraense e a ineficácia administrativa do Estado na região, fazendo

---

<sup>1</sup>Essa documentação está disponível no Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Marabá. Fiz o levantamento de 30 números, produzidos na seguinte ordem: 12 edições em 1980, 10 edições em 1981, 3 edições em 1983, 2 edições em 1984, 1 edição em 1985, 1986 e 1987. No entanto, vale ressaltar que para SILVA (2016, p. 75-77) foram produzidos 32 números.

<sup>2</sup> TERRA e Liberdade, **O Grito da Pa 150**, Ano I, nº1, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1980, p. 1. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

repercutir na mídia comercial, as denúncias inicialmente publicadas nas páginas de *O Grito da PA 150 – Terra e Liberdade*.

O periódico de protesto foi difundido pela primeira vez no dia 1º de maio de 1980. Defendeu e discutiu formas de combates em suas páginas em campanhas pela sindicalização, reforma agrária, consciência de classe e a redemocratização do país; denunciou prisões ilegais, perseguições, assassinatos de lideranças políticas e indicou ao longo do seu curso as áreas de maiores litígios, bem como as violações dos direitos humanos que foram substancialmente presenciadas na Amazônia, especialmente a partir da década de 1960, quando a região sudeste do Pará foi impactada pelas transformações provocadas pelos projetos de “desenvolvimento” produzidos pelos governos militares, seja através de obras de infra-estrutura – como a rodovia Transamazônica, seja através de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, ou do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado em fevereiro de 1980, com o propósito oficial, guardadas as diferenças, de implementar uma política de desenvolvimento para região. O periódico ainda problematizou os impactos que as ondas migratórias, facilitadas pelas aberturas das estradas como a Belém-Brasília (010), a Transamazônica e da própria PA 150 geraram. Esses acontecimentos contribuíram, como bem sabemos, para os diversos conflitos político-sociais na região na luta pela terra em tempos de repressão política.

O jornal de protesto, impreso em mimeógrafo e de simplicidade estética, trouxe para seu público alvo uma linguagem acessível para a compreensão das informações presente nas páginas do jornal, ao mesmo tempo preocupado com a formação política dos posseiros para que estes tivessem uma *consciência de classe* que os auxiliasse em recorrer na justiça suas reivindicações, além de implementar formas de resistência contra as arbitrariedades que só acabariam, segundo o periódico, através da união dos trabalhadores.

O informativo, como outros jornais alternativos que circularam no período militar, sofreu ação repressiva do Estado. Um caso curioso foi a prisão de Hilton Jansen, mais conhecido como Fogoió, que vendia o informativo da Pa 150, pelo então delegado Padilha de Nova Jacundá. No entanto, a prisão de Fogoió mobilizou a população local e estes foram até a delegacia solicitar a soltura do mesmo, porém, dificultada o diálogo no primeiro momento, a população local procurou até conceder a liberdade ao sujeito pelas próprias mãos. Esse caso nos revela uma característica do jornal, que a união dos trabalhadores era uma peça fundamental para suas reivindicações políticas, econômicas e sociais.

Ademais, a imprensa escrita, vale considerar, enquanto fonte histórica, tem uso recente entre os historiadores. Isso se deve ao tratamento documental que os historiadores do século

XIX, da escola metódica, dita “positivista”, davam à fonte documental (REIS, 2006). Todavia, essa forma de se conceber a História foi repaginada no século XX, pelos historiadores Mach Bloch e Lucien Febvre, na formação da *revista Annales*, em 1929, que posteriormente, se tornou uma escola de pensamento bastante influente. Ela contribuiu à introdução de novas temáticas para o campo da História, a partir do diálogo interdisciplinar com outras ciências, como a geografia humana, antropologia, arqueologia e sociologia, bem como de “documentos orais [...], uma curva de preços, uma fotografia, um filme” (LE GOFF, 1990, p. 28), compondo, além do alargamento da própria fronteira da ciência-histórica, “novos problemas, novas abordagens, novos objetos” (BLOCH, 2001, p. 22).

Além disso, a imprensa pode ser um importante recurso didático-pedagógico que o professor de história pode utilizar em suas aulas, juntamente com os alunos, na compreensão e interpretação das relações sociais presentes na sociedade. Todavia, durante a análise do documento, o docente, como bem argumenta Circe Bittencourt, não pode querer projetar que os alunos sejam uma espécie de pequenos historiadores, dado que “o uso de documento nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico” e crítico dos educandos (BITTENCOURT, 2009, p. 333).

O debate que me propus fazer neste trabalho teve como objetivo discutir o papel da informação e da formação política presente na imprensa alternativa, na luta pela democracia e na organização dos posseiros na década de 1980, em que a luta pela reforma agrária e das organizações das oposições sindicais – especialmente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), assumiu um papel central. Fruto de minha experiência de pesquisa de dois anos como bolsista do PAPIM/Unifesspa, no qual tive a oportunidade de pesquisar o Jornal no Arquivo da CPT, entre 2016 e 2017, como de realizar oficinas sobre o uso de periódicos na Educação Básica. Este trabalho procurou articular os referenciais teóricos e metodológicos da “*História Social*” (CASTRO, 1997), da “*História Oral: velhas questões, novos desafios*” (MORAES, 2012) e “*A Voz do Passado: História Oral*” (THOMPSON, 1992), quando da realização de uma entrevista, que o Padre Paulo, na CPT de Belém do Pará, concedeu a mim, em 2017. Ele foi um dos idealizadores e fundadores do jornal de protesto.

Além disso, fiz o levantamento de dados de algumas fontes do Serviço Nacional de Informações (SNI), ainda quando bolsista, que estão localizadas no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, para compreender, a partir do cruzamento de fontes, como a visão da espionagem entendia as atividades “subversivas” na região do sudeste paraense. O jornal, objeto desta pesquisa, foi entendido como um exemplo de “subversão” pelos militares. Utilizei como referência metodológica as discussões apresentadas no “*Uso e mau uso dos arquivos*”, obra que

contribuiu para “ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas” (BACELLAR, 2008, p. 24).

Além disso, para um melhor entendimento do jornal enquanto fonte e objeto para o trabalho do historiador, utilizei o relevante trabalho de LUCA (2008), “*história dos, nos e por meio dos periódicos*”, em que a historiadora problematizou a importância do jornal à reconstituição dos eventos históricos, do mesmo modo que as práticas educativas suscitadas durante minha graduação em Licenciatura Plena em História da Unifesspa.

Desse modo, o primeiro capítulo buscou apresentar ao leito as principais discussões e interpretações no que se refere ao golpe de Estado em 1964, o papel que os civis desempenharam e a atuação da imprensa comercial para a justificação da deposição de João Goulart. A mesma imprensa que apoiou o golpe, com exceção do jornal *Última hora*, sofreu momentos depois com a censura de parte de seus conteúdos. Os militares buscaram, por meio da censura, mostrar um país que não tinha problemas políticos, econômicos e sociais. Entretanto, esta falsa harmonia social foi largamente denunciada por outro modelo de imprensa. As imprensas alternativas que nasceram nesse período desempenharam a importante função de denunciar a censura, a violação da dignidade humana, bem como de solicitar a volta da democracia; sua atuação política de luta contra a ditadura militar também esteve na mira dos censores, mas isso não impediu sua atuação no período. Ainda assim, mesmo que a deflagração do golpe ocorreu no Centro-Sul, a Amazônia Oriental, especialmente o sudeste do Pará, sofreu com a prática da repressão dos militares a frente do poder executivo. A região foi abalada profundamente com a vinda de muitos sujeitos, sobretudo a partir das construções das estradas, como a transamazônica e da PA 150, bem como com a política de incentivos fiscais à região que, vale considerar, favoreceu o litígio pela terra, gerou traumas e sequelas sociais.

O segundo capítulo buscou estudar o nascimento do jornal *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*, a informação presente nas páginas do periódico, bem como as principais denúncias que o impresso se dedicou ao longo de sua circulação, entre 1980 a 1987. A união, a organização em associações e nas oposições sindicais foi problematizada nas páginas do jornal de forma constante. Ela esteve relacionada com o importante papel de formação política dos posseiros que o jornal se preocupou. Além disso, os trabalhadores tiveram como ajuda espiritual e terrena, presente nas páginas do jornal, o auxílio de religiosos e religiosas. Estes últimos colaboraram na luta pela terra no sudeste paraense juntamente com os lavradores. Além disso, o periódico de protesto se dedicou em proclamar a volta da democracia, esteve em favor da defesa dos direitos humanos e convocava os trabalhadores à lutar contra a repressão praticada por civis e militares na região.

O terceiro capítulo deste trabalho procurou pensar como o jornal se tornou objeto e fonte histórica para o trabalho do Historiador, fruto da repaginação histórica no século XX. Para além disso, procuramos desenvolver como o jornal pode ser um instrumento para o ensino e aprendizagem para o professor pesquisador de história em sala de aula. Logo depois, realizei um relato de experiência sobre a breve experiência em trabalhador com a fonte e objeto desta pesquisa, quando fui bolsista em um projeto de extensão. Finalizo o trabalho relatando sobre um minicurso que realizando na educação básica de ensino sobre *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*.

## CAPÍTULO I – TÓPICOS SOBRE A IMPRENSA E A DITADURA MILITAR.

### 1.1. Debates historiográficos sobre o golpe de 1964

O debate sobre o golpe de Estado em 1964<sup>3</sup>, gera diversas discursões entre os historiadores. É um consenso compreender que o golpe foi civil-militar, mas os anos que prosseguiu gera diversas interpretações, uma vez que para alguns, a ditadura foi das forças armadas, visto que, mesmo que parte da sociedade civil os apoiasse, eles não foram sujeitos sociais a frente do poder diretivo de fato<sup>4</sup>; outros, contudo, percebem que setores da sociedade civil contribuíram não apenas para o golpe que culminou na deposição do presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, como também para a estruturação e manutenção do regime, daí a utilização do termo ditadura civil-militar<sup>5</sup>; há outros ainda que concebem que os eventos de 1964 e seus desdobramentos representam um movimento de caráter essencialmente empresarial-militar.<sup>6</sup> Por conseguinte, para os militares<sup>7</sup>, no entanto, 1964 significou uma ação no qual os militares foram chamados pela sociedade civil brasileira a intervir, de modo a impedir que uma ditadura sindicalista<sup>8</sup>/comunista se implantasse no país, denominando sua

<sup>3</sup> As produções historiográficas são reverberações do contexto no qual os sujeitos estão inseridos, baseado em escolhas temporais e espaciais de acordo com o interesse de análise do pesquisador. Sendo assim, estudar os antecedentes do golpe e, depois dele em curso, apresentam algumas correntes interpretativas. A primeira delas foi uma visão *estruturalista* do processo histórico, predominante na década de 1970, tendo como foco o “tempo longo e médio”. Em linhas gerais, essa corrente compreendeu que a ruptura institucional foi ligada “a problemas atávicos da realidade nacional, com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso da industrialização”; a segunda linha de pensamento, mesclando “horizontes da longa duração com motivações conjunturais”, entendeu o golpe como *preventivo*, pois assim, evitaria as transformações “na estrutura econômica e política do Brasil”, além do “temor de uma revolução social”, temida por conservadores; a terceira análise destaca o viés *conspiratório* (e conjuntural), percebendo que o assalto ao poder foi estruturando por “partidos políticos [principalmente a UDN], setores anticomunistas das forças armadas [...] alguns vinculados à Escola Superior de Guerra, [o setor] empresariado nacional, latifundiários [...], conservadores da igreja católica, capital internacional [...] além de jornais da grande imprensa”; a quarta linha de raciocínio, conta com historiadores do presente século que investigam “documentação inédita, registro de efemérides e da relação da memória com a história”, problematizam a questão do esquecimento sobre estudos referente a pessoa de João Goulart e os motivos sobre os quais da destituição dele do poder. Entre esses autores destacam-se Carlos Fico, Rodrigo Patto e outros (DELGADO, 2012, pp. 175-189).

<sup>4</sup>Ver, por exemplo, FICO, 2004; NAPOLITANO, 2014 e CASTRO, 2008.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, PETIT; CUÉLLAR, 2012; PEREIRA, 2015; REIS, 2000; PESSÔA, 2012 e KUSHNIR, 2001.

<sup>6</sup> DREIFUSS, 1964.

<sup>7</sup>Esses, por sua vez, após os eventos da ditadura militar (1964-1985), tiveram certo receio da memória individual e coletiva sobre aquele período, bem como o ressentimento do revanchismo das esquerdas, pois, segundo eles, não implementaram a “revolução” de Estado sozinhos, mas contaram com amplo apoio da sociedade civil brasileira, como bem salientou o historiador Celso Castro, quando investigou as comemorações da “gloriosa revolução” que os militares realizavam. No entanto, ao longo do tempo, as comemorações foram se tornando cada vez mais enfraquecidas no espaço público, tornando-se, por sua vez, um evento meramente interno para os clubes militares, que foi também desgastado ao passar dos anos (CASTRO, 2008, pp. 119-141).

<sup>8</sup> O temor se sustenta, porquanto que João Goulart, entre os presidentes de 1945 a 1964, foi aquele que “mais abriu espaços políticos para a discussão das propostas do sindicalismo, em especial nos últimos meses de seu governo, em que pareciam fracassar suas tentativas de conciliação com os setores mais à direita” (MATTOS, 2003, p. 46).

atuação não como um golpe, como as análises interpretativas costumam problematizar, mas uma “revolução democrática”, salvando, sendo assim, o país do comunismo. Portanto, os conspiradores concebendo “piamente que Moscou tramava para conquistar o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias ‘naturais’ da sociedade e a liberdade individual” (NAPOLITANO, 2004, p. 47), assaltaram o poder naquele ano. Desse modo, para melhor compreender parte dessa narrativa histórica, atentamos para o processo desde o início.

É importante ressaltar que setores da sociedade civil brasileira foram atores fundamentais à tomada do poder - além da conjuntura internacional que o mundo vivia, especialmente ao que se refere à *Guerra Fria* -, haja vista que importantes setores, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e parte da hierarquia “conservadora” da igreja católica, ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apoiaram a destituição política de João Goulart. Para isso, os religiosos e os leigos foram às ruas, como na “Marcha da Família, com Deus, pela liberdade ocorrida em São Paulo no dia 19 de março, outras tinham sido promovidas em diversas cidades brasileiras” (FICO, 2004, p. 52). O ato promovido por uma ala da Igreja não ocorreu apenas naquele momento, uma vez que, após o golpe, a exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a “Marcha da Vitória” em 1965, em comemoração do movimento cristão-conservador.

A primeira Marcha foi uma espécie de resposta ao Comício da Central do Brasil, realizada no dia 13 de março de 1964, em que “no palanque discursaram representantes de movimentos políticos, sociais, sindicais e estudantis” (FERREIRA, 2009, p. 173), em razão de que Goulart, naquele evento democrático, defendeu as reformas de bases<sup>9</sup>, entre os discursos, houve o debate da reforma agrária que, no entanto, acabou deixando conservadores, como os proprietários rurais, em certo estado de inquietação. Além daquelas reformas, havia outro componente no jogo internacional e muito presente no Brasil que vai moldando o golpe, isto é, a paranoia do anticomunismo, bem como do temor da instauração de “uma república sindicalista no Brasil” que seria o antecessor daquela ameaça vermelha (FICO, 2004, p. 76).

Outro setor importante para as tramas que foram sendo moldadas antes do golpe de Estado foi o setor empresarial, dado que, duas associações contribuíram para o desequilíbrio do

---

<sup>9</sup>Para Carlos Fico, essas reformas eram sobremaneira indefinidas. Segundo o autor, elas eram metas que, de certa maneira, dialogavam com o ideário estabelecido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no decorrer, ainda, dos anos de 1950. Todavia, no governo de Jango, as reformas de bases tiveram um sentido “menos revolucionário e mais nacionalista. Eram vagas, serviam mais ao proselitismo político” (FICO, 2014, p. 37). Marcos Napolitano compreende que essas reformas, mais do que um *projeto* político, eram uma *agenda*. Não se tratava de uma plataforma política de fato que abarcaria a “inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política” Seja como for, ela polarizou a arena social entre 1963 a 1964 das direitas brasileiras (NAPOLITANO, 2014, p. 19).

governo de Goulart. Dessa maneira, é pertinente lembrar do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), entrando em atividade de fato, em 1962. Corroborou em campanhas contra o presidente, além disso, associou sua representação política ao comunismo. É interessante destacar que muitos sujeitos que ocupavam cargos no Ipes, passaram, posteriormente, no governo de Castelo Branco (1964-1967), a ocupar funções na burocracia do Estado autoritário, entre eles um é bastante conhecido ao longo do estado de exceção: o general Golbery do Couto Silva, “que criaria o Serviço Nacional de Informações (SNI)”<sup>10</sup>, em 13 de junho de 1964. À vista disso, essa “organização que reunia lideranças civis e militares”, desempenhou um “importante papel na vitória do golpe” (REIS, 2000, p. 35). Nesse mesmo cenário conjuntural destacou-se a segunda associação empresarial contra João Goulart, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), criado ainda em 1959. Assim como a Ipes, esse órgão tinha uma característica peculiar: a defesa do anticomunismo. A Ibad teve importante ação política de repasse de verbas à campanha de candidatos em 1962, pois naquele ano haveria eleição no país e muitos investidores nacionais com o apoio financeiro da CIA<sup>11</sup>, patrocinaram entre 1961 e 1964, campanhas contra o sucessor de Jânio Quadros<sup>12</sup>, neste caso, Goulart (FICO, 2004).

Uma questão é certa, diferente dos sujeitos que estavam na conjuntura temporal dos anos de 1960, eles e elas não tinham como prever o futuro. Hoje, com o recuo temporal e o privilégio que temos de estar a frente desse processo social, compreendemos os desdobramentos antes, durante e após golpe. Sendo assim, é importante salientar que tanto o IPES quanto IBAD eram órgãos de caráter secreto<sup>13</sup>, tinham como tarefa fundamental contribuir com a esfera militar, posto que desejavam “fazer das forças Armadas um instrumento e liderar um movimento civil-miliar”, sustentado em uma dada “infraestrutura de oficiais da ESG, que se colocava no centro da campanha político-militar contra J. Goulart” (DREIFUSS, 1964, pp. 361-368).

---

<sup>10</sup>Órgão criado em 13 de junho de 1964 pela lei nº 4.341, tinha como finalidade coordenar em nível nacional as atividades relacionadas às informações e do interesse das questões que poderiam comprometer a segurança nacional. Ainda sobre o general, ele “não era simplesmente o chefe nacional do setor encarregado da preparação estratégica do IPES, para o qual havia sido contratado pelos empresários em fins de 1961. Ele desempenhava também um papel central na campanha militar para a deposição de João Goulart como coordenador da articulação” (DREIFUSS, 1964, 363).

<sup>11</sup> Ambas as organizações eram financiadas por aquele órgão. Contaram com diversos grupos para o golpe, tais como “grandes empresários, representantes do capital multinacional, setores da classe média, sindicalistas anticomunistas e lideranças militares conservadoras” (NAPOLITANO, 2004, p. 48).

<sup>12</sup>Durante seu pouco período de governo, conviveu com algumas crises, tais como a “inflação ascendente, dívidas externas a pagar, balança comercial deficitária, dificuldade de importação”, entre outros (GORENDER, 1987, p.18).

<sup>13</sup>Dreifuss relata que alguns oficiais do exército ocupavam posições de destaque na administração do governo de João Goulart, entretanto, não havia a suspeita de que parte dos oficiais tinham relações com IPES/IBAD, tampouco ligações com o golpe em 1964 (DREIFUSS, 1964).

Como se percebe até o momento, a atuação da sociedade civil foi se configurando como peças de um tabuleiro, em que de um lado estava parte dos conservadores civis organizados, bem como alas das forças armadas<sup>14</sup> incomodadas com João Goulart, desde que assumiu a administração do país em 1961, pelo então Partido Trabalhista Brasileiro, quando então, Jânio Quadros, eleito pela União Democrática Nacional, presidente àquela altura, renunciara em 25 de agosto de 1961, sete meses após ser empossado do cargo. Seu vice, Goulart, estava na China em visita diplomática quando tudo ocorreu.

João Goulart, com apoio do movimento pela legalidade, acabou assumido a direção do país, mas tinha severas oposições no que se refere às suas tentativas de reformas na política, na economia e nas questões sociais, dado que deixou a direita sob alerta. Esta, no que diz respeito, era essencialmente antirreformista e tem resistência, historicamente, em promover ou aceitar as justiça sociais, uma vez que a manutenção do *status quo* é a base de sustentação das suas regalias e da permanência na política. Era temido, como salienta Daniel Aarão Reis, “um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira”, que poderia ameaçar os privilégios do setor conservador e “atingir suas posições, rebaixando-as” (REIS, 2000, p. 27). É por essas e outras que o movimento subversivo vai sendo desenhado para a deposição de João Goulart e interromper, como de costume, a recente história democrática do país.

Nessa linha de raciocínio, outro agente político colaborou, em amplo sentido, com os eventos de 1964, tendo como aparelhamento as demandas reacionárias da sociedade brasileira, mas não esquecendo seus interesses particulares. Neste caso, foi nada mais quem os Estados Unidos da América (EUA). Não obstante, mesmo que os norte-americanos dessem apoio à deflagração do golpe, segundo Carlos Fico, “quem iniciou foi o general Olympio Mourão Filho, conspirador de longa trajetória”<sup>15</sup> (FICO, 2004, p. 71), ele era naquele momento o “Comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora (Minas Gerais)” que “ordenou às tropas sob seu comando se dirigir ao Rio de Janeiro para exigir a renúncia do presidente João Goulart” (PETIT,

---

<sup>14</sup>Segundo Napolitano, “até 1964, as Forças Armadas estavam divididas”. Dentro da sua hierarquia havia segmentos conservadores, sobretudo da alta oficialidade. Havia também um grupo seletivo que tinha, ideologicamente, afinidades ao projeto nacionalista das esquerdas, aproximando do trabalhismo. Mas havia “alguns poucos oficiais comunistas”, entre eles, destaca-se, Brizola (NAPOLITANO, 2004, p. 50).

<sup>15</sup> Este, por sinal, não é um nome qualquer sobre o episódio de 1964. Foi o mesmo agente responsável pelo “Plano Cohen” em 1937, que em linhas gerais, relatava o plano dos comunistas à tomada do poder, atribuído a responsabilidade para Internacional Comunista. Hoje, como se sabe, esse plano dissimulado contribuiu para a ditadura do Estado Novo Vargas iniciada naquele mesmo ano, com término em 1945. (FICO, 2004, p. 71).

PEREIRA; PESSÔA, 2014 p. 338). Entretanto, um movimento não altamente estruturado e organizado, uma vez que havia certa improvisação em seus atos<sup>16</sup>.

É importante considerar que o apoio norte-americano nas ditaduras latino-americanas não se deu pelos eventos da Revolução Cubana em 1959 em si, quando este país, localizado no mar do caribe, era governado por Fulgêncio Batista, mas pela “implantação do regime socialista em Cuba, que se formalizou em abril de 1961”<sup>17</sup>. Conseqüentemente, não se pode subestimar, à luz dessa configuração geopolítica que “toda a questão cubana traria enormes conseqüências para a América Latina”<sup>18</sup> (FICO, 2008 p.58). Tendo em vista isso, o governo norte-americano planejou estratégias para eleger algum representante da direita no poder executivo, como o fez em apoiar financeiramente campanhas para derrotar João Goulart em 1962, como relatado em momentos anteriores. Não obstante, nada disso impediu a vitória de Goulart na eleição realizado em 1963, causando, tanto pelo governo norte-americano, como por parte de outros setores da sociedade brasileira estranhamentos perante o processo de permanência dele no poder executivo.

Não encontrando canais efetivos para conquistar a direção do Estado democraticamente, a vitória de João Goulart no maior país do Cone Sul causou intranquilidades no governo dos Estados Unidos, mas o alvoroço todo se deu antes mesmo da posse em 1963 do presidente brasileiro. Nessa lógica, Kennedy, presidente dos Estados Unidos naquele momento e com a ajuda do embaixo norte-americano, Lincoln Gordon, situado no Brasil, decretou o conhecido “plano de contingência” que, vale ressaltar, “não foi feito às pressas, às vésperas do golpe” (FICO, 2008, p. 68). O presente plano trabalhou minuciosamente “com cenários para possíveis desdobramentos da crise brasileira”, mas que também “apresentasse alternativas de ação para que o governo dos EUA defendesse seus interesses” (FICO, 2008, p. 78). Esse documento foi o alicerce utilizado da famigerada operação *Brother Sam* que ajudaria o Brasil em suplementos em caso de uma guerra civil. A operação, a propósito, era conhecida por parte

---

<sup>16</sup>Como argumenta Carlos Fico, quando se refere à “reação de generais como Costa e Silva e Castelo Branco, que avaliaram como imprudente” aquele ato. Estavam também esperando alguma resistência de João Goulart, contudo não houve qualquer ação por parte deste. *Ibidem*, p. 74.

<sup>17</sup> Vale ressaltar que por essa adesão, o governo norte-americano em 1964 recomendou aos países latino-americanos que não deveriam realizar quaisquer negociações econômicas com Cuba. O Brasil, por sinal, um mês após o golpe, aderiu ao acordo (FICO, 2008, p. 58).

<sup>18</sup> Vale ressaltar que após os eventos da Revolução Cubana mencionado anteriormente, os Estados Unidos não aceitariam uma “nova Cuba” no maior país do Cone Sul. Assim sendo, realizaram diversas estratégias para atuar no Brasil como no fortalecimento militar na região, na política de ajuda financeira e da imagem do próprio país. No governo norte-americano de Kennedy (1961-1963) essas questões se tornaram mais fortes na concepção da contra-insurgência e, em 13 de março de 1961, foi criado a Aliança para o progresso que era um programa de ajudar financeira, pois entendiam que a pobreza fosse “uma semente para a revolução violenta”, que chegou a ser implantado no Brasil ainda no governo de Jânio Quadros, todavia com seu caráter ideológico, tinha como principal tarefa combater o comunismo, além de ser significar um despreparo administrativo norte-americano na região. *Ibidem*, (p. 53-65 e 24-30).

dos militares brasileiros, muito embora eles negassem aquele planejamento por algum tempo. Por conseguinte, mesmo que a operação fosse enviada, não foi necessário utilizá-la.

Continuando a metáfora do tabuleiro, do outro lado dele estava João Goulart que “para prevalecer no quadro que radicalizava [...] precisaria golpear o congresso, intervir nos governos de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, expurgar uma parte da oficialidade das forças armadas” e “censurar a imprensa” (GASPARI, 2014, p. 85). A tarefa como se verifica não seria tão fácil, pois “a desestabilização foi muito organizada”, por parte de uma classe social reacionária brasileira. Desse modo, “a conspiração pela sua derrubada, pode-se afirmar com segurança, começou em 1963” (FICO, 2004, p.31).

O golpe se concretizou sem nenhuma resistência por parte de Goulart ou mesmo das esquerdas brasileiras<sup>19</sup>, porém ele foi estratégico, em certo ponto, por conta que, se houvesse certa resistência por parte dele, “poderia levar os Estados Unidos da América a desembarcar tropas no Brasil, instaurando uma situação desconcertante e de consequências imprevisíveis” (FICO, 2004, p. 93). Portanto, o que se pode compreender sobre a polarização de 1964 é que, “foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país” (NAPOLITANO, 2014, p. 12). Esse acontecimento teve, como duração, vinte e um ano de arbítrio político, para uma parte da sociedade, quando o primeiro presidente civil, José Sarney, foi empossado ao cargo da presidência da república em 1985.

Após o golpe, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu – com reconhecimento dos Estados Unidos da América -, o poder executivo por alguns dias, quando então, o militar Castelo Branco o substituiu em 15 de abril de 1964. Logo, se as redes de relações situadas numa conjuntura polarizada contribuíram para o golpe civil-militar em 1964, após a posse do primeiro general, concordamos com a literatura que compreende que a direção do Estado foi governada pelas forças armadas. Não significa que não havia civis no apoio ainda, mas as tomadas de decisões partiam de Brasília de forma autoritária, quando necessária para falsear uma harmonia social.

---

<sup>19</sup>Segundo Jacob Gorender, entre 1946 a 1964, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o principal motor da esquerda de inspiração marxista. Teve boa representatividade política no setor estudantil, combativo no meio dos operários, na oposição ao imperialismo e “contava com ramificações no meio camponês” de atuação (GORENDER, 1987, p. 20). Podemos inferir que, embora com representações em alguns setores, pouco fez, de fato, para tentar impedir o golpe; talvez não poderiam ter feito.

Com a ditadura posta, ela inaugurou, a partir de então, a violência, seja pela implantação do Ato Institucional número I (AI-I)<sup>20</sup> quanto do AI-II<sup>21</sup> ou mesmo, em 1968, do AI-V<sup>22</sup>, mais também a repressão política<sup>23</sup>. Uma questão é certa desse processo, o golpe apoiado pela sociedade civil não previu a instauração de uma ditadura por anos sob a égide dos militares<sup>24</sup>, entretanto, como bem lembrou o historiador Celso Castro que “é muito fácil, em hoje em dia, demonizar os militares, como se tivessem sido os únicos responsáveis por 1964 - mas isso também é, do ponto de vista histórico, completamente errado” (CASTRO, 2008, p. 139). Deste modo, é de grande relevância importância perceber que, como argumenta Marcos Napolitano, “o golpe foi muito mais que uma mera rebelião militar”, já que “ele envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia”, numa arrancada desesperada, “unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores” (NAPOLITANO, 2014, p. 43).

---

<sup>20</sup> Alguns dias após o golpe, o Comando Supremo da Revolução, como assim se auto-intitulava, funda aquele ato que “instaurou o estado de exceção no país”, visto que “começou a decretar a cassação de mandatos eletivos, a suspensão de direitos políticos, por dez anos, além de aposentadorias de civis e reformas de militares”, bem como a “censura a publicações e intimidações de toda ordem” (REIS, 2000, p. 35). Porém, essas medidas realizadas pela junta militar foram justificadas em defesa não de vantagens de um grupo específico, mas em nome do interesse da nação brasileira, da sua segurança nacional.

<sup>21</sup> Esse ato representa, para Marcos Napolitano “o fim da lua de mel entre os militares no poder e os políticos conservadores”. Com o ato, o governo poderia decretar o Estado de sítio, “fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores”, além de intervir nos estados, “cassar deputados e suspender os direitos dos cidadãos por dez anos” (NAPOLITANO, 2004, p. 74).

<sup>22</sup> Ele foi editado por Costa e Silva, presidente na época, “em meio ao rumoroso caso de deputado Márcio Moreira Alves”. Este, por sua vez, realizou um discurso na câmara, solicitando à população “boicotar a parada militar comemorativa da independência e sugerir às mulheres brasileiras que não namorassem militares envolvidos na repressão”. Tal ato, entretanto, não ecoou na grande imprensa, mas “serviu aos setores interessados no recrudescimento da repressão [...] pois consideraram o discurso um grave ultraje às forças armadas”. Os militares solicitaram o julgamento, mas o congresso negou, algumas horas depois foi decretado o ato (AQUINO, 1999, p. 206); Sobre esse ato institucional, ele não foi uma resposta sobre as ações de setores da esquerda entre 1960 a 1970. O que deve ser compreendido desse processo todo, é que o ato foi “o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior”. (FICO, 2004, p. 34).

<sup>23</sup> Para o historiador Carlos Fico, deve-se fazer uma distinção entre violência e repressão política, haja vista que: a violência foi praticada e vivenciada desde os primeiros passos da ditadura militar, no entanto, a partir da decretação do Ato Institucional nº V (AI-V) em 1968, a ditadura organizou um verdadeiro instrumento de repressão política. Por isso, segundo o autor, alguns historiadores compreendem que a ditadura militar começou de fato em 1968, não em 1964 (FICO, 2016, p. 62).

<sup>24</sup> Não há um consenso sobre o fim das forças armadas no poder. Para alguns historiadores e outros pesquisadores das ciências humanas, o período encerra-se em 1985. No entanto, para o historiador Daniel Aarão Reis, seu declínio incidiu em 1979, quando então “deixou de existir o estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais”. Além disso, o ano em destaque é marcado pelo processo de abertura política de forma *lenta, gradual e restrita*, no entanto, não significa que os atos repressivos pararam no tempo e no espaço, quando implementada pelo governo de Ernesto Geisel. Mas o que se viu “daí em diante [foi] um período de transição, até 1988, quando a aprovação de uma nova Constituição restabeleceu as condições de um pleno estado de direito em nosso país” (REIS, 2000, p. 11).

Em vista disso, para compreender outro segmento que ajudou no golpe e influenciou na tomada de poder no início dos anos 60, é compreensível constatar o papel que a grande imprensa teve nesse processo. Uma coisa é certa, ela, assim como outros grupos do país naquele momento, justificou o movimento iniciado em 1963 para “salvar o país da *subversão* e do *comunismo*, da *corrupção* e do *populismo*” (REIS, 2000, p. 33).

## 1.2. A Imprensa Comercial na Atuação do Golpe

É curioso notar que “até os anos 50, eram o rádio e a imprensa escrita que detinham o monopólio da informação”, a maioria dos jornais concentrava-se nos eixos do Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que “os incipientes sistemas de telecomunicações, as deficiências dos correios e as precárias condições das redes e meios de transportes eram fatores que impediam a expansão rápida da comunicação por todo território nacional” (ABREU, 2002, p. 9). É justamente naqueles dois núcleos sóciogeográficos que mais tarde muitos atos contra o presidente João Goulart aconteceram - mas não apenas neles -, e as imprensas hegemônicas desses dois lugares tiveram uma importante prestação de serviço para o cerceamento das liberdades individuais, porém acabaram sofrendo por essas medidas, sobretudo, a partir de 1968, com a instauração do AI-5, já que refletiu na censura previa de muitos dos seus conteúdos (voltaremos a esse assunto mais adiante).

A imprensa foi imprescindível na contribuição, no imaginário coletivo da população, nas pressões e justificativas para a deposição de Goulart. O periódico em destaque “manteve-se cumprindo seu papel de quarto poder, mobilizando decisivamente os destinos do país” (MARTINS; LUCA, 2018, p. 12). A *grande imprensa* ou também conhecida por *imprensa comercial* ou mesmo *convencional*<sup>25</sup>, que ao longo do “último quartel do século XIX e o início” do XX, passou por profundas transformações em sua dinâmica interna, tanto na diagramação quanto em relação ao seu conteúdo, “graças à incorporação dos avanços técnicos [...], marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica”, como no caso das “funções de proprietário, redator, editor gerente e impressor, que antes, não raro, concentravam-se num único indivíduo, separaram-se e especializaram-se” (LUCA, 2018, pp. 149-150).

---

<sup>25</sup>Para Tania Regina de Luca, embora o uso do termo seja bastante conhecido, sua designação é um tanto complexa, uma vez que adquiri valores e sentidos em momentos históricos no qual é utilizado sua expressão. Não obstante, de forma genérica, a autora compreende a conceituação a partir do “conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2018 p. 149).

O espaço social e cultural que ela está inserida é em um modelo de Estado contraditório em sua essência, dividido em classes sociais que, de forma geral, são antagônicas. O Estado é, “portanto, contrárias a mudanças sociais radicais” (MOTTA, 2013, p. 66). Isso deve ser levado em consideração quando procurarmos compreender os meandros de 1964, pois “a luta pelas ‘reformas’, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado” (NAPOLITANO, 2004, p. 45).

Deve salientar ainda que a imprensa é um setor que possui uma atividade política, econômica, social e cultural um tanto complexa, porquanto não é apenas um impulsionador à formação de opinião, pois sofre pressão do seu leitor, é pressionada pelas demandas postas no cotidiano. Ela convive, em certo sentido, sob a “influência do Estado, seja de ordem financeira, na forma de vantagens ou publicidade oficial, seja pela ameaça de ações coercitivas”, do mesmo modo que “também sofre a influência do público, da sua clientela” (MOTTA, 2013, p. 66). No caso em cena, proprietários dos jornais, identificados com o partido do golpe, a UDN, se juntaram com outros segmentos (àqueles relatado no primeiro tópico deste capítulo) para não abalar as estruturas que lhes favorecia, bem como amparados pela “opinião publicada”<sup>26</sup>.

A clientela em destaque é a sociedade civil – como religiosos, empresários e militares -, que pediam com rigor a destituição de João Goulart que, como bem sabemos, “salvaram” o país da ameaça vermelha. Não se pode esquecer que setores da esquerda brasileira faziam apropriações dos conteúdos dos jornais, porém, de forma crítica perante as suas ideologias, pois embora o jornal tenha um público alvo mais específico, se assim posso dizer, o recebimento dos seus conteúdos não se dá em um sentido unilateral, mas é apropriado por aqueles que leem as notícias de diversas formas, gerando, nesse sentido, interpretações e reações que, ressalvadas as prioridades do momento histórico, podem gerar acomodações sociais, como também inquietação do espectro político, à esquerda quanto da direita.

---

<sup>26</sup>Marcos Napolitano relata que essa opinião “não era necessariamente a opinião pública majoritária”. Sua justificativa é que as vésperas do golpe, em março de 1964, Goulart tinha um bom percentual de aprovação “na opinião pública das grandes cidades brasileiras, com 45% de ‘ótimo’ e ‘bom’ na avaliação de governo, e 49% das intenções de voto para 1965”. O que nos chama atenção é que “59% eram a favor” das reformas de base, tão combatidas pela direita. À vista disso, se houvesse novas eleições, provavelmente Goulart fosse um candidato bastante forte politicamente (NAPOLITANO, 2004, p. 46).

É nessa conjuntura que jornais da imprensa convencional<sup>27</sup> “cindida entre a devoção à liberdade e o amor a ordem”, como *O Estado de São Paulo (OESP)*<sup>28</sup>, da família Mesquita, *O Globo*, da família Roberto Marinho, e *Folha de São Paulo (FSP)*, defenderam a “revolução democrática”, gerando ao longo do tempo, profundas convulsões nas liberdades individuais de muitos sujeitos civis, mas também dos próprios editoriais das imprensas comerciais no curso do governo militar (MOTTA, 2013, p.67). Esses jornais convencionais de feição conservadora:

Mesmo abraçando doutrinas liberais, o que implicava em defesa da liberdade de expressão, liberdade de reunião e de eleições regulares (de preferência, sem a presença de partidos de esquerda), muitos dos nossos liberais abrigados no jornalismo corporativo não hesitavam em aplaudir golpes de Estado e soluções autoritárias em momentos de “ameaça à ordem social” (NAPOLITANO, p. 347, 2017).

Portanto, a grande imprensa, funcionando como uma espécie de “quarto poder”, mas que também sofria influências por meio de pressões realizadas pela sociedade, como mencionado anteriormente, aceitou “a centralização do poder nas mãos dos militares como única alternativa para impedir a ‘subversão’, ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país”, cooperando, sendo assim, para uma marca do Estado-Nação brasileiro, isto é, o desprezo pelo Estado de direito, afim de salvaguardar seus interesses políticos, econômicos e sociais (ABREU, 2002, p. 13).

Outros jornais como o *Jornal do Brasil (JB)* e *Correio da Manhã (CM)* foram também a favor do golpe. Este último, por sinal, jornal de grande prestígio da cidade do Rio de Janeiro, identificado com o pensamento liberal e da classe média, estampou em suas páginas “nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964 os editoriais ‘Basta!’ e ‘Fora’, dirigidos a João Goulart, relatando, no dia 1º de Abril o seguinte: “A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Não resta outra saída do Sr. João Goulart senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: saia” (ABREU, 2002, p. 14).

Outro exemplo da participação no golpe de 1964 pode ser visto no editorial do *Jornal do Brasil*, que vale lembrar, “foi mais contundente em sua oposição, e rechaçou de imediato toda e qualquer possibilidade de reforma” de base (CHAMAS, 2012, p. 33). Publicou, na sua

---

<sup>27</sup>Entre os jornais que foram contra a instauração da ditadura e continuou ao lado do trabalhismo foi o *Última Hora*, que aliás “apoio as reformas de base e as reivindicações dos sindicatos e dos movimentos de esquerda” (ABREU, 2002, p. 14).

<sup>28</sup>Para saber, por exemplo, como o jornal se comportou na Nova República sobre a memória da ditadura militar, o historiador Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme buscou reconstituir em seu trabalho o papel que essa imprensa comercial teve, bem como seu discurso político sobre 1964 (GUILHERME, 2017, p. 566).

edição em 13 de setembro de 1963, o editorial que tinha como título “Basta”, com a seguinte manifestação:

Antes que cheguemos à Revolução, digamos um BASTA! Digamos enquanto existem organizadas, coesas e disciplinadas Forças Armadas brasileiras e democráticas, para sustentar pela presença de suas armas o próprio BASTA! Chegou o momento – e agora mais do que antes com a revolta dos sargentos... – de pôr termo no seio do próprio governo à existência de duas políticas: uma legal, sem eficiência e resultado administrativo democrático, e outra ilegal, visivelmente subversiva, montada nesse apêndice ilegal do governo, chamado Comando Geral dos Trabalhadores – CGT [...]. Registramos o óbito da falsa política de conciliação de classes por sortilégios e bruxarias do presidente da República [...] a paciência nacional tem limites. Ela saberá preservar sempre, nos momentos oportunos e pelos meios constitucionais a Ordem. A bandeira da legal idade hoje, se confunde com a bandeira da Ordem. Com nenhuma outra, fique isso bem claro. Os que estão se solidarizando hoje com os sublevados em Brasília estão do outro lado da barricada (NAPOLITANO, 2004, p. 45).

Como bem destacado na citação acima, a imprensa comercial propagandeou a matéria para justificar, explicitamente, a expulsão de João Goulart do poder, utilizando, se necessário, até da força brutal das armas. Todos aqueles que poderiam estar em desconforto desse pensamento, estariam, desse modo, “do outro lado da barricada”. A imprensa hegemônica passou a ser peça-chave de informação e formação da opinião pública contra Goulart, haja vista que “elaborou o discurso e a palavra de ordem” (NAPOLITANO, 2004, p. 49).

Contudo, vozes discordantes resistiram, seja no campo ou na cidade. Entre elas, podemos destacar os *jornais alternativos* da época como um importante instrumento catalizador da resistência democrática, bem como na forma de atuação em dois planos: a da informação ao que se passava durante o período, bastante vigiadas pelos censores, mas atuando na formação política do seu público militante.

### 1.3. A censura como política de Estado

Como analisado até o momento, já compreendemos que parte dos setores sociais que compõem as redes da sociedade se solidarizaram em apoio à chegada dos militares ao poder em 1964. Contudo, deve-se frisar que a imprensa comercial, como importante campo político em sustentação daquele apoio, sofreu mais tarde pela repressão dos militares, em discordância das liberdades de manifestação de seus conteúdos, baseada na Doutrina de Segurança Nacional. Podemos considerar que, entre 1964 e parte de 1968, a censura não dava sinais de rigidez, mas isso não significa que não havia tal prática (SAMWAYS, 2008).

Como pontuou a historiadora Beatriz Kushnir sobre o jornal alternativo *Pif Paf*, por exemplo, visto que parou de publicar, forçadamente, “meses depois do golpe civil-militar”,

voltando só a circular alguns anos depois, ratificando, desse modo, que a censura começou desde o início (KUSHNIR, 2001, pp. 19-20). Segundo a historiadora Maria Aparecida de Aquino, “o marco de uma censura política lentamente institucionalizada é estabelecido a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5” (AQUINO, 1999, p. 206).

O Jornal *Estadão*, uma das imprensas que apoiou a “revolução de 31 de março”, acabou convivendo na sua dinâmica interna com a censura previa no decorrer de cinco anos. Contudo, para mostrar ao leitor que parte do seu conteúdo estava incompleto, os donos do impresso utilizaram uma tática, preenchiam “o espaço censurado não com outras matérias”, mas com “poemas e receitas”, a fim de “denunciar ao público leitor que o periódico estava sob censura” (KUSHNIR, 2001, p. 38).

Formas como essa de denunciar ao seu público alvo de forma implícita os acontecimentos do período, publicando “receitas culinárias absurdas ou poemas”, também foi o caso do *O Estado de S. Paulo*. Outras imprensas ainda “deixavam os espaços em branco ou os preenchiam com figuras de demônios, como fez a *Veja*”. Ainda houve os casos da invasão de jornais e prisões pela força militar, como na cidade do Rio de Janeiro, quando “o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* tiveram seus diretores e vários de seus jornalistas presos” (ABREU, 2002, p. 15).

A partir de 1968, a censura tornou-se mais rigorosa e sistemática. As imprensas, tanto a comercial quanto as alternativas, passaram, à vista disso, a conviver com a censura prévia de boa parte de seus conteúdos, numa ação política que “seria um dos pilares da repressão, no sentido de que buscava impedir que qualquer crítica ao governo fosse publicada”, devido que, as forças armadas, desejavam transmitir à sociedade, uma espécie de harmonia social e uma imagem positiva do seu governo (SAMWAYS, 2008, p. 1).

Aliás, é importante frisar que a censura para a imprensa, diferentemente da censura de diversões públicas, “não era legalizada e sua existência sequer era admitida, publicamente, pelos poderes constituídos”, pois “não foram editados atos normativos expressos com o fim de legalizar a estrutura burocrática [e] autorizar a prática da censura à imprensa” (CARVALHO, 2014, pp. 84-87). De forma geral, segundo este autor, a censura previa às imprensas se deu de três formas diferentes:

(I) Presença de um censor na redação do veículo de imprensa; (II) envio de matérias para a análise da polícia federal – nas delegacias Regionais ou em Brasília – antes da publicação; e (III) ordens emitidas por meio de bilhetinhos, telegramas e telefonemas indicando assuntos que não poderiam ser divulgados (CARVALHO, 2014, p. 84).

O governo federal contava com a figura de censores para as práticas de cerceamento da liberdade de manifestação dos jornais antagônicos ao seu governo, como já sinalizamos até momento. Desse modo, segundo Kushnir, sobre a ação da censura previa, argumenta que:

Na grande imprensa, o censor esteve n' *O Estado de S. Paulo*, do AI-5 a janeiro de 1975. [...] Na imprensa alternativa, frequentou *O Pasquim*, de novembro de 1970 a março de 1975; *O São Paulo* de junho de 1973 a junho de 1978; *Opinião*, de janeiro de 1973 a abril de 1977; e *Movimento*, de abril de 1975 a junho de 1978. E na *veja*, ficou de 1974 a junho de 1976 (KUSHNIR, 2001, p. 39)

#### 1.4. As imprensas alternativas na luta contra a repressão

Com os militares a frente do poder executivo, as esquerdas brasileiras protagonizam estratégias de resistências, tanto do discurso verbal quanto visual, em jornais de cunho pedagógico-militante, que além de informar por meio do humor e da análise política aos sujeitos os acontecimentos após o golpe, tinham também um caráter essencial: formador da opinião do seu público alvo. Nesse sentido, “entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, 2001, p. 5). Os periódicos em destaque ficaram conhecido ao longo de sua circulação como *Imprensa nanica*, nome “dado pelo escritor João Antônio, numa alusão ao episódio bíblico de Davi e Golias” (AGUIAR, 2018, p. 237), ou mesmo *imprensa alternativa*<sup>29</sup>. O Surto dessas imprensas pode ser assimilado “dentro das próprias redações dos jornais tradicionais e de grande circulação” porque “todos eles, com a honrosa exceção de *Última Hora*, apoiaram ativamente o golpe de 1964” (AGUIAR, 2018, p. 236).

Hoje sabemos que esse modelo de imprensa é divergente tanto na sua forma quanto no seu conteúdo no tange aos jornais convencionais de grande circulação, todavia antes mesmo do golpe, quando houve o nascimento do *Pif- Paf*<sup>30</sup>, um periódico com fortes críticas morais que utilizava-se de sátiras para transmitir suas ideias, organizado por Millôr Fernandes, foi criado antes mesmo do golpe, não obstante, sua circulação foi entendida pelos militares como uma afronta ao episódio da “revolução democrática”. Por conta dessa nova configuração que o

<sup>29</sup>É importante salientar que “o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais”, a primeira compreende “algo que não está ligado a políticas dominantes”; a segunda, “o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes”; a terceira, “o de única saída para uma situação difícil” e a quarta, “finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 2001, p. 5).

<sup>30</sup>O jornal em debate era vinculado a uma seção em O CRUZEIRO, porém Millôr escreve um editorial que desagradou parte da cúpula da igreja católica chamado “A verdadeira história do paraíso”. A partir disso, gerou-se um conflito interno entre Millôr e a seção para o qual ele escrevia. Foi nesse embate que em 1963 Millôr decidiu lançar PIF-PAF como revista autônoma” (KUCINSKI, 2001, p. 28).

cenário se desenhava, o impresso foi perseguido por fazer menções ideológicas. O que chama atenção é o relato de seu organizador, dado que, “quem deu a ideologia foi o relatório do exército; eu nem estava pensando nisso, nem sabia que estava começando a imprensa alternativa” (KUCINSKI, 2001, p. 29).

Dessa maneira, ratifica-se uma questão, a censura começou desde que houve a implantação do autoritarismo no país e não somente após 1968 com o AI-5; seja como for, com o espectro ditatorial em cena, sua identidade como periódico distinto do jornal-empresa se destacou ao longo da ditadura<sup>31</sup>.

Ainda assim, os periódicos alternativos cobraram com tenacidade o retorno das práticas democráticas interrompidas naquele período, além de serem oposição aos discursos veiculados na grande imprensa. Foram também os primeiros modelos informativos a denunciarem as violações aos direitos humanos que estavam encobertos pelas práticas repressivas da polícia política, como também da censura política realizada pelo Estado, sobretudo após 1968. Alguns deles, os jornais alternativos de cunho político, foram uns dos primeiros impressos a realizarem críticas ao modelo econômico e denunciarem o endividamento externo que a burocracia estatal militar se valia, como nas propagandas enaltecendo o “milagre econômico” entre os anos de 1967 a 1973 no governo de Garrastazu Médici, quando o Produto Interno Bruto (PIB) teve altas taxas de crescimento, assunto políticos “ignorados pela grande imprensa” (KUCINSKI, 2001, p. 171).

Esses jornais atuantes na resistência em um momento conjuntural delicado do país destacaram-se por desempenharem oposições aos discursos oficiais do governo federal, bem como daqueles que os apoiaram, já que, os conspiradores procuraram ocultar, quando possível, as contradições econômicas e sociais, porque desejavam apresentar um aspecto harmonioso da cena política e sua farsa de legalidade.

É importante destacar que os jornais alternativos não formavam um bloco homogêneo em suas atividades militantes, possuíam singularidades próprias de manifestações. Parcela deles “refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PC do B)”, classificados de jornais essencialmente políticos; a segunda classe de jornais combativos tinham “suas raízes justamente nos movimentos de contracultura norte-americanos”, como também “no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre”. Esses periódicos de segundo escalão “rejeitavam a primazia do discurso ideológico”,

---

<sup>31</sup>Vale salientar que a imprensa alternativa não é exclusividade da ditadura militar, para isso, ver AGUIAR, 2008. pp. 235-247.

voltados a uma “crítica dos costumes e à ruptura cultural” (KUCINSKI, 2001, pp. 5-6). Outros jornais ainda, tinham manifestações ligados com os movimentos sociais<sup>32</sup>.

Como se observa, os impressos alternativos tinham características que devem ser levadas em consideração, entretanto, não é tarefa deste trabalho pormenorizar todos os embates políticos que as esquerdas realizaram nos bastidores por meio dos periódicos, bem como seus ideais de construção de projeto político de Estado, mas procurar compreendê-los como um setor importante para informar, formar e denunciar o autoritarismo. Todavia, é importante compreender que esses jornais de protesto:

Apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural (KUCINSKI, 2001, p.7).

Todos os periódicos possuíam semelhanças chave que o leitor deve se atentar, isto é, lutaram com rigor aos preceitos políticos e ideológicos organizado pelo movimento subversivo que estava na direção do Estado. A luta contra o estado de exceção da ditadura militar foi a manifestação consensual da imprensa alternativa, tal como, alguns outros, na crítica ao sistema capitalista de produção.

É nessa configuração que podemos compreender o percurso de muitos dos periódicos alternativos, pois “como as esquerdas estavam impedidas pela censura de divulgar suas posições políticas e suas críticas ao regime, utilizavam a imprensa alternativa para esse fim” (ABREU, 2002, pp. 19-20). Alguns desses jornais nasceram em bases partidárias, outros, no entanto, foram resultados de manifestações meramente jornalísticas. Mas apesar da conjuntura posta, se tornaram quase que um partido político, como foi o caso do jornal *Movimento* (1975-1981)<sup>33</sup>.

Esse jornal combativo, liderado por Raimundo Pereira, surgiu a partir de disputas nos bastidores do periódico *Opinião*. O *Movimento*, por sua vez, “teve importância fundamental

---

<sup>32</sup>Que acabavam englobando “neste campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa, aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada ‘imprensa negra’, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas”. Cf. acesso em 08/07/2018 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>.

<sup>33</sup>Após a chacina de membros da organicidade do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em meados de 1976 na Lapa, Rio de Janeiro, esse periódico formulou e implementou “políticas tanto no plano institucional como nas bases de ativistas”. Isso pode ser compreendido, pois quando o periódico nasceu, foi ligado ao PCdoB, a partir de três tendências políticas, que mais tarde entrariam em conflito e contribuiriam à cisão do jornal. Ainda assim, é válido entender que as imprensas alternativas foram também marcadas por espaços de organizações partidárias que ora estavam na clandestinidade como, no caso, aquele partido político (KUCINSKI, 2001, pp. 8-191),

para a resistência democrática da época, mostrando como parte da imprensa tratava os problemas políticos, econômicos e sociais do país” (SOUSA, 2012, p. 3). Procurou em suas páginas “denunciar a existência de um Brasil real, sofredor, endividado, torturado, espoliado, de encontro ao Brasil do governo e da grande imprensa” (AGUIAR, 2018, p. 240). Este mesmo periódico alternativo deu origem a outro jornal bastante conhecido: *Em Tempo*, que foi consequência da experiência de antigos membros do *Opinião e Movimento*, mas também de “novos grupos políticos, a maioria de extração trotskista [...] tendo como palco um projeto novo de jornal alternativo” (KUCINSKI, 2001, p. 229) que visava, como propósito, “disputar a visualidade nos espaços urbanos da informação de rua com os congêneres da grande imprensa”. Porém, não conseguiu êxito em virtude das dissidências políticas internas ao jornal (AGUIAR, 2018, p. 241)

Sobre o *Opinião*, foi um importante canal de comunicação da época, tornando-se “escola das novas gerações universitárias” (KUCINSKI, 2001, p. 171), além de contribuir contra o preconceito que o jornalista da grande imprensa comercial tinha “em relação à imprensa alternativa, vista, até então, como artesanal e dogmática” (2001, p. 172). Seu sucesso de venda foi surpreendente. Muitos jornalistas da época, trabalhando na imprensa-empresa chegaram, inclusive, a enviar matérias escritas ao editorial do *Opinião* para ser publicado no impresso alternativo, porém muitos deles sem nome de assinatura, dado que os jornalistas tinham receios de represália de seus chefes. Sendo assim:

Opinião nasceu como se já tivesse cem anos de tradição. Combinava a afeição clássica com uma linha editorial crítica. Apesar do predomínio de textos de jornalistas estrangeiros traduzidos, Opinião funcionou como canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas perseguidos pelo regime e seu público. Principalmente os perseguidores e pensadores expurgados das universidades, aos quais OPINIÃO devolveu o direito de falar (KUNCISK, 2001, p. 171).

Outros periódicos que atuaram na oposição intransigente durante a ditadura militar foram jornais como *Pasquim*, *Coojornal* e *Versus*. O *Pasquim*, dentre os jornais alternativos, chegou a veicular mais de 100 mil exemplares. Ele “dava grande espaço para charges e sátiras políticas, e seu texto era repleto de ironias e sarcasmos dirigidos ao regime militar”. Assim foram difundidos muito dos jornais alternativos, alguns deles não duraram tanto tempo, outros tinham fluxo irregular durante o regime, foram “vendidos em bancas, outros circulavam entre os membros de partidos políticos ou movimentos de esquerda clandestinos” (ABREU, 2002, pp. 19-20), bem como nos bairros e nas igrejas. Havia semanário de feição religiosa, como é o caso do jornal produzido pela Arquidiocese de São Paulo, vinculado a uma linha político-social

“progressista” da igreja católica, voltou-se “preferencialmente aos pobres, preocupando-se com as condições de vida e de trabalho da população humilde, com a defesa dos direitos humanos do cidadão e com a restauração das liberdades democráticas” (AQUINO, 1999, p. 220).

Todos eles procuraram ao longo de sua circulação transmitir, a partir da linha editorial, suas informações repletas de sabedoria-crítica, no cuidado com diagramação e na utilização do humor “subversivo”, em denúncias aos atos praticados no período conjuntural de 1964 a 1985. Procuraram penetrar o imaginário coletivo dos sujeitos que liam os seus conteúdos e, além disso, relatar um Brasil que era despercebido e velado de ampla parte da sociedade civil. Por conta dessa sua prática política de denúncia ao regime autoritário, passou a ser considerado como um instrumento “subversivo” que deveria ser enfrentado em defesa da Doutrina de Segurança Nacional, bem como da moral e dos bons costumes.

Esses jornais não tinham por tarefa central, como os jornais-empresas, a tarefa de acumulação de capital como dispositivo fundamental de suas manifestações políticas. Chegaram, além do mais, a serem “apoiados, com dinheiro e matérias, por jornalistas que continuavam trabalhando na imprensa convencional, e por artistas que organizavam shows para angariar recursos” (KUCINSKI, 2001, p. 9). Por conta disso, mas também dos embates travados internamente nas direções dos jornais, alguns deles acabaram encerrando sua circulação. Outra explicação para o possível declínio dos periódicos é sobre a carestia do papel nos anos de 1973, em virtude da crise do petróleo, pois afetou maciçamente não só os jornais contra hegemônicos, mas os jornais da grande imprensa, a ponto de gerar “fechamento de muitos jornais que já enfrentavam problemas financeiros e de gestão, e ao mesmo tempo sofriam restrições de ordem política” (ABREU, 2002, 18).

Os jornais alternativos não foram exclusividade do Centro Sul e Sudeste do país. No Acre havia o *Varadouro*, que “Chico Mendes carregava [...] na mochila, para vender nos seringais”. No Estado do Pará, por exemplo, em 1975 foi criado o *Bandeira 3*, organizado por Lúcio Flávio Pinto. “Apesar de sua proposta editorial dirigida à periferia de Belém do Pará, [...] tornou-se um jornal basicamente voltado à classe média politizada”. Ademais, não podemos esquecer do jornal intitulado por *Nanico*, lançado em 1979, “por recém-formados do curso de jornalismo da Universidade Federal do Pará”, tendo ao longo de circulação, nove edições, sendo oito delas “mensais até agosto de 1980” (KUCINSKI, 2001, pp. 20-87)

Ainda assim, o maior periódico em circulação, fundado em 8 de agosto de 1977, ligado à mesma vertente contestatória dos impressos alternativos de expressão nacionalmente foi o *Resistência*. Criado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), teve entre suas lideranças políticas Humberto Rocha Cunha e Paulo Fonteles, este último, foi um

importante quadro na luta pela terra no sul e sudeste do Pará, assessorando, quando possível, os posseiros nos embates jurídicos, como nos casos da posse e permanência na terra. Ambos os sujeitos tiveram influência do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e estiveram na mira da espionagem do SNI, bem como o próprio periódico, classificado em inúmeros documentos do órgão de inteligência militar como “propaganda adversa”<sup>34</sup>, por conta da sua posição de luta política contra o Estado autoritário. O *Resistência* “circulou nas universidades, associações de bairros, sindicatos e diversas comunidades do Pará, sendo uma das poucas vozes discordantes e destoantes em relação à propaganda oficial da ditadura” (PESSÔA; COSTA, 2017, p. 60).

Na paróquia de São Sebastião, bairro de Sacramenta, em Belém, ainda no Estado do Pará, havia um outro periódico, chegando a possuir tiragens de 1500 exemplares, divulgados nas comunidades do entorno, por nome: *O Comunitário*. Esteva sob direção e supervisão do Conselho Pastoral da mesma Igreja. Segundo consta no arquivo do SNI, em assunto: *Atividades do Clero Progressista*, o Boletim paroquial tinha entrosamentos com o *Resistência*, porquanto reproduziu parte do conteúdo deste jornal ao seu. Ademais, o documento revelou que o jornal realizou, em uma de suas ações, a distribuição durante às missas, logo na entrada da igreja aos fiéis. O SNI, na mesma matéria, relatou a atuação da paróquia e da posição do jornal por estar em favor dos menos favorecidos, abordando que o jornal fazia “velada instigação à luta de classes e críticas ao Governo”, bem como do comportamento do pároco, João Antônio Beukeboon, “de nacionalidade holandesa”<sup>35</sup>. Sobre este religioso, o documento destaca que:

O Pároco da Igreja de São Sebastião [...] tem se distinguido, em pregações e comemorações religiosas que dirige, pelo enfoque marxista com que analisa os problemas sociais da comunidade, estendendo suas críticas à estrutura político-social do país e pregando a necessidade de uma transformação a ser realizada pelo próprio povo<sup>36</sup>

Muitos jornais militantes, a exemplo do *O Comunitário*, procuraram, com tenacidade em suas páginas, problematizar o espaço no qual estavam inseridos, selecionando, desse modo, suas prioridades político-sociais para que, quando possível, suas intervenções pudessem

---

<sup>34</sup>Um exemplo que podemos ver neste documento é quando o SNI mapeou todos as matérias da edição de número 33, Ano IV, lançado no ano de 1982, em Belém do Pará, do periódico de protesto. Entre os temas, destacamos um, que foi a prisão dos padres Aristide Camio e François Gouriou e mais 13 posseiros em Conceição do Araguaia. O Jornal destacou em edição sobre o caso, “Uma Farsa Cada Vez Mais Insustentável”, problematizando o caso no Pará. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. Nº 2667, de 06/06/78. Assunto: **PROPAGANDA ADVERSA** – JORNAL “RESISTÊNCIA”. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 3-23.

<sup>35</sup>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. Nº 2667, de 06/06/78. Assunto: **ATIVIDADE DO CLERO PROGRESSISTA** – PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ SEBASTIÃO, BELÉM DO PARÁ. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 23-24.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 23

convergir em práticas de contestação ao estado de exceção na época. Para isso, a importância do líder religioso de estar em favor das lutas populares não pode passar despercebida, sua posição fortalece e protege, em amplo sentido, os cidadãos à luta diária. Para além disso, os manuscritos do pensador Karl Marx foram muito utilizados por Bispos, padres e freiras, uma vez que podiam oferecer uma possível superação das mazelas sociais e contribuir no combate por justiça social, como o fez e justifica a postura do confrade Beukeboon, relatado pela espionagem militar por utilizar o “enfoque marxista” para analisar os “os problemas sociais da comunidade”<sup>37</sup>.

No diálogo ideológico com esses jornais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo, tinha o periódico *Boletim*, resultado da reunião dos bispos da Amazônia para discutir a migração desenfreada, como também a questão agrária na Amazônia Legal. Em seu texto de apresentação de 1975, mesmo ano de fundação da CPT, o periódico define seu real compromisso social, político, como também religioso, relatando que “o boletim da Comissão Pastoral da Terra, que nasceu neste Natal, quer ser um companheiro dos que trabalham e lutam, pela libertação dos homens sem-terra e de todos os trabalhadores rurais”<sup>38</sup>. Sua posição foi de estar ao lado daqueles que mais precisavam, isto é, dos pobres na Amazônia Oriental.

### 1.5. A Amazônia Oriental e a Ditadura Militar em Cena

Os desdobramentos que ora apresentamos não ficaram reservados ao Centro-Sul brasileiro ao longo da década de 60 do século XX. O Estado do Pará esteve na engrenagem do golpe<sup>39</sup>. Os anos que se seguiram, a fronteira<sup>40</sup> da Amazônia foi impactada profundamente em dois amplos sentidos: a primeira com a vida de diferentes grupos sociais, como do Nordeste e Centro Sul brasileiro; a segunda, pelo poder diretivo de intervenção governamental, a partir da

---

<sup>37</sup> Ibidem, 23

<sup>38</sup> APRESENTAÇÃO, *Boletim*. Ano I, nº I, dezembro, 1975.

<sup>39</sup> Como exemplo, no Pará, o governador do Estado na época, Aurélio do Carmo, estava no Rio de Janeiro quando a nova conjuntura se desenhava, todavia isso não o impediu de apoiar em 1º de abril a “revolução”. Além disso, esse chefe estadual, “aceitou que seu nome fosse incluído entre os signatários do Manifesto ao Povo do Pará”, mostrando à sociedade paraense a “solidariedade ao movimento militar”. Embora houve o apoio formal realizado pela entidade Estadual, isso não significa que todos concordaram, pois o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Acadêmica Paraense, Partido Comunista do Brasil (PCB) e membros da Ação Popular (AP), efetivaram críticas ao golpe. Alguns meses mais tarde, 9 de junho de 1964, o conspirador do Pará e seu vice, Newton Miranda, “tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos por um período de dez anos”, atitude realizada pelos próprios militares conspiradores. Quem assumiu a direção do Estado, a partir de então, em 12 de junho do mesmo ano, foi o então “tenente-coronel Jarbas Gonçalves Passarinho”. O Pará, desde então, passou a estar na mira da repressão política aos sujeitos considerados “subversivos” (PETIT; CUÉLLAR, 2012, pp. 172-184).

<sup>40</sup> Sobre os debates a respeito da fronteira amazônica, ver, por exemplo: VELHO, 1981 e MARTINS, 1997.

criação de vários órgãos na região, “numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde” (PESSÔA, 2014, p. 63). O propósito do Estado foi de retirá-la do seu “atraso social” e do “isolamento” territorial, no qual, por sinal, alterou em larga escala a relação na área da política, economia, social e culturalmente. Desse modo, o golpe militar trouxe diversas mudanças no espaço do Sul e Sudeste paraense, todavia, não considerou, por exemplo, a presença e as singularidades ecológicas e de saberes locais “das populações indígenas, ribeirinhas e remanescentes de quilombos” que já exerciam atividades sociais por um certo período de tempo na Amazônia Oriental (PESSÔA; COSTA, 2017, p. 61).

Sobre a intervenção na área, vários órgãos foram deslocados para desempenharem papéis estruturais. Podemos citar que no final do Estado Novo – 1937 a 1945 – o espaço social da Amazônia já foi posto sob a interferência centralizadora estatal, como da criação, em 1943, da Fundação Brasil Central; depois, com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953; em 1966 a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição da SPVEA; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>41</sup>, criado em julho de 1970 e, dez anos mais tarde, fevereiro de 1980, do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) (PESSÔA; COSTA, 2017). Os planos que o Estado procurou, a partir da criação dessas organizações, foram, com a finalidade “desenvolvimentista”, promover a ocupação dos chamados “espaços vazios”. Estes, por seu turno, deveriam ser povoados – como se aqui não tivessem pessoas -, dinamizados e integrados nacionalmente.

De forma específica, o sudeste paraense experimentou profundas modificações por meio desses órgãos. Além do mais, deve-se salientar o importante sentido que foi a construção das estradas para a região, como a finalização do eixo rodoviário da Belém-Brasília, no ano de 1960, não esquecendo a construção da “Transamazônica (BR-230)”, ligando o Nordeste à Amazônia, “e da PA-150, no início da década seguinte” (PETIT, PEREIRA e PESSÔA, 2014, p. 342). Essas transformações acabaram contribuindo às novas dinâmicas que a Amazônia vivenciaria a partir de então, haja vista que, com a abertura da rede rodoviária, o *modus operandi*, até então realizado pelos rios, transformou-se paulatinamente, fomentando, assim sendo, outras dinâmicas de sociabilidade, que uma vez iniciada, não poderiam mais serem

---

<sup>41</sup>Esse órgão foi criado pelo decreto-Lei de número 1.110, em 09 de julho de 1970 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. “A previsão do governo era de instalar, sob a coordenação do” INCRA “100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes hectares cada, nos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC) Marabá, Altamira e Itaituba”. Além disso, “prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra de produção e uma casa na agrovila” (REIS, 2014, p.02).

remodeladas como o eram em momentos anteriores, já que, como nos lembra José de Souza Martins, “desviaram do leito dos rios o curso das mercadorias e dos produtos do trabalho” (MARTINS, 1989, p. 139). As estradas, tirando como exemplo a Transamazônica, colaboraram em dois sentidos: primeiro por reduzir o deslocamento populacional, realizado muito pelo ônibus entre as populações, auxiliando na dinamização das trocas comerciais a nível local e nacional; de outro modo, deve-se salientar também que contribuiu à tensão na região em virtude da frente agrícola que se beneficiou de todo esse processo (VELHO, 1981).

Como se percebe, a partir de 1960, a arena social da Amazônia foi palco de profundas transformações entre o homem e a natureza. Desse modo, como bem destaca Bertha Becker, “a ocupação passa a ser contínua no tempo e em maior extensão [...] através de uma política deliberada de integração regional”. Ainda segundo a autora, o Estado passou, desde então, a conceder e estimular “subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito de baixos juros, indução de fluxos migratórios para o povoamento e formação de um mercado regional” (BECKER, 2004, p. 117-121). Nessa mesma linha de raciocínio, como pontuou Octavio Ianni, pensando as transformações da cidade de Conceição do Araguaia, mas que pode-se estender para outras regiões do Sudeste do Pará, entendeu o que modificou “na calma social e nos ritmos tradicionais da Amazônia” foi a “construção da Belém-Brasília e a decisão da SUDAM [...] de conceder a projetos agropecuários incentivos fiscais” (IANNI, 1978, p. 91).

Soma-se a isso as propagandas, como a promovida, “posterior às iniciativas governamentais” (PESSÔA, 2014, p. 63), por exemplo, pela a *revista Veja*, que realizou a seguinte chamada como um caminho alternativo de “lucro fácil” à região com o seguinte slogan, “*Chega de lendas, vamos faturar*”, publicizado na década de 1970. O relato verbal quanto visual da revista anunciava as facilidades de extrair as riquezas deste espaço e, com apoio do governo federal, enriquecer com a empreitada sem maiores dificuldades. Portanto, a construção rodoviária facilitaria o escoamento populacional – e trocas culturais –, de mercadorias, assim como, a efetivação de uma nova configuração geopolítica. Não obstante, é oportuno mencionar que essas estradas, projetos governamentais e as propagandas, contribuíram, guardadas as proporções, para os elevados impactos ambientais na região, compreendido, em muitos casos, como justificativa para a “modernização”<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup>Sobre essa expressão e suas implicações histórico e sociais na humanidade, pode-se ver, a partir da obra de Bruno Latour, intitulada, “Jamais fomos modernos” (LATOUR, 2009).

O Estado por meio dos incentivos fiscais<sup>43</sup> que, inicialmente foram “destinados a estimular as atividades industriais na Amazônia Legal, especialmente na área metropolitana de Belém” passaria, a partir de 1966, a estimular os “projetos agropecuários”. Este último, beneficiou “grandes proprietários de terra e empresas agroindustriais de outras regiões do país, contudo, parte dos mesmos foi utilizada também por latifundiários” na região (PEREIRA, PESSÔA, PETIT, 2004, p. 340). Em vista disso, várias empresas e pessoas vieram a partir daquelas concessões, no entanto, algumas delas foram beneficiadas diretamente, como:

a) os que desempenhavam as suas atividades nas áreas financeira (por exemplo, Bamerindus, Bradesco, Banco Mercantil); b) industrial (por exemplo, Óleos Pacaembu, Volkswagen); c) construção (por exemplo, Encol, Andrade Gutierrez); d) extração de castanha-do-pará (por exemplo, Companhia Industrial do Brasil – CIB, Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda.); e) empresas familiares que possuíam grandes extensão de terras. Os Quagliato, por exemplo, detinham, no sul do Pará, 160 mil hectares de terras; os Lanari do Val, 348 mil; e os Mutran, mais de 130 mil (PEREIRA, PESSÔA, PETIT, 2004, p. 340-341)

A vinda desses grupos de capital mais ordenado transformaria, desde então, o sentido social da terra, dando um aspecto capitalizado a ela. Ademais, é importante perceber que as migrações, parte delas indo ao encontro das terras devolutas, serão também um adicional importante na modificação da estrutura regional, como se observa no quadro abaixo:

**Quadro 1-** Região Norte: Imigração interestadual segundo Unidade da Federação – 1970/1991

Unidade da Federação	1970/1980			1980/1991		
	Imigração Interestadual	Proporção da Migração	Proporção da Migração na Pop. Resid.	Imigração Interestadual	Proporção da Migração	Proporção da Migração na Pop. Resid.
Rondônia	281.487	33,02	57,33	401.934	31,94	35,48
Acre	15.573	1,83	5,17	23.133	1,80	5,54
Amazonas	66.327	7,78	4,64	102.127	7,96	4,86
Roraima	17.909	2,10	22,63	62.387	4,86	28,67
<b>Pará</b>	<b>373.991</b>	<b>43,89</b>	<b>10,99</b>	<b>486.275</b>	<b>37,90</b>	<b>9,82</b>
Amapá	22.714	2,66	12,96	41.222	3,21	14,25
Tocantins	74.367	8,72	10,39	165.877	12,93	18,03
<b>Região Norte</b>	<b>852.368</b>	<b>100,00</b>	<b>12,92</b>	<b>1.282.955</b>	<b>100,00</b>	<b>12,79</b>

Fonte: Amostra de Censos Demográficos de 1980 e 1991. In: BRASIL, Marília C. et al. A população da Amazônia (1940 a 2000). In: MENDES, Armando Dias (org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2ª ed. – Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 109, (apud PESSÔA; COSTA: 2017, p 62).

<sup>43</sup>Foi aprovada, como política, ainda pelo então João Goulart, em 1963, mas somente no governo dos militares que suas ações ganharam corpo estrutural. Ele foi pensado da seguinte forma: as empresas ou particulares, poderiam aplicar parte de seus impostos da receita federal em projetos na região, como se viu, a aplicação foi destinada nos projetos agropecuários (PEREIRA, PESSÔA, PETIT, 2004)

O Pará, dentre os Estados, foi o polo da esfera federal que mais recebeu contingente populacional. O motivo de tantos sujeitos na região deveu-se pelos órgãos citados anteriormente, as estradas e a propaganda realizada. Sendo assim, muitos grupos de homens e mulheres vieram na intenção do melhoramento de vida pessoal na intenção de ocupar “espaços vazios”. Muitos foram os que migraram para à região, entre eles, podemos citar a vinda de Nordestinos, “levando em conta o excedente populacional e a tensão ali verificada” (PEREIRA, 2014, p. 3). Esse novo quadro geopolítico será o principal catalizador da luta pela terra na região, acentuadamente entre 1970 e 1980. O que se viu na Amazônia Oriental como consequência foi:

Uma população formada por muitos trabalhadores rurais sem-terra e sem empregos que, sem perspectiva, passaram não só a disputar simultaneamente as áreas de terras devolutas com comerciantes, empresários e fazendeiros [...] como aconteceu na PA-150 [...], mas juntaram-se a muitos trabalhadores rurais [...] a ocuparem, conjuntamente, grandes imóveis improdutivos (PEREIRA, 2015, p. 224).

Dessa forma, os fatores para as tensões no campo estavam alicerçados, o palco do confronto era a terra, em que por mais de duas décadas o sague irá penetrar. Distintos interesses estão em disputa, mas de certos grupos convergentes como, de um lado as dos juízes, da Polícia Federal, Militar e do Exército, não esquecendo dos Fazendeiros, grileiros e jagunços, tendo as lentes da conjuntura da ditadura militar em seu favor; do outro lado estão os posseiros lutando por um lugar material para construir suas casas e resistindo como podem, “na lei ou na marra”, para praticar a agricultura (PESSÔA, 2013, p. 16). Todavia, não estão sozinhos, contam a solidariedade de religiosos da igreja católica. Desse modo, como salienta José de Souza Martins:

Durante grande parte da ditadura militar, tais lutas surgem espontânea e defensivamente, como resistência à ação violenta de policiais e pistoleiros a serviço de grileiros de terra e grandes proprietários: os despejos violentos, assassinatos, violações de domicílio, incêndios e destruição de casas, lavouras e colheitas, etc. Na imensa maioria dos casos, o trabalhador rural foi colocado diante da falta de alternativas reais. Ou aceitava a expulsão ou reagia para não morrer (MARTINS, 1989, p. 133).

## 1.6. Engajamento Político da Igreja Católica

Como trabalhado no até o momento, setores da igreja católica tiveram uma importante contribuição no golpe de Estado. Utilizaram de todas as formas para que o comunismo ateu não tivesse espaço no país, foram as ruas antes e depois da “revolução”. Após ocorrido, comemoram a vitória em nome da família e de Deus. Entretanto, a instituição é bastante complexa e isso deve ser levado em consideração na leitura do tempo daquele ano. Após 1970, a CNBB se posicionou contra os militares, contudo “essa postura não se deu de maneira unânime e sem disputas internas” entre a hierarquia católica (GOMES, 2014, p. 21). Uma ala dessa complexa instituição, diferentemente da “conservadora”, se colocou diretamente, alguns posteriormente, na resistência democrática, outros participaram até na resistência revolucionária nas guerrilhas<sup>44</sup>, outros ainda em virtude desses processos foram até torturados. Seja como for, o “endurecimento político do regime e a agressão violenta a religiosos atingiu em cheio o espírito e corpo da Igreja e direcionou o clero, inclusive alguns bispos [...] a se posicionarem contra o Governo” (PEIXOTO, 2011, p. 151). Desse modo, muitos se colocaram contra os abusos praticados por civis e militares no país e as impunidades desse processo político autoritário. Padres, freiras e bispos se puseram na linha de frente com a cruz, o terço, a bíblia e a teimosia “subversiva” em defesa da democracia e da dignidade humana, largamente violada, inclusive contra seus próprios membros eclesiais de fé, naquele momento que vivia o país.

De forma particular, no sudeste paraense, esses confrades desempenharam um importante papel na luta pela terra na região, “participaram ativamente das inúmeras atividades de contestação ao regime autoritário: passeatas, reuniões, assembleias, distribuição de panfletos” (PESSÔA; COSTA, 2017, p. 66), bem como, inspiraram muitos posseiros na construção e no processo formativo orgânico “nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias” (LÔWY, 2016, p.75). A Igreja “progressista” na Amazônia não assistiu passivamente as violações dos direitos humanos, ela, como bem argumenta Rodrigo Peixoto, “enfrenta o Estado opressor, e trabalhando junto ao povo, formando consciências, passa a influenciar forças sociais” no campo (PEIXOTO, 2011, p. 159). Porém, qual o motivo dessa tomada de decisão de parte do clero católico em relação a ala “conservadora”? Quais transformações na instituição corroboraram para isso? Eis algumas possibilidades interpretativas.

---

<sup>44</sup>Como no caso do “apoio que grande parte dos dominicanos de São Paulo forneceu à guerrilha dirigida pelo comunista dissidente Carlos Marighela, da Ação Libertadora Nacional (ANL)” (LOWY, 2007, p. 417).

Parte desse processo de transformações se deu antes do golpe, com a fundação, em 1935, da Ação Católica Brasileira (ACB), um “movimento de restauração da cristandade” (GOMES, 2014, p. 32). Porém, as transformações sociais desse setor são perceptíveis a partir da década de 1950, pois desde então, começou-se a incorporação, com autorização da hierarquia eclesiástica, de leigos na vida participativa da igreja. A ACB contribuiu para a formação de importantes grupos de pensamento político-religioso naquela última década, tais como “da Juventude Operária Católica (JOC), da Juventude Agrária Católica (JAC), da Juventude Secundarista Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)” (PESSÔA, 2013, p. 96). Desse modo, alguns clérigos aproximaram-se de trabalhadores e de estudantes em virtude das transformações políticas e religiosas nas quais as entidades e a arena social estava convivendo<sup>45</sup>, como o subdesenvolvimento e os reflexos da Revolução Cubana (LÔWY, 2016). Somado a isso, alguns religiosos e religiosas “começaram a questionar o próprio conservadorismo político e acabaram trazendo à tona a preocupação com justiça social” (GOMES, 2014, p. 32).

Ademais, é importante destacar os novos direcionamentos na igreja pós 1960. Nesse sentido, Fábio Pessôa, citando Helena Salem, quando a autora problematiza em seu trabalho “dos palácios à miséria da periferia”, menciona como um fator que favoreceu essas modificações, organizada pelo alto clero, foi a realização do Concílio Vaticano II<sup>46</sup>, ocorrido entre 1962-1965, chamada pela representação máxima naquele momento, o Papa João XXIII (PESSÔA, 2014, p. 69). Esse encontro do episcopado católico “pôs a questão da justiça social e dos direitos humanos em primeiro plano”, temas, por sinal, que já eram debatidos antes mesmo dessa conferência, mas ganharam pauta oficial. Vale considerar também a contribuição que o II Conselho Episcopal Latino-Americano, ocorrido na cidade de Medellín, em 1968, teve às transformações estruturais na Igreja, uma vez que percebeu-se que não “bastava uma reforma *na* igreja, mas urgia que se efetivasse uma reforma *da* igreja”, no entanto, mantendo certas tradições eclesiásticas (GOMES, 2014, pp. 37-38). Algum tempo depois, em 1979, outra

---

<sup>45</sup> Muitos dos membros dessas organizações, deve-se salientar, foram importantes quadros políticos e desempenharam, por sua vez, um importante papel social na luta contra a ditadura militar em 1964. Tomaram posturas, muitas vezes, “diferente da posição oficial da Igreja em uma ou outra questão social ou política”. Por conta dessas tensões, muitos militantes cristãos, como o exemplo da JUC, formaram depois uma entidade mais combativa, na busca de autonomia em suas decisões em relação a hierarquia católica, “de inspiração marxista, a Ação Popular (1962)” (LÔWY, 2016, p. 86). Esta última, vale considerar, “terá grande atuação no movimento estudantil brasileiro [...], muitos de seus membros vão optar pela luta armada contra a ditadura criando a Ação Popular Marxista-leninista (APML). Outros membros iriam aderir ao maoísmo, incorporando-se assim ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) (PESSÔA, 2012, p. 96).

<sup>46</sup>Em tese, problematizou-se a questão do clero de estar mais próximo da realidade social, econômica e política dos seus fiéis, sobretudo dos menos favorecidos, bem como de concede-lhes maiores responsabilidades e no cuidado dos religiosos diante da sociedade (GOMES, 2014).

Conferência, do Bispado Latino-Americano, na cidade de Puebla, no México, onde foi debatido uma nova posição “religiosa e espiritual”, de setores da igreja católica, manifestando, como se verificou nesta última Conferência, “a opção preferencial pelos pobres”. Estes últimos, deve considerar, como resultado do encontro, “são os agentes da sua própria libertação e o sujeito da sua própria história” (LOWY, 2016, pp. 75-76).

O que está sendo narrado até o momento são preocupações que o alto comando espiritual e terreno da Igreja estava vivenciando para sua autopreservação. Portanto, pensaram alternativas e debateram, entre seus pares, uma nova postura da instituição. Esse novo comportamento que a Igreja tomou, por exemplo, de incorporar leigos à vida participativa na Igreja, como bem salienta Fábio Pessôa, “será fundamental para atuação” deles “nas CEBs”. É possível mencionar também as posições político-religiosas que padres, freiras e bispos tiveram em virtude da “mudança na formação dos religiosos” (PESSÔA, 2013, p. 98), pois muitos teólogos incorporaram a Teologia da Libertação<sup>47</sup>, ou melhor, o Cristianismo da Libertação<sup>48</sup>, a partir da adesão de leituras do pensador Karl Marx, problematizando um “fato social evidente, uma realidade maciça e brutal no Brasil: a pobreza”. Sendo assim, a adesão do intelectual, historicamente demonizado, só foi possível, haja vista que “o marxismo [...] parecia oferecer a explicação mais sistemática, coerente e global das causas dessa pobreza e, ao mesmo tempo, uma proposta radical para sua supressão” (LOWY, 2007, p. 413).

Contudo, a assimilação do pensamento crítico de Marx pelos “cristãos marxistas” não foi dado de qualquer forma. Houve um certo cuidado em utilizar seus escritos. Segundo o pensador Michael Lôwy, o que se deve perceber desse processo foi que ocorreu uma

---

<sup>47</sup> Teologia da Libertação foi uma série de textos que começaram a serem produzidas a partir de 1970, entre os quais há Leonardo Clodovis Boff e Frei Betto, como exemplo. No entanto, esses registros escritos são apenas “a ponta visível do *iceberg*”. Esse termo é fruto de um vasto movimento desde os anos 60 que inclui “padres, freiras, ordens religiosas, bispos”, bem como a leiga JUC, e a JOC. Além de “comissões pastorais [como], a Pastoral da Terra” e a CEBs. De forma geral, “trata-se de uma ampla e complexa rede que ultrapassa os limites da Igreja como instituição e reúne, a partir dos anos 70, milhões de cristões que partilham a ‘opção prioritária pelos pobres’”. Ela é, em amplo sentido, uma reflexão religiosa e espiritual (LOWY, 2007, p. 411).

<sup>48</sup> Deve considerar que essa manifestação religiosa não é unânime entre a hierarquia eclesiástica, visto que é combatida pelo Vaticano, como se viu 1984, quando Roma publicou a *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação*, com a assinatura de Ratzinger, “acusando a Teologia da Libertação de ser um novo tipo de heresia baseada na utilização de conceitos marxistas” e pelo CELAM, “dirigido desde o início dos anos 1970 pela ala “conservadora” da Igreja”. Mas conta com apoio também, como da Conferência Latino-Americana de Religiosos. Desse modo, Lôwy problematiza, indagando ao leitor se há “luta de classes dentro da Igreja?”. Para o autor, a resposta é Sim e Não. A primeira se justifica pelos embates internos que há entre posições correspondentes entre os “interesses das elites dominantes e outras aos dos oprimidos”; a segunda, pois os religiosos e religiosas que apoiam a “Igreja dos pobres” não são necessariamente pobres. Sua sensibilidade de contestação perante as injustiças sociais parte de motivações “espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica”. Portanto, não há, para o autor, conflitos entre “facções revolucionárias e contrarrevolucionárias”, dado que essa manifestação cristã não tem um programa político específico, ela deixa isso para os partidos políticos. Ela “reagem basicamente de acordo com critérios morais e religiosos (LÔWY, 2016, p. 75-94).

“integração seletiva” dos seus escritos, uma vez que “são rejeitados elementos como o ateísmo materialista e assimilados outros como a crítica ao capitalismo”. Ainda assim, utilizando as palavras do autor, ele percebeu que “a grande maioria dos militantes de base do cristianismo da libertação provavelmente nunca ouviram falar em Marx, mas isso não impede que em sua cultura político-religiosa se encontrem, mais ou menos diluídos, temas e conceitos do marxismo” (LOWY, 2007, p. 412).

Essa integração entre o pensamento religioso católico e o marxismo não foi dada forçadamente. Houve “circunstâncias históricas favoráveis”, a partir dela e do sentido que foi dado ocorreu uma “integração dinâmica, ‘dialética’”, baseadas em formas analógicas e estruturais entre o pensamento da “doutrina cristã e o marxismo”. Dessa relação, é presente o que se conhece por “afinidade eletiva”, “no sentido que Weber deu a esse conceito para estudar a relação recíproca entre formas religiosas (a ética protestante) e econômicas (o espírito do capitalismo)” (LÔWY, 2007, p. 413)<sup>49</sup>. Portanto, essa relação de teólogos do cristianismo costurando elementos do marxismo cultural apresenta afinidades basilares como, por exemplo, podemos observar:

- 1) A adesão a valores transindividuais e comunitários, em oposição ao individualismo liberal; 2) uma doutrina de tipo humanista/universalista (ecumenismo, internacionalismo); 3) a crítica ao capitalismo e ao liberalismo econômico, em nome de valores éticos-sociais; 4) a simpatia ou solidariedade com o pobre e o oprimido; 5) uma utopia do futuro como “reino” de justiça e paz, liberdade e fraternidade humana (LÔWY, 2007, pp. 413-414).

As informações ora apresentadas são de tamanha importância para o entendimento do que levou o envolvimento de religiosos nas causas sociais e políticas junto aos posseiros<sup>50</sup> no sudeste do Estado do Pará. Sua atenção foi direcionada aos pobres, denunciando as mazelas

---

<sup>49</sup>Esta expressão, afinidade eletiva, é largamente conhecida, todavia, seu uso não foi iniciado pelo pensador Max Weber. A expressão é um pouco antiga. Começou a ser utilizada pela alquimia medieval “para explicar a atração e a fusão dos corpos”, em virtude de suas afinidades. Logo mais tarde, sua transposição foi percebida à literatura romântica, utilizada, por exemplo, por Goethe, na sua celebre obra *As afinidades eletivas* de 1809. Desse modo, essa expressão “torna-se uma metáfora para designar o movimento passional pelo qual um homem e uma mulher são atraídos um pelo outro [...], a partir da afinidade íntima entre suas almas”. O termo mais uma vez é transmutado, agora, “em conceito sociológico”, por Weber, mas ele não define o que é o conceito. De todo modo, o termo não perde a “antiga acepção as conotações de escolha recíproca, atração e combinação”. Porém ele aprimora seu uso entre formas culturais, neste caso: *a ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Esse foi o novo sentido que ele problematizou a *Wahlverwandtschaft* (LÔWY, 2011, pp. 129-142).

<sup>50</sup>O conceito de posseiro deste trabalho é compreendido a luz do trabalho do Historiador Aírton Pereira, *Do Posseiro ao Sem-Terra*, em que “abrange tanto o trabalhador rural que há muito há muito tempo ocupava áreas de terras devolutas na Amazônia e ali vivia sem nenhum documento que o legitimasse como proprietário de terra, quanto o trabalhador migrante de diversas regiões do País que chegou ao sul e sudeste do Pará, disputando, palmo a palmo, com fazendeiros, comerciantes e empresários a ocupação de uma mesma área de terras devolutas e, sobretudo, o trabalhador que passou a ocupar grandes imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos (PEREIRA, 2015, p. 279).

sociais que os acompanharam diariamente, mas também atuando na militância radical para a possível supressão das injustiças sociais. É importante ressaltar isso, haja vista que “havia uma relação dialógica entre o clero e os demais religiosos, agente pastorais e camponeses envolvidos nas lutas na região nas décadas de 1970 e 1980”. A posição do Bispo perante esses processos configurava, de certa maneira, uma proteção não só aos trabalhadores do campo, mas aos padres e freiras ativos na rotina dos combates sociais. Deste modo, é interessante destacar a atuação de dois bispos que deram suporte técnico contra a ditadura militar na região nas Dioceses de Conceição do Araguaia e de Marabá, as principais da época. Dom Estevão Cardoso de Avelar, “que primeiro esteve à frente da diocese de Marabá e depois assumiu de Conceição do Araguaia” (PESSÔA, COSTA, 2017, pp. 66-67), bem como D. Alano Maria Pena, “que assumiu a diocese de Marabá a partir de 1976” (PEIXOTO, 2011, p.148).

Ambos estiveram na luta contra as perseguições políticas que posseiros e religiosos sofreram<sup>51</sup>. Pela sua posição de “imunidade” religiosa e do apoio da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975<sup>52</sup>, denunciavam na grande imprensa de Belém do Pará, mas também em outras localidades do país, os diversos acontecimentos sobre a região, as ameaças, concentrações fundiárias e assassinatos no campo, muito comum na região de fronteira. Em vista disso, estiveram frequentemente na mira do latifúndio e da espionagem militar, acusados de serem “bispos subversivos”, em virtude do seu engajamento religioso, político e social.

Desse modo, podemos observar, pela visão da espionagem, como o bispo Dom Alano foi vigiado por conta do seu engajamento religiosos e político no sudeste paraense em virtude dos eventos que presenciou na região, quando realizou, por exemplo, uma palestra em Porto Xavier, no Rio Grande do Sul, em 1982, afirmando, segundo a documentação da inteligência militar, que em virtude da “miséria e a fome que o povo está passando”<sup>53</sup> na Amazônia Oriental,

---

<sup>51</sup>Em consequência do descobrimento de militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região, na década de 1970, o sudeste paraense conviveu momentos de intensa vigilância pelo exército. Os “subversivos” idealizaram, a partir da luta armada, uma ofensiva direcionada ao Estado, que ficou conhecida mais tarde por guerrilha do Araguaia. Alguns padres e freiras, por exemplo, foram acusados de estarem realizando a cobertura dos grupos armados e de “serem guerrilheiros ligados ao PC do B”. Sendo assim, alguns foram duramente torturados pelos militares. Na cidade de São João do Araguaia, os padres “Roberto de Valicourt e Humberto Riolland [...] e a irmã Maria das Graças” foram torturados. Só foram soltos, momentos depois, por interferência de Dom Estevão, bispo, naquele momento, da Igreja de Marabá (PEREIRA, 2014, p. 6).

<sup>52</sup>Ela foi fruto do encontro organizado pelos Bispos da Amazônia para pensar formas “relacionadas à terra e às migrações crescentes na região”. Os conflitos de terras, em virtude do latifúndio, como também das violências que esse processo ocasionou aos posseiros, bem como “o desmatamento de áreas imensas, a escravização de peões nas fazendas [...], a pressão dos grandes empresários e grileiros, além da omissão das autoridades, sobretudo judiciárias, diante violências de jagunços e policias”, justificou sua criação (PESSÔA, 2016, p. 104)

<sup>53</sup>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. Nº 2588, de 25/10/1982. Assunto: **PALESTRA PROFERIDA PELO BISPO DOM ALANO MARIA PENA, EM PORTO XAVIER/RS.** Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 1-2.

de forma particular no Sudeste do Pará, isso justificaria a atuação religiosa e política na área. Segundo a documentação do SNI, sobre a palestra, Dom Alano argumentou que:

Sendo conhecedor da intervenção federal naquela área, para lá se dirigiu, levando alimentação e a palavra do senhor, construiu um galpão para rezar missas, mas o Governo Federal através da Polícia Federal não deixou o povo seguir suas vocações, passando a ameaçar o povo e usando até a força física contra aqueles que se reunissem com os sacerdotes. Afirmou também que o Governo Federal não dá apoio algum. Ao contrário, tira os moradores de suas casas e os abandona nas margens das rodovias, sem ter o que comer e onde se abrigar. [Criticou] a distribuição da renda, afirmando que “a maioria não tem, enquanto poucos têm muito”. [Denunciou que] a Polícia Federal proíbe o povo cristão de assistir às suas missas, sob alegação de que ele prega assuntos comunistas (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, pp. 1-2)

Por problematizar a pobreza e a questão social, bem como de estar ao lado daqueles que mais precisavam, a Igreja foi diversas vezes perseguida na região. Muitos padres, freiras e bispos foram enquadrados como comunistas. Não só pelos militares, mas também por latifundiários na região. Todavia, para lutar contra a opressão no Sudeste do Estado do Pará, uma voz impressa ecoou, representando o grito político dos posseiros, como também dos religiosos e religiosas, no combate contra a ditadura militar e na luta pela democracia, como se verá a seguir.

## CAPÍTULO II – O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE – ENTRE A DENÚNCIA E A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES.

### 2.1. “Não nos calarão!”

Um importante instrumento político-religioso de formação política e de denúncia contra as injustiças sociais no campo em fase final da ditadura militar, que circulou no sudeste paraense, entre 1980 e 1987, foi o jornal alternativo “*O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*”<sup>54</sup>. O periódico produzido artesanalmente, “feito em mimeógrafo e distribuído” nas diversas “comunidades rurais existentes ao longo da rodovia PA 150, nas estradas vicinais, paróquias e igrejas” (PESSÔA; COSTA, 2017, pp. 69-71), sob coordenação da Diocese de Marabá, numa região onde a intercomunicação era amplamente precária, mas não ausente, pretendeu ser “um veículo de informação de tudo aquilo que acontece na Pa-150”<sup>55</sup>.

Ora, sabemos que não há como empreender a difícil tarefa de informar todos os meandros e incidentes que estão presentes nas teias que regem a sociedade, não obstante, isso não anulou sob nenhuma hipótese a corajosa intenção político-social-cultural do jornal alternativo na Amazônia Oriental, em tempos de repressão. Sua principal incumbência para com os sujeitos sociais foi ser “de fato um porta-voz das causas populares da região como de outras”<sup>56</sup>. Isso, em certo sentido, foi apresentado e discutido pelo impresso em diversos momentos, dado que as lutas dos posseiros no Sudeste do Estado do Pará, embora reduzida em uma microescala, somava-se com as lutas de trabalhadores de outros Estados e da América Latina<sup>57</sup>. Desse modo, como bem pontuou José de Souza Martins ao prefaciar o livro de Ricardo

<sup>54</sup>Inicialmente o periódico não tinha essa denominação, começou sendo chamado de *Informativo da PA-150*. No entanto, em 1980, data de sua primeira edição, no mesmo mês de comemoração da luta dos trabalhadores internacionalmente, em 1º de maio, “foram propostos quatro nomes para o periódico: ‘Êxodo’, ‘O Grito da PA 150’, ‘Corrente’ e o ‘Camponês’. Após consulta aos representantes de algumas das comunidades rurais existentes ao longo da Pa 150 atendidas pelos religiosos e agentes de pastorais da Diocese de Marabá, decidiu-se pelo título *O Grito da Pa 150* a partir de seu segundo número, em junho de 1980. Quando o jornal completa um ano de existência, em maio de 1981, é acrescentado como subtítulo ao periódico ‘Terra e Liberdade’, passando dessa forma a ser divulgado nos anos subsequentes como: *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade* (PESSÔA; COSTA, 2017, p.68).

<sup>55</sup>**O Grito da Pa 150: TERRA e Liberdade**, Ano I, nº1, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1980, p.1. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>56</sup>Ibidem, p.1.

<sup>57</sup>A conexão entre as lutas dos trabalhadores é presente em momentos no periódico, a exemplo sobre a tensão social no antigo norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, perante a grilagem de terra, a benevolência da Polícia Militar e a incompetência administrativa do GETAT em coordenar suas ações. Para denunciar essas questões, os lavradores organizaram uma passeata pedido por justiça social. Muito semelhante com o movimento dos trabalhadores no sudeste paraense **O PROTESTO DOS LAVRADORES – IMPERATRIZ**. *O Grito da 150: Terra e Liberdade*, Ano II, nº13, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1981, p. 5. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA; Outro exemplo é em relação as prisões, segundo o consta no jornal,

Kotscho, relatando que quem quisesse saber sobre o que ocorria no campo nessa época, “tinha que ler boletins mimeografados, publicados a duras penas no interior do país inteiro, que registram a história do povo no dia a dia” (KOTSCHO, 1982, p. 10). Logo, *O Grito da Pa 150*, foi um belo exemplo disso.

Nesse sentido, segundo o Padre Paulo Joanil, religioso da Congregação dos Missionários dos Oblatos de Maria Imaculada (CMI), um dos membros que ajudou na construção desse jornal de protesto, argumentou que o motivo da sua criação esteve diretamente relacionado com:

Nós da equipe da CPT, com alguns trabalhadores rurais, posseiros da região, e também com o olhar do MEB [...], percebemos que na região não existia nenhum órgão informativo, de informação, e também de denúncia. E aí, então, surgiu nos nossos papos, a ideia, quem sabe, sonhar fazer um informativo popular para informar os acontecimentos e circular os acontecimentos na região. Claro que a ideia foi imediatamente aceita e então, com os agentes do MEB, da CPT – estava o Mano, Ademir Martins, a Beta, o Eduardo -, começamos [...] a colocar essa ideia para ser refletida com os posseiros, e também com outros agentes de pastoral, irmãs, padres e o Bispo. Até então não existia nenhum organismo, algum vínculo de comunicação para circular a luta do povo. Nós tínhamos a consciência de que a luta não poderia ficar isolada. Se lá em Goianésia tivesse algum acontecimento, alguma violação dos direitos humanos dos posseiros; tivesse lá em São Geraldo do Araguaia; tivesse lá na Palestina. Colocar isso em comum era uma maneira de conscientizar, informar, fortalecer a luta, conscientizar e botar pra fora, pra sociedade essa violação de direito, essa injustiça feita aos posseiros. Imediatamente [fizemos] um esboço de um primeiro informativo, que veio o primeiro número pra teste. A ideia era que fizéssemos o primeiro, espalhasse para todas as regiões da diocese de Marabá e escutar como foi a recepção desse informativo. Todo mundo gostou muito. (Pe. Paulo Joanil, entrevista concedida em 2017. CPT-Belém/PA.)

Assim surgiu o Jornal, que abordava em suas páginas o cotidiano das populações rurais que viviam ao longo da PA 150, especialmente entre os municípios de Itupiranga, Marabá, Nova Jacundá e Goianésia, utilizando estratégias de comunicação textual, com o recurso de charges, uma linguagem simples e direta, de modo a exteriorizar um traço comum existente nos

---

sem embasamento judicial que membros associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém sofreram. Além disso, é relatado as ameaças e perseguições que lavradores vivenciam no município **SANTARÉM**. *O Grito da Pa 150; Terra e Liberdade*, Ano I, nº11, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1981, P.04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA; Outro exemplo ainda é sobre a prisão de alguns sindicalistas, metalúrgicos, em uma série de greves presente no ABC paulista em finais de 1970 e início de 1980, que comporta Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Essa zona abriga o polo industrial de São Paulo, e nos anos de 1980, sob prescrição da Lei de Segurança Nacional (LSN) alguns operários foram acusados como incentivadores da greve. O jornal alternativo, além de relatar e de se solidarizar com a luta deles, relata os nomes dos que lutavam em “defesa de seus mínimos direitos: de trabalho, de sobrevivência, de reunião, de expressão, de greve” e sujeitos como Lula, José, Almeida, Manoel Anízio, Nelson Campanholo, Wagner Alves, Djalma Bem, Enilson Simões, Osmar Santos, Rubens Teodoro e Juraci Batista não lembrados. **GOVERNO CONDENA SINDICALISTAS**. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano I, nº10, Fevereiro de 1981, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

anos finais da ditadura militar: a busca por justiça política, econômica e social, questionado nas suas inúmeras matérias do periódico.

São os despossuídos de capital, cuja síntese é expressa na figura do posseiro, ao mesmo tempo o público a ser atingido e o sujeito original da abordagem. Em outras palavras, o posseiro é “sujeito” e “objeto” do jornal, que se soma a outros atores sociais – agentes de pastorais, membros da pastoral da juventude e lideranças engajadas nas oposições sindicais, que muitas vezes se confunde na mesma pessoa, a exemplo de Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, que foi líder de oposição sindical, “animador da Comunidade de Itaipavas, do distrito de São Geraldo do Araguaia, e agente de pastoral” (PEREIRA, 2015, p. 267).

O jornal tinha duas funções fundamentais, quando da produção de seu conteúdo: a primeira, de *informação* sobre a realidade conflitiva existente no sudeste paraense, como de outras regiões; a segunda, realizada de forma pedagógica, associando em diversos momentos passagens da bíblia – a relação da fé com o cotidiano -, foi em relação à *formação política* dos posseiros, presente ao longo de todo o tempo de circulação do jornal. Contudo, deve salientar que a *informação* e a *formação política* não estão postas separadamente. Estão profundamente articuladas e distribuídas no “corpo do jornal”, numa simbiose contestatória, em denúncia contra a inoperância do Estado, no território em estudo.

Foram as causas populares pelas quais a imprensa alternativa se dedicou no sudeste paraense, referiram-se ao cotidiano de agentes de pastorais, religiosos e posseiros, no qual possuíam intensa comunhão entre suas práticas comunitárias, como as que eram promovidas, segundo o jornal, nos cursos bíblicos nos povoados, vilas e municípios criados ao longo da PA-150. Com a construção desta estrada, compreende-se que não foi acompanhada com a implantação pelo poder público de condições básicas de infraestrutura no mesmo fluxo que chegavam os empreendimentos comerciais de capital e de pessoas à região, sem falar da acentuação da violência no campo. Dessa maneira, o jornal, em denúncia aos impactos da construção no final da década de 80 da rodovia estadual da PA-150, questionava em sua edição de número dois que:

Desde que iniciou, tem sido um palco de arbitrariedades, violências, mortes e todo tipo de desmando criando grande tensão social na região. E em sua maior parte, é a questão da terra, que não teria tanto sentido sem aqueles que nela trabalham, que são os camponeses (TERRA e Liberdade, 1980, p. 2).

Um exemplo desse processo de denúncia contra as arbitrariedades na Pa 150, como mencionado na citação acima, referente a terra, pode ser notado pela intervenção pelo Bispo

Dom Alano, entendido como “apóstolo fiel de Jesus Cristo [...] que tanto incentivou e encorajou”<sup>58</sup> a luta, quando ele escreveu uma carta destinada ao general Manoel de Jesus e Silva, conhecido na região como do “8”. O documento, segundo o jornal, foi fruto de um relatório produzido pelo padre Paulo Joanil, mencionado em momentos antes, denunciando os inúmeros casos de conflitos na região “envolvendo numerosos posseiros e alguns grileiros como os srs. Basílio, Geraldo Veloso, Dão, Osanir, e os Capixabas”<sup>59</sup>. Desse modo, a carta registra em uma das passagens em entonação de desabafo sobre as injustiças sociais que:

Agora não dá mais para aguentar isso, Sr. General. A paciência do povo se esgota. Que regime é este nosso, que só assina com eficiência a solução dos problemas dos ricos e dos que têm a força econômica na mão? Que regime é este que assiste de braços cruzados ao esmagamento progressivo de centenas de pobres, só porque são pobres? O pobre é sempre o ladrão, é sempre o invasor. O rico é sempre o homem de bem, com todos os direitos do seu lado. [...] Até quando, Senhor General? Receio que esteja para estourar coisa bem desagradável por aí, com muito sangue correndo, e nós o que vamos fazer? A Igreja não pode, sob pena de trair seu mestre, pedir a um povo torturado pela insegurança e ameaças constantes, que tenha paciência. Isto seria uma afronta a dignidade humana deste povo pisoteado. [...] BASTA de tanta infâmia, senhor Geral (TERRA e Liberdade, 1980, p. 5).

Para poder solucionar as tensões diárias na região, os posseiros contavam com a ajuda da Igreja, cuja a atividade, nas páginas do jornal, se deu de duas formas: a primeira pelo diálogo, realizando intermediações nos conflitos junto ao Estado e com a sua extensão de poder na região, para procurar resolver o impasse, como no caso do general do “8”; a segunda opção, é que caso não acontecesse o comum acordo entre as partes envolvidas, os religiosos dificilmente poderiam reagir contra isso, como podemos ver na passagem “Receio que esteja para estourar coisa bem desagradável por aí, com muito sangue correndo, e nós o que vamos fazer?”. O ponto de interrogação não pode passar despercebido, pois a missão social, de parte do clero nesse contexto, é com os pobres, compreendido, nas páginas do periódico, como injustiçado e humilhado pelo motivo de sua condição de vida e da estrutura desigual da governabilidade do país que pouco faz para reverter esse quadro. Sendo assim, os confrades não poderiam estar contra eles, de modo que assim como “Jesus Cristo, que derramou o seu sangue para libertar todos os homens das forças do Mal”<sup>60</sup>, os religiosos tinham esse compromisso com os posseiros,

---

<sup>58</sup>**TESTAMENTO DA CAMINHADA DO PE PAULO NA DIOCESE DE MARABÁ.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº34, Diocese de Marabá/Pa, Março de 1986, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>59</sup>**CARTA DO BISPO AO GENERAL.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº1, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1980, p. 5. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>60</sup>Ibidem, p. 5

e estes também estão sujeitos a tencionar resistências em favor dos missionários. Há uma relação de reciprocidade entre eles, colocando em muitos momentos até suas vidas em riscos.

Por conta desse cenário no qual a Amazônia experimentou, em marcha pela “modernidade” de forma autoritária e do suposto “desenvolvimento” regional como o horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006) apontado para o progresso que o jornal *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade* foi criado, passando a efetuar duras críticas ao governo Nacional e as suas políticas, especialmente no sudeste paraense, visto que “a intensificação dos conflitos de terra e o caráter irregular e desigual da intervenção governamental” corroborou “num traço marcante da estrutura agrária da região” (ALMEIDA, 1991, p. 260). Em virtude disso, sobretudo do impacto do golpe de 1964 na região que o jornal se preocupou em informar as sanções repressivas no campo e os litígios pela questão da terra.

Sobre esse golpe, o jornal problematiza, de forma clara e concisa, os principais atores sociais que estiveram presentes na década de 60 para conspirar contra a breve experiência democrática do país, que contribuíram, assim sendo, para as tensões no campo. Destacou “os ricos, donos das fabricas e grandes fazendeiros”<sup>61</sup>, as empresas multinacionais e o apoio estadunidense<sup>62</sup>. Apesar disso, segundo o periódico, “infelizmente o apoio decisivo para derrubar o presidente da república foi da igreja”. No entanto, fez questão de ressaltar que foi um setor do clero a apoiar o golpe, pois “uma pequena parte da Igreja já ficou com os oprimidos”, como a JOC, JUC, JAC<sup>63</sup>. Como menciona o Jornal, os opressores chegaram ao poder delegando a tarefa para os militares que, por sua vez, “desrespeitando todas as leis do país [...] derrubaram o presidente da república eleito pelo povo e instalaram uma ditadura militar”<sup>64</sup>, “salvando”, sendo assim, o país da ameaça do comunismo, pois ele, na versão dos conspiradores civis e militares, segundo o jornal, “mata até menino de colo”<sup>65</sup>.

Sobre o questionamento a esse evento histórico, o periódico indaga em 31 de março de 1982, quando o golpe fez 18 anos, ao seu público-alvo perguntando “quem melhorou de vida depois daquela revolução?”<sup>66</sup>. Relembra, por exemplo, as lutas dos operários nas cidades e no

<sup>61</sup> **1964: QUEM FEZ ESTA REVOLUÇÃO?.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº22, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p.2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>62</sup> **PREPARAÇÃO DO GOLPE MILITAR.** O Grito da 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1981, p. 9. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>64</sup> **O GOLPE MILITAR.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1981, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>65</sup> **PREPARAÇÃO DO GOLPE MILITAR.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1981, p. 9. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>66</sup> **1964: QUEM FEZ ESTA REVOLUÇÃO?.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº22, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

campo em um curto período democrático que o país experimentou<sup>67</sup> e questiona a tal “revolução”, relatando que a população no período anterior do golpe, nada mais lutava “pela justiça social, igualdade entre os brasileiros e pela liberdade”<sup>68</sup>

O periódico foi fruto de um ato de resistência de alguns setores progressistas da Igreja, como também de lavradores do campo – como já mencionado em momentos iniciais. Ele declarou em suas páginas que o jornal militante não era qualquer imprensa, mas “a explosão do grito abafado no peito de nosso povo”, continuou relatando, numa espécie de tom de esperança, que também seria “o grito na escuridão quando tudo parece sem saída”. A “escuridão” se refere às lentas transformações no que tange a permanência das injustiças sociais no campo, como as mortes e aos tipos de violências física e simbólica que abalaram os sujeitos sociais, seja os posseiros, bem como padres, freiras e bispos católicos. A “saída”, no que lhe diz respeito, é a resistência e perseverança que eles devem possuir “até que aconteça a vitória final”<sup>69</sup>. Ela, por seu turno, é associada ao espaço no qual há melhores condições existenciais para se viver.

Dessa maneira, podemos compreender, ao longo do percurso do jornal que, quando as demandas dos trabalhadores não são atendidas, ou quando mesmo os canais de diálogo<sup>70</sup> não se sustentam em um denominador comum e as injustiças ditam a normalidade, que é anormal, da ordem social vigente, eles não deveriam cruzar os braços, sair das suas roças, recolher seus instrumentos de trabalho e partir com seus familiares para outros lugares, como alguns costumeiramente faziam, porque “é preciso gritar, gritar alto, gritar juntos, gritar de peito aberto, gritar sem parar até o último suspiro de vida”, tendo em vista que, segundo o jornal, “é melhor morrer gritando do que morrer calado no silêncio da covardia”<sup>71</sup>.

Dessa forma, as resistências que os trabalhadores se valeram, presente no sudeste paraense, diante dos conflitos na região contra os fazendeiros, grileiros e jagunços, por

---

<sup>67</sup>Durante a breve experiência democrática do país, entre 1945 a 1964, como bem lembra Marcelo Badaró, vivencia-se no país, depois da ditadura de Vargas -1937 a 1945 -, a “ascensão do movimento sindical que se observa entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964”. Após o golpe, os sindicatos seriam duramente combatidos pelas forças armadas e atrelados ao Estado para desmobilizar as lutas dos trabalhadores (MATTOS, 2003, p. 38).

<sup>68</sup> **1964: QUEM FEZ ESTA REVOLUÇÃO?.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº22, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>69</sup> **EDITORIAL.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano V, nº32, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1985, p. 1. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>70</sup>Deve-se destacar uma complexidade que foi vivenciada pelos sujeitos sociais no sudeste do Pará, visto que a luta no campo contracenou em duas formas, que muito embora distintas em seus resultados e ações, não foi excludente taticamente. Os posseiros buscavam questionar ao representante da justiça os casos de despejo muito comum após as desordenadas distribuições de incentivos fiscais na região. Quando esse canal comunicativo com o poder judiciário falhava e a incompetência ou complacência do poder legal do operador do direito em julgar as fraudes realizadas nos cartórios, como a grilagem de terra, a saída mais possível seria com a luta armada (PESSÓA 2013).

<sup>71</sup> **EDITORIAL.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano V, nº32, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1985, p. 1. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

exemplo, se deram de diversas formas, para assim poder propagar o “grito” dos lavradores. Entre elas, há o método de “montar trincheiras ou emboscadas para precaver ou atacar pistoleiros, a polícia e proprietários rurais [...] práticas, as vezes, consideradas necessárias pelos posseiros” (PEREIRA, 2015, p. 226). Nas páginas do jornal há o caso da emboscada realizada em uma fazenda em São Geraldo do Araguaia, no município de Conceição do Araguaia, quando membros do GETAT “tinham a missão de desocupar e demarcar uma fazenda na área”. No conflito, “quatro agentes da polícia federal, lotados em Marabá, e um técnico do GETAT, saíram feridos” quando “foram atingidos por tiros de cartucheiras”<sup>72</sup>.

Episódios como este deixam a seguinte interpretação: os posseiros não assistiam passivamente a coerção de membros do Estado e dos grupos que ele encobertava. Nas páginas do jornal é clara essa manifestação, visto que o lavrador “tem o direito de defender a sua posse contra todos aqueles que quiserem expulsá-lo da sua terra: (soldado da polícia [...] sargento ou delegado, grileiro, jagunço)”, utilizando, se for preciso, “para defender o seu direito, a sua posse, com os meios que for necessário para combater aqueles que desejam tirar o seu pedaço de terra”<sup>73</sup>. [sic]

Por isso, não devemos apenas enquadrá-los somente como “vítimas”<sup>74</sup> no processo sócio-histórico. Em tese, eles “resistem aos pistoleiros e começam a atacá-los em grupos”<sup>75</sup>, e em outros casos, incorporam até práticas utilizadas contra eles para “contrapor à força dos proprietários rurais e de seus pistoleiros” (PEREIRA, 2015, p. 236). Seja como for, não é tarefa

---

<sup>72</sup>**POLÍCIA FEDERAL LEVA TIROS DE CARTUCHEIRA EM SÃO GERALDO.** O Grito da Pa: Terra e Liberdade, Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>73</sup>**OS DIREITOS DE DEFENDER A POSSE.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Ano II, nº 17, Diocese de Marabá/PA, setembro de 1981, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>74</sup>Em setembro de 2003, Ailton Pereira entrevistou o Padre Ricardo Resende, ex-coordenador da CPT de Araguaia-Tocantins, perguntando sobre o motivo político da entidade de registrar somente as “baixas do lado dos trabalhadores rurais e de seus apoiadores”, podendo, desse modo, serem enquadrados como “vítimas” desse processo histórico. Segundo o religioso, em primeiro lugar, os posseiros são vítimas, pois não possuem de forma efetiva instrumentos técnicos – como armas, dinheiro, o juiz e a mídia em seu favor. Relatar à imprensa comercial e ao Estado que eles estão lutando e resistindo poderia ser interpretado que eles são violentos. Naquele momento histórico, “os trabalhadores estão lutando pela vida e os pistoleiros estão lutando para os matar”. O segundo motivo se justifica é que a CPT não tinha informações completas sobre as baixas do lado dos fazendeiros, porque a polícia e o fazendeiro não mostravam interesses na divulgação da quantidade de mortes do outro lado, pois “estariam revelando que eles, os proprietários, possuem milícias para defender suas terras e isso não era nada bom para eles”. Contudo, o padre não escondeu as mortes de pistoleiros, fazendeiro e de policiais, em bem menor número, é claro. Ailton Pereira, argumentando essa opção política e religiosa da CPT, problematiza que durante os períodos de 1970 a 1980 na região que cobre o Sul e Sudeste do Pará, muitos dos conflitos que envolviam trabalhadores rurais eram interpretados por membros do Estado e do latifúndio na região como focos de guerrilhas armadas no campo. Portanto, quaisquer as ações de coerção social contra os posseiros seriam válidas, segundo as oligarquias e as milícias nela engajada. (PEREIRA, 2015, pp. 228-229).

<sup>75</sup>**O GETAT E A COMPLICADA QUESTÃO DA TERRA.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 9. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

nossa dizer se é certo ou errado as estratégias e táticas utilizadas pelos posseiros, presente nas páginas do jornal, pois foram utilizadas de acordo com as suas escolhas e das necessidades postas. Diferentemente de um juiz, os historiadores devem, à luz de seu ofício, compreender essas fissuras na sociedade, a partir de uma análise e discussão histórica, buscando reconstituir as evidências e problematizá-las<sup>76</sup>.

Dessa forma, para ajudar o leitor a compreender a informação presente no conteúdo do jornal, os manuscritos do impresso alternativo religioso-camponês com circulação periódica no decorrer de oito anos, procurou transmitir uma forma linguística que pudesse ser mais acessível possível ao seu leitor principal, visto que comumente o seu receptor não era alfabetizado ou quando era, fosse pouco letrado. No entanto, a pouca instrução não significou que os sujeitos não dialogassem e relacionassem as suas práticas culturais e sociais diárias com o espaço e o contexto no qual estavam inseridos.

Deste modo, Roger Chartier, problematizando a “necessidade, para o historiador, de refletir sobre as formas e os meios que permitem abordar este ato sempre efêmero e misterioso que é a apropriação de um texto”. Relatando o processo de uma “*cultura do impresso*”, presente na cultura ocidental, defende que:

[...] o escrito está perceptível em todas as partes, através da presença do escrito impresso, que cria condições de presença de uma cultura de empréstimo, mesmo para os analfabetos, que contam aí com mediações para poder estabelecer uma relação com esta cultura impressa: mediação da leitura coletiva em voz alta, mediação de um deciframento do texto a partir da imagem [...] e outras. Por ela e a partir de elementos geradores de *mediações* da leitura, que é realizada de forma coletiva, os analfabetos poderiam, segundo o pensador, estabelecer o deciframento do texto (CHARTIER. Apud. CORSO, p. 15.)

É por essa lógica de apropriação do texto, como adverte Chartier, que, por intermédio de um mediador, muitas vezes os próprios animadores das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) ou mesmo algum religioso, que muitos sujeitos poderiam compreender e interpretar o que era transmitido pelas páginas do jornal, através de uma leitura coletiva e participativa, dado que “ali todos falam, o homem, mas também a mulher, o que sabe ler e o que ainda não aprendeu” (PESSÔA, 2012, p. 100).

Nessa socialização da informação, associando, por vezes, passagens bíblicas em contraposição das atividades repressivas na região, somando com a importante relação entre o verbal e o visual do jornal que “contracenam nas estratégias de escrita do informativo, compondo o todo discursivo, de modo que a leitura do texto verbal sem a sua contraparte visual pode comprometer” (SILVA, 2016, p. 83) o sentido do texto que a população poderia apropria-

<sup>76</sup>Para compreender a diferença entre um historiador e o juiz, pode-se ver: GINZBURG, 2011 e BLOCH, 2011.

se do seu rico conteúdo e contrapor, em muitos casos, os discursos oficiais do governo federal, bem como de juízes, fazendeiros e grileiros na região, além de agentes da Polícia Federal e do Exército, estes últimos, compreendido, pelo jornal alternativo, como forças repressivas.

Um exemplo de problematização que o periódico utilizou foi uma das questões que passou ditar novas relações na Amazônia, cuja profundidade dos seus resultados abalou muitas famílias, como foi o caso da titulação formal da terra<sup>77</sup>, uma questão que não era de costume na região, mas que passou ser a partir de 1960. O jornal alternativo, de forma educativa e reflexiva, questionou a nova evidência abordando que:

O lavrador nunca se preocupou muito em legalizar suas terras, como nunca se preocupou em legalizar seus filhos, mas nem por isso ele deixa de reconhecer que são dele. Ele acredita e com razão que a terra é de todos, que a terra é de quem trabalha. A terra foi confiada aos homens para ser cultivada e produzir frutos necessários ao seu sustento. A terra é um dom de Deus (TERRA e Liberdade, 1980, p.05)

A questão da terra é o espaço que vai se concretizar no verdadeiro palco de confronto social, em virtude também dos novos sentidos que foram dados a ela. A terra, para além de “um dom de Deus”, como menciona a passagem acima, deixa como pano de fundo uma outra questão importante, já que “o que estava em jogo não era só a perda da terra enquanto meio de produção, mas a terra enquanto espaço de práticas individuais e coletivas” (PERREIRA, 2015, p. 156). Ela, segundo o jornal, é o *in loco* do trabalhador para plantações de benfeitorias, implantação de escolas, hospitais e do convívio familiar. É o lugar do trabalhador do campo, pois ele concede, presente nas páginas do periódico, um sentido social não capitalizado, porquanto “a terra é um bem coletivo, quer dizer, de todos”<sup>78</sup>. Desse modo, esse bem material, tal como celestial, como se pode verificar na citação, foi alterado, passando a gerar verdadeiras convulsões sociais no sudeste do Pará. No entanto, o que se verifica nas páginas do jornal é que todo esse processo construído não foi entendido de forma naturalizada, bem como a

---

<sup>77</sup>Sobre esse rearranjo jurídico que passou a ser, na verdade, uma questão política compreende-se que “O Direito Civil, a legislação dos regimes públicos, as certidões cartorárias, as medições de superfície e uma série de práticas formais inusitadas se generalizaram. [...] O homem rural residente na área não estava preparado para uma mudança tão radical de conceitos e valores; em geral, não lhe passava pelo espírito a necessidade de revestir sua posse física do imóvel com um título de propriedade legalmente reconhecido. A posse, para ele, já constituía todo o direito necessário para deter a terra. Ocorre que a mudança de conceitos, no caso, é ditada por interesses bem precisos daqueles que desejam estender o mais possível o controle sobre a terra. E assim, o formalismo jurídico, [...] é utilizado como um instrumento de expansão do domínio fundiário dos grupos mais fortes [...]. De fato, o que a lei positiva estabelece é que posse não provada é posse não tida. E como, em última análise a prova da posse deve ser judicial – portanto, dependente de uma estrutura complicada, cara e praticamente ininteligível para o caboclo – este se vê de repente em total insegurança (PESSÔA, 2016, p. 107).

<sup>78</sup>**A TERRA É UM DOM DE DEUS.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/Pa, Outubro de 1980, p. 5. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

“concentração fundiária sob o ditame da força bruta da coerção” das oligarquias reinantes (ALMEIDA, 1991, p. 260).

Esse é o jornal de protesto e de conscientização política dos trabalhadores, produzido e distribuído pelas Comunidades Eclesiais de Bases, em certas localidades da Amazônia Oriental. Altamente combativo nas suas denúncias e nos informes, convocava os posseiros diariamente à luta. Sua edição é de competência da equipe de pastoral da PA-150, havendo o “padre Paulo Joanil da Silva, o seminarista Eduardo Pedrosa, a irmã Dorothy Stang e o padre Humberto Rilland” (SANTOS, 2003, p. 115) como os principais membros da editoração, diagramação e organização do impresso. Todos em comunhão com o importante papel religioso-político da Diocese de Marabá na época, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra e ligados a Teologia da Libertação. Seu público, como já assinalamos, é o posseiro e a população das comunidades ao longo da rodovia PA 150. Essa população excluída de bens e serviços, além de alijada do processo político, é a pauta principal do *O Grito da Pa-150: Terra e Liberdade*.

Assim foi se estruturando jornal alternativo que publicava, segundo consta o Arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI), “propaganda adversa contra o governo e o regime” militar. Este, por sinal, chegou até a classificar o periódico do sudeste paraense como um “jornaleco”<sup>79</sup>, denominação que deixa a subentender que foi realizado em um tom de desprezo por conta da sua opinião oposicionista, na interpretação dos militares. Provavelmente, por conta que o impresso alternativo verbalizou duras críticas ao governo federal<sup>80</sup> e no que se refere a repressão política que rondou na região<sup>81</sup>. Não esqueceu da Lei de Segurança Nacional que, segundo o imprenso, em denúncia, relatou que “qualquer oposição, qualquer atitude contrária ao governo, pode ser entendido como crime”, a exemplo do próprio jornal, considerando que

---

<sup>79</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 08/06/1982. Assunto: **O GRITO DA PA 150 – TERRA E LIBERDADE**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 01.

<sup>80</sup> Como na crítica a rádio nacional que, segundo o jornal, “é um instrumento da repressão no campo das comunicações”, pois é a “voz do governo, é a voz da ditadura militar” **A RÁDIO NACIONAL: INSTRUMENTO REPRESSIVO**: O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 17, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1981, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>81</sup>Entre os exemplos, este se refere a prisão de 2 padres franceses, na década de 1980, Aristides Camio e Francisco Gourioiu, relatando que em solidariedade aos religiosos, os trabalhadores enviavam cartas com palavras de conforto perante as injustiças. **O GRITO DA PA 150 – TERRA E LIBERDADE**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 01. Cruzando as fontes, observamos que a Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá, segundo expresso no jornal, foi uma das organizações responsáveis pela coleta e envio das cartas. **MAIS UMA LUTA VENCIDA**. O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Ano II, nº 21, Diocese de Marabá/Pa, Fevereiro de 1982, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

“os meios de comunicações estão sob fio do facão da LSN. Além de ações que autorizam suspender e apreender jornais”<sup>82</sup>.

Em oposição a essas práticas, o boletim foi um combativo na luta pela democracia em suas páginas. Reivindicou com afincos a representação popular no poder em comum acordo com a luta pelas *diretas já*, “campanha lançada em 1983, mas que cresceu em 1984” (FICO, 2004, p. 30), quando parte da sociedade brasileira solicitava em passeatas a eleição para presidente do país em 1985. Chegou a declarar que as *Diretas* seria a libertação da população. Todavia a campanha não teve êxito, porque o que ocorreu foi mais uma manobra política, como de costume na histórica formação do Estado-Nação do Brasil, posto que a escolha do presidente civil aconteceu de forma indireta. O combativo jornal, antes mesmo do resultado daquela decisão, relatou as duas possíveis representações no executivo do país: Tancredo e Maluf. O primeiro, para a imprensa alternativa, é “um burguês da classe alta”; o segundo, “representa toda a corrupção e podridão que reina nesse poder”. Ambos não representam a democracia esperada, visto que o seu resultado desse processo foi “de uma meia dúzia que vão eleger o próximo presidente da república”<sup>83</sup>.

Tão logo, para lutar contra o Estado autoritário da ditadura militar reinante no sudeste paraense, contra os dois “*Brasis que existe*”<sup>84</sup>, de forma mais eficaz e, se podemos considerar, de forma mais ordenada, era preciso que os posseiros fossem capazes de “aumentar a consciência e organizar a classe dos camponeses”<sup>85</sup>, dado que suas ações poderiam convergir em táticas mais determinadas a partir da organização assentada não na individualidade, pois ela é ineficaz, segundo o jornal, mas baseada na coletividade dos trabalhadores do campo, visto que ela é a ferramenta máxima de contestação política, como a formação das associações comunitárias.

---

<sup>82</sup> **A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL CONTRA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/Pa, Fevereiro de 1981, p. 9. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>83</sup> **DIRETAS JÁ.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano V, nº 32, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>84</sup>Vale ressaltar que o estado de exceção, embora existisse, ele não foi sentido por todos os segmentos da sociedade. Sendo assim, segundo o jornal, os meios de comunicações – se referido as empresas comerciais -, contribuíram para isso. Desse modo, há dois modelos de “*Brasis*” profundamente antagônicos nas entrelinhas do periódico. Um deles é o “real”; o segundo chamado de “outro”. No primeiro caso o “povo é preso, torturado, massacrado”, e no segundo, “os assassinos recebem a medalha de pacificadores”, esta última é em referência aos atos das forças armadas a nível Nacional, Estadual e Regional e que tangencia nas redes de relações do país, como na vida privada dos cidadãos. Ibidem, p. 04.

<sup>85</sup> **25 DE JULHO.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 1, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1980, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

## 2.2. “A luta é contra a ditadura militar”<sup>86</sup>

Em data comemorativa ao dia do trabalhador rural, 25 de julho<sup>87</sup>, é noticiado pelo impresso que naquela data os posseiros deveriam começar a pensar em como organizar o seu festejo comunitário. Contudo, a simbologia do dia não deveria apenas ser reduzida ao ato comemorativo, visto que também os trabalhadores tinham a tarefa de “preparar alguma coisa que ajude os camponeses a aumentar sua consciência e organização de sua classe”<sup>88</sup>. Para além disso, a comemoração deveria pautar-se em “fazer algo para que cada vez mais os trabalhadores do campo sejam e representem uma classe unida e organizada”<sup>89</sup>, e mais que isso, “ativa, na luta pelos seus direitos”<sup>90</sup>.

Os fragmentos mencionados deixam explicitamente, em um primeiro momento, o compromisso ativo do jornal alternativo, de estar em favor de uma classe social específica, os trabalhadores do campo, especialmente através das oposições sindicais, como veremos mais adiante. Tal perspectiva está presente logo na primeira edição do Jornal, em 1980, e ganhará força nas edições subsequentes. Sua missão social é para com os pobres, como relacionado em momentos anteriores, não naturalizando as mazelas sociais que os assolam e castigam em um modelo econômico que o jornal condena, o sistema capitalista de produção. Num segundo momento, a “classe unida”, ora mencionada, é lembrada em vários momentos no impresso, pois é por meio da união das comunidades, seja em associações de bairros, oposições sindicais e/ou em um Partido Político, que os trabalhadores poderão fazer-se mais fortes e ativos contra da coerção social que os afeta, em virtude da instalação de empresas e ineficácia geracional de representantes do Estado na região, como do Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e do Instituto de Terras do Pará (INTERPA), não esquecendo, é claro, do poder de decisões seletivas de alguns membros do poder judiciário na região. Todos esses elementos são denunciados ferozmente pelo jornal alternativo na Amazônia, carregando como uma das suas bandeiras de luta em tempos tenebrosos: a defesa dos direitos humanos.

O boletim em estudo, embora tenha a bandeira da reforma agrária e a oposição intransigente a ditadura militar problematizada de forma constante em suas páginas, não deixa de chamar atenção para outras demandas que já eram debatidas nas assembleias comunitárias,

<sup>86</sup>**E A ASSOCIAÇÃO.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 1, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1980, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>87</sup>Foi instituída pelo Decreto-Lei de 1º de Julho de 1964, onde se ler em seu artigo 1º o seguinte, “é fixado o dia 25 de maio como data comemorativa do trabalhador rural”.

<sup>88</sup>**25 DE JULHO.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 1, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1980, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>89</sup>Ibidem, p. 02.

<sup>90</sup>Ibidem, p. 02.

como a promovida pela *Assembleia do Povo de Deus* em 1979<sup>91</sup>, antes mesmo da criação e veiculação do jornal em 1980, tais como a “Educação, transportes, terra, saúde, organização dos povoados e evangelização”<sup>92</sup>. Debates que foram presentes no decorrer de divulgação do impresso na década de 80, como exemplo, há o caso da indignação por parte da população sobre a demissão de um médico, dado que, segundo o periódico, ele não estava em comum acordo com a “politicagem que rondava a região de Jacundá”<sup>93</sup>. Outro caso sobre aquela assembleia é que em 1980, na 4ª *Assembleia do Povo de Deus*, nos dias 17, 18 e 19 de outubro, na cidade de Marabá, algumas pautas foram colocadas sob discussão no Boletim, “sugestões para liturgia”, “refletir, discutir e tomar decisões em comunidade”, “cursos sobre a produção – o trabalho dos lavradores”, “atendimento médico” e na orientação para a “formação de bons sindicatos”<sup>94</sup>

À vista disso, são nas assembleias comunitárias que as demandas e carências no lugar social no qual os sujeitos estão inseridos foram problematizadas, todavia, o que se observa também no periódico é que depois de postas as pautas sob discussões, os trabalhadores se organizam em miniassembleias mais pontuais com os representantes de suas comunidades, com a finalidade de avaliar os impactos que a assembleia máxima apresentou, bem como suas futuras ações políticas<sup>95</sup> que se traduzem, sobretudo, pela questão da terra e suas formas de organizações.

Sobre o uso dado à terra, é importante compreender uma questão chave perante as ocupações e conflitos no Sul e Sudeste do Pará. De forma particular, nossa atenção se restringe ao sudeste paraense, área política de luta e atividade do “*O Grito da Pa-150*”, uma vez que, como bem salienta Airton Pereira quando problematizou “*O paroxismo das ocupações e dos conflitos de terra*” e observou que as reivindicações, no que tange “a luta pelo crédito, educação, recursos de infra-estrutura (estradas, energia elétrica, etc.) (PEREIRA, 2015, p. 154),

---

<sup>91</sup> Criada no ano de 1977 na cidade de Marabá. Sua finalidade, segundo o jornal, era de servir como uma “representação máxima” dos trabalhadores, bem como de “bispos diocesano, padres, freiras e agentes pastorais leigos” na luta político-religiosa **O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE**, Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>93</sup> Como nos manifestos relatando que a população tem direito a hospitais de qualidade, médicos e escolas respectivamente: **POVO QUER O MÉDICO NO SESP**. *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*, Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1984, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA; **SESPA SEM MÉDICO**. *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*, Ano II, nº 22, Diocese de Marabá/Pa, Agosto de 1982, p.05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA e **COLONOS QUEREM ESCOLA**. *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*, Ano IV, nº 31, Diocese de Marabá/Pa, Agosto de 1984, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>94</sup> **MINIASSEMBLEIA**. *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*, Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/Pa, novembro de 1980, p. 5. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>95</sup> Sobre essas sugestões das próximas ações, verificamos que foram propostos os seguintes temas: “reforma agrária, eleições, conscientização-consciência crítica, papel conjunto das igrejas no Estado, articulação com outros setores de fora, Educação e saúde” **MINIASSEMBLEIA**. *O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade*, Ano I, nº 4, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

não era realizada aos proprietários de terra com os quais os posseiros tinham tensões direta ou indiretas, mas questionadas junto ao poder Estatal, aos seus respectivos órgãos competentes. É pertinente considerar isso, pois o jornal artesanal quando discutia essas questões, realizava a cobrança de forma direcionada ao poder público, muito embora suas ações fossem entendidas como uma força da repressão e de ações seletivas.

Entre os órgãos que o jornal fez críticas, o GETAT, nos anos de 1980 a 1982, foi o principal citado, em virtude de suas ações seletivas, uma vez que “em grande medida” visou “expulsar os posseiros que ocupavam imóveis com títulos definitivos ou em propor medidas que ficaram conhecidas por ‘permuta’” (PEREIRA, 2015, P. 136). Desse modo a CPT, citada nas páginas do periódico, por exemplo, realizou duras críticas ao órgão federal, já que não resolveu as questões fundiárias e gerenciou de forma seletiva na região a questão da terra, estando contra os posseiros. Isso justificou tais críticas que *O Grito da PA-150* realizou, dado que, o GETAT continuava “marginalizando os lavradores”<sup>96</sup>.

Para tanto, um dos caminhos alternativos presente nas abordagens do jornal para que a população conseguisse, se possível, solucionar essas adversidades que os afetavam, seria por meio da “formação de Sindicatos e Associações, [bem como nos] cursos bíblicos, encontros de conscientização e prática de mutirões”<sup>97</sup>, visto que a sociedade estava dividida em formato de uma pirâmide, em que, no topo estavam os dominadores, estes, por sua vez, associados em passagens do jornal como sendo os responsáveis das suas espoliações; abaixo do topo estavam os trabalhadores, que para lutar de forma organizada e coerente, deveriam reunir-se em comunidade para estudar e debater os problemas do cotidiano, a exemplo, da relação entre o capitalismo e o socialismo<sup>98</sup>. Todavia, os posseiros não deveriam esquecer o “agir no plano religioso”<sup>99</sup>, pois assim, suas reivindicações, somadas com a questão social e política, questionadas e traduzidas em cartas, abaixo-assinados, jornais, bem como na militância promovida em atos públicos poderiam ecoar nos órgãos e autoridades competentes de forma contundente.

Desse modo, a Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI) era uma dessa união comunitária que o periódico empregava, é a principal

<sup>96</sup>ASSEMBLEIAS. O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 8, Diocese de Marabá/Pa, dezembro de 1980, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>97</sup>ASSEMBLEIAS. O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>98</sup>O jornal enxerga o capitalismo como a opressão máximo dos trabalhadores, um meio político e econômico em benefício de alguns grupos. O socialismo, por sua vez, é o espaço que em que há participação e espaços de decisões e governabilidade do povo. Ibidem, p. 4.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 3

organização em defesa dos posseiros na antiga região de Arraias, hoje cidade de Jacundá. Possuía influência e dialoga com outras cidades e vilas por onde o periódico é distribuído. Por meio do jornal, esta Associação criada a serviço dos trabalhadores, estava “a frente da organização da festa do Dia do Lavrador, momento de União dos posseiros para festejar as conquistas e denunciar todas as atrocidades praticadas contra” seus pares e religiosos (SANTOS, 2005, p. 115). Realizou diversas denúncias na região, um exemplo foi contra a venda de terras devolutas realizada por grileiros, conhecido como “Dão”, que além de praticar a expropriação dos lavradores da terra, derrubou uma das principais riquezas dos posseiros, a sua benfeitoria<sup>100</sup>.

Os trabalhadores, contra os casos semelhantes a esse, tinham a ADETUNI como a ferramenta necessária para denunciar ao órgão que deveria cuidar da questão fundiária na região, o GETAT (SANTOS, 2005). Entretanto, ele é visto ao longo das páginas do jornal em conchavo com a PM, fazendeiros, jagunços e grileiros<sup>101</sup>, realizando “vista grossa” em relação a questão agrária. É entendido pelos posseiros e religiosos com a finalidade de “esvaziar a luta dos trabalhadores, reprimir a consciência de classe [...] e implantar o programa do governo, que é o latifúndio”<sup>102</sup>. Além de não solucionar o caso em questão, como tantos outros, ele “só fez dar o seu apoio”<sup>103</sup>.

Para denunciar as ações do GETAT na região como essas, é presente a organização da comunidade, através de uma coleta para financeira, à ida de seus representantes junto ao representante do Estado com a finalidade de relatar a relação da agência Latifúndio-GETAT no sudeste paraense<sup>104</sup>. Uma dessas denúncias foi feita, em Belém, ao governador do Estado na época, Alacid Nunes, quando alguns posseiros foram informar e pedir soluções a respeito dos seus embates com representantes do GETAT na região.<sup>105</sup>

---

<sup>100</sup>**GETAT É CONTRA OS POSSEIROS.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 7. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>101</sup>**GETAT: JAGUNÇO E GRILEIRO.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 14, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1981, p. 7. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA; **GETAT + GRILEIRO.** O Grito da Pa 150: Terra Liberdade, Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/Pa, Outubro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>102</sup>**ESSE GETAT TÁ DEMAIS.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 15, Diocese de Marabá/Pa, Julho de 1981, p.02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>103</sup>**GETAT É CONTRA OS POSSEIROS.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 7. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>104</sup>**POSSEIROS DENUNCIAM GETAT.** O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 7, Diocese de Marabá/Pa, novembro de 1981, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>105</sup>**NOSSO PROBLEMA.** O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 7, Diocese de Marabá/Pa, novembro de 1981, pp. 2-3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

O GETAT em vários momentos no jornal de protesto é entendido como um instrumento contrário aos interesses dos trabalhadores, pois “os posseiros aprenderam que o órgão não foi criado para defender seus direitos”, e a forma mais provável para lutar contra casos como do GETAT é por meio da “organização e união”. Como o respectivo órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) não resolvia os diversos casos ligados a questão da terra na região, o jornal, utilizando do recurso visual, quando dois trabalhadores conversavam para contracenar com o texto verbal, ressignificou sua sigla, denominando o órgão como “Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia-Tocantins”<sup>106</sup>. Como se pode ver abaixo:

Figura 1



**GETAT: QUEIMANDO O ÚLTIMO CARTUCHO.** O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Assim como o INCRA<sup>107</sup>, o GETAT esteve de um lado em suas ações administrativas e finalidades. O jornal procurou comunicar isso diversas vezes ao seu leitor, utilizando, como exemplo, a figura de dois posseiros em uma conversa quando eles estavam sentados. Provavelmente em um momento de descanso, depois de um dia de trabalho, ou mesmo em uma pausa para voltar à prática laborosa novamente, já que, como se observa na imagem, há duas

<sup>106</sup>**O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE**, Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>107</sup>O órgão, por sinal, segundo o jornal, “morreu com uma doença muito feita” e nas palavras do Bispo Pedro Casaldáliga, “o INCRA morreu de podre e nem fede mais”. Passagens que fazem referência em relação a fragilidade administrativa do órgão na região em promover a reforma agrária. *Ibidem*, p. 03.

enxadas ao lado deles, um chapéu que provavelmente era o de palha e calçados. Nada mais que significativo para denunciar o GETAT na região, utilizando o recurso visual-verbal, para alcançar o leitor, que é o próprio lavrador, pois “as imagens nos contam histórias, atualizam memórias [...] imagina a história, demarcam o campo do visível e do invisível” (MUAD; LOPES, 2012, p.280).

Todavia, nem tudo são derrotas e o jornal contra hegemônico enxerga isso. Publicou na edição de número 21 de 1982 uma série de conquistas em consequência da união dos trabalhadores, como o caso do jornaleiro do *Grito da PA 150*, que “foi preso injustamente, mas os posseiros exigiram”<sup>108</sup> a soltura dele. O caso em destaque se refere ao militante responsável pela venda/distribuição do jornal de protesto de nome Hilton Jansen, conhecido na região por Fogoió<sup>109</sup>. Na época, “foi preso pelo sargento Padilha, da Polícia Militar”, no entanto, “após sua prisão, representantes da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá foram até a delegacia solicitar a liberação de Fogoió” (PESSÔA; COSTA, 2017, p. 74), pois “ele não é responsável pelo jornal e sim a Equipe de Pastoral, como já é sublinhado no próprio jornal”<sup>110</sup>. O jornal narrou o episódio para seu público alvo da seguinte forma:

Por volta das 4 horas da tarde, mais ou menos umas 60 pessoas se dirigiram à delegacia da PM, com o intuito de soltar o Fogoió nem que fosse na marra. Lá chegando não encontraram ninguém. Então algumas pessoas começaram a quebrar algumas telhas, outras querendo arrancar as mata-juntas, a fim de entrar em contato com os presos, dar-lhes água e evidentemente depois soltá-los (TERRA e Liberdade, 1980, p. 2)

A passagem acima traz um importante elemento, a união dos trabalhadores que tanto o jornal apregouo todas as vezes nas suas narrativas. A *informação* e a *formação política* presente nas narrativas, ao longo de circulação do periódico, certamente motivou muitos lavradores na sensibilização com o caso de Fogoió, além dele ser um importante agente responsável da venda e distribuição do jornal de protesto. Os posseiros cansados da repressão que rondava tanto a vida comunitária, quanto na esfera privada, estudaram formas para ir em marcha na libertação de um dos seus membros de militância de base, nem que fosse preciso deixar a lei constitucional de lado, dado que ela não era sinônimo de justiça social que os trabalhadores desejavam. Por conseguinte, o delegado responsável da gerência dos atos na

<sup>108</sup>**MAIS UMA LUTA VENCIDA.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Ano II, nº 21, Diocese de Marabá/Pa, fevereiro de 1982, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>109</sup>**PRENDERAM FOGOIO MAS O GRITO NÃO CALA.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº16, Diocese de Marabá/Pa, Outubro de 1980, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 2.

delegacia, assim que chegou, tempos depois, acabou soltando o acusado “graças à pressão de diversas lideranças e entidades da sociedade civil” (PESSÔA; COSTA, 2017, p. 74).

Deve considerar ainda que os jornais alternativos não foram muito bem vistos pelas forças armadas no país. No caso específico, o jornal de protesto do sudeste paraense, *O Grito da PA 150*, foi um desses periódicos que realizava “atividade subversiva”. Segundo documentado pelo SNI sobre seu conteúdo, relata: “impresso pela diocese de Marabá, sempre com contundentes críticas aos órgãos governamentais que atuam na área, principalmente o GETAT, a ELETONORTE e as POLÍCIAS FEDERAL e MILITAR”<sup>111</sup>.

Por realizar críticas ao governo, estavam sob vigilância constante por aquele órgão da espionagem, mas também de autoridades civis na região. Contudo, foi pela união dos trabalhadores cotidianamente, como nas associações de bairros e depois, como presente nas páginas do jornal, na criação dos sindicatos, que os posseiros poderiam resistir com mais eficácia. Portanto, para “gritar” contra as injustiças sociais que os lavradores presenciaram no dia a dia, eles deviam lutar de forma organizada, tendo como articulação sempre a unidade coletiva. Sendo assim, nas páginas do jornal, ele é apresentado em dois importantes planos:

No primeiro ele é um sujeito fraco, magro, indefeso e explorado quando não se organiza não se une. Sendo dessa forma explorado e vencido, perde sua posse e o que produz, ou seja, é sugado ao máximo pelos opressores. No segundo plano, quando o posseiro se une, luta organizado ele se torna forte (SANTOS, 2005, p. 119).

Logo, outra entidade contribuiu no fortalecimento da luta política pautada na coletividade dos trabalhadores do campo, que repercutiu ao longo da história recente desta região, em virtude da sua importância na organização dos lavradores politicamente. Dessa maneira, vale analisar a mobilização dos posseiros nas oposições sindicais em diversas localidades da região através do jornal de protesto a seguir.

---

<sup>111</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: **MOVIMENTO SUBVERSIVO NO SUL DO PARÁ**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

### 2.3. “Pelas liberdades democráticas, pela reforma agrária, por sindicato livre”<sup>112</sup>.

A organização em um “novo sindicalismo”<sup>113</sup> foi uma entre as formas de luta e bastante problematizada nas páginas do jornal “*O Grito da Pa 150*”. É importante mencionar que no início dos anos de 1980 boa parte dos sindicatos dos trabalhadores não estava sob a direção dos camponeses, todavia, quando alguma oposição sindical era criada, a comemoração, presente nas páginas do jornal, alimentava a luta dos posseiros, mas também dos religiosos “progressistas”. Entretanto, deve-se lembrar que os sindicatos estavam atrelados ao Estado, tendo apoio dos grupos de empresários, grileiros e latifundiários, bem como membros de órgãos públicos, a exemplo do GETAT, amplamente denunciado de 1980 a 1983 no conteúdo do jornal. Eles estavam nas tomadas de decisões dos sindicatos, de forma direta ou indiretamente. Utilizaram todos os meios possíveis para impedir que os posseiros conquistassem o sindicato para si. Nesse sentido, os camponeses, segundo o periódico, não enxergavam-se representados politicamente nessa estrutura sindical “pelega” (termo que aparece com frequência no Jornal), visto que não tinham suas demandas sociais atendidas, porém lutaram “contra a ditadura e a estrutura sindical” com determinação (MATTOS, 2003, p. 60).

Para contrapor à ordem estabelecida, os posseiros tiveram um importante componente religioso à promoção das lutas nas oposições sindicais: a Igreja Católica, através de sua ala “progressista”. Ela contribuiu na sensibilização dos posseiros para sua atuação nos sindicatos combativos, “criando condições para a autonomização do movimento político-camponês” (PEIXOTO, 1991, p. 146). O motivo pelo qual da composição nas oposições sindicais, justifica-se porque ela deveria representar, segundo o jornal, “nós trabalhadores”, já que “o sindicato é nosso órgão de luta. Só com a nossa participação o sindicato se tornará forte”<sup>114</sup>.

Entretanto, como salienta Airton Pereira, “antes do fim da ditadura [...], nenhum STR do sul e sudeste do Pará, apoiado diretamente pelos militares, era coordenado pelos posseiros” (PEREIRA, 2015, pp. 275-276). Isso não impediu a luta dos posseiros por representação

<sup>112</sup>**Conceição do Araguaia: Polícia Feral, Getat e PM comandam as eleições sindicais.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1981, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>113</sup>A partir de 1970 a ditadura começava a entrar em crise em virtude da questão econômica e de algumas tensões internas do seu governo. Esse período é marcado pela abertura controlada pelo governo e algumas medidas importantes foram tomadas “como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a revogação partidária”. A luz dessa nova conjuntura política, os movimentos organizados pelos trabalhadores ganham força em luta por um “novo sindicalismo”, a exemplo das greves do ABC paulista em 1978, contra a estrutura sindical reinante que “atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores” (MATTOS, 2003, pp. 61-63).

<sup>114</sup>**CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA: POLÍCIA FERAL, GETAT E PM COMANDAM AS ELEIÇÕES SINDICAIS.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1981, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

política, como se verificou na pesquisa, dado que, a conquista do sindicato combativo poderia fortalecer “a autoridade das lideranças, dando-lhes condições para intervir nos conflitos” e “negociar com instituições do Estado as demandas por terras” (PEREIRA, 2005, p. 267). Desse modo, participar das oposições sindicais não era somente incluir seu nome na listagem de filiação e pagar o imposto sindical, mas, segundo o jornal, mais que isso, uma vez que essa força política simbolizava a luta dos posseiros na “defesa do trabalhador Rural e para a conquista de novas vantagens”<sup>115</sup>.

Sendo assim, é presente no Boletim alternativo as oposições sindicais situadas em Jacundá, Itupiranga, Conceição do Araguaia e em Marabá. Nesta última cidade, em 22 de dezembro de 1980, “com sede no distrito de Morada Nova, no km 12 da PA-70 (hoje BR-222)” (PEREIRA, 2015, p. 266), os trabalhadores da comunidade de Pau Seco celebraram com entusiasmo a fundação do sindicato, “onde se fez presente aproximadamente 400 lavradores de diversas localidades”. A euforia tem sentido, visto que, por meio do sindicato combativo, os trabalhadores poderiam demandar intervenções políticas, econômicas e sociais, além de lutar de forma mais articulada contra seus inimigos “que é o GETAT, os grileiros, a polícia [poder do] juiz”, disputando até a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) na região (PEREIRA, 2015). Ela é vista, nas páginas do jornal, como a entidade “mais pelega do Brasil”, em virtude de não querer reconhecer o sindicato desses trabalhadores, como também, de ser “benevolente com as inúmeras denúncias enviadas a este órgão, sem que a mesma tomasse alguma providência”.<sup>116</sup>

Contudo, estar na linha de frente na resistência nos sindicatos combativos não era uma tarefa fácil, além da violência a que eram submetidos diariamente, graças à impunidade, os posseiros tinham elos familiares e estavam constantemente expostos a formas de intimidações, tanto de civis quanto das forças armadas. Entre os muitos casos abordados, o jornal de protesto denunciou a tentativa de assassinato que o presidente do sindicato de Marabá sofreu. Seu nome é Antônio Francisco. Segundo “*O Grito da Pa 150*”, o fato aconteceu quando “os companheiros estavam no coletivo que estava vindo do km 12 para São Félix e no mesmo coletivo também embarcou Nelito. No trajeto da curta viagem, Nelito passou a agredi-los, dando cotoveladas e

---

<sup>115</sup> **ENCONTRO DE TRABALHADORES-MARABÁ.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 8, Dezembro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>116</sup> **TRABALHADORES FUNDAM SINDICATO.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 8, Dezembro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

quando desembarcaram, ele sacou seu revólver”<sup>117</sup>. Segundo o jornal, a situação não consolidou-se, “graças à intervenção dos companheiros que tomaram a arma do assassino”<sup>118</sup>.

O sujeito que tentou matar Antônio Chico era um velho conhecido na área, grileiro, responsável do “assassinato do advogado da CPT Gabriel Sales Pimenta, em 18 de fevereiro de 1982”. Por conta desse assassinato e das ameaças de morte, o primeiro presidente desse sindicato, que não foi o Antônio Chico, deixou a direção do cargo (PEREIRA, 2015, p. 266). Os casos de repressão na região não foram efetuados somente por civis como bem sabemos, os militares são diversas vezes delatados nas páginas do jornal. Desse modo, segundo o jornal alternativo, as intimidações eram realizadas pelo “52º Batalhão de Infantaria de Selva, 23ª brigada, 4º Batalhão da Polícia Militar, Polícia Federal, Getat e outros mais”<sup>119</sup>.

Deve salientar que o polo regional de Marabá, a partir de 1970 passou ser área de Segurança Nacional<sup>120</sup> em virtude da guerrilha armada no campo, entre 1972 a 1975, conhecida por Guerrilha do Araguaia<sup>121</sup>. O exército para conter novas “atividades subversivas” realizou diversas ações cívicas na região. Além disso, os sindicatos eram tutelados pelo Estado, “com um viés claramente assistencialista, despolitizando as lutas camponesas” (PESSÔA; COSTA, 2017, p. 72), pois quaisquer movimentos que fossem em desagrado perante as forças armadas, fazendeiros e membros do GETAT, eram duramente combatidos. Sobre a LSN, presente nas páginas do jornal, é entendida como “oposição das lutas organizadas dos trabalhadores”, tal como dos “movimentos populares e políticos”<sup>122</sup>. Portanto, compreende-se a importância dos conservadores em desmobilizar e tentar coibir as organizações populares, neste caso, das oposições sindicais, uma vez que seus interesses poderiam estar em risco.

Há que lembrar que a luta política pelo “novo sindicalismo” nas páginas do jornal não se deu de forma harmônica. A luta foi corpo a corpo como se nota no conteúdo do impresso. Diversos conflitos foram presenciados, chegando a ocorrer, como se fosse um elemento “natural” da história do Sul e Sudeste paraense, muitos assassinatos no campo. Em Conceição

<sup>117</sup>**GRILEIRO AMEAÇA DE MORTE PRESIDENTE DE SINDICATO DE MARABÁ.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano III, nº 26, Dezembro de 1983, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>118</sup>Ibidem, p. 3

<sup>119</sup>**TRABALHADORES FUNDAM SINDICATO.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 8, Dezembro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>120</sup>Instituído a partir do Decreto-Lei nº1.131 de outubro de 1970. Sua revogação seria somente 14 anos depois, pelo Decreto-Lei 2.183 em 19 de dezembro de 1984, quando a área deixaria de ser segurança.

<sup>121</sup>Sobre essa guerrilha, ver: *Guerrilha no Brasil: uma crítica à tese de suicídio revolucionário em voga nos 80 e 90*, de Durbens Nascimento (2003, pp. 133-157) e *Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois*, de Rodrigo Peixoto (2011, pp. 479-499).

<sup>122</sup>**A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL CONTRA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano I, nº 10, Dezembro de 1981, p. 9. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

do Araguaia<sup>123</sup>, o jornal de protesto narra os embates que ocorreu entre duas chapas antagônicas: a chapa 1, representada pelo “pelego”, Bertoldo Siqueira Lira, apoiado “pela Polícia Federal, GETAT e Polícia Militar”<sup>124</sup>, versus a chapa 2, tendo a finalidade de representar os posseiros politicamente.

Sobre a denúncia ao GETAT que a imprensa alternativa noticiou pode ser verificada a partir de cruzamentos de fontes, quando em 14 de maio de 1981, mês da eleição sindical, o SNI elaborou um relatório confidencial sobre as eleições em Conceição do Araguaia com o seguinte enunciado:

Visando as eleições para o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, verificou-se uma intensa campanha eleitoral das chapas concorrentes. De um lado, a Chapa 1, da situação, sendo apoiada pelo Conselho de Segurança Nacional, que através do GETAT, colocou na região, desde Set 80, uma equipe composta de médicos, dentistas e pessoal de apoio, objetivando levar assistência médica e odontológica aos trabalhadores rurais, através de "Operações ACISO", e colaborar na organização administrativa do sindicato. De outro lado, a Chapa 2, de oposição, sendo apoiada por membros do clero “progressista”, da CPT e por militantes comunistas, tendo à frente PAULO FONTELES, que objetivam conquistar o Sindicato, visando transformá-lo em instrumento para implantação da luta de classes na região. O principal órgão de divulgação e propaganda da chapa 2, tem sido a Rádio Araguaia Ltda, de propriedade da Diocese Local.<sup>125</sup>

Durante todo o processo das eleições, entre julho de 1980<sup>126</sup> e maio de 1981, do sindicato na cidade, houve vigilância, como podemos notar na passagem acima. Há de considerar a vivenciada em 10 de maio, quando houve, segundo o *Grito da PA 150*, impedimento de algumas pessoas de votar, pois não “enviaram para São Geraldo, região do

<sup>123</sup>“O movimento para a organização do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Conceição do Araguaia teve impulso com a constituição da primeira diretoria, em 1971, que culminaria com a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais no mesmo ano. A Igreja cedeu o espaço para servir como sede, bem como à mobilização das atividades da associação que foi feita através da Rádio Educadora. A Associação se transforma em Sindicato em 1974 com o reconhecimento do Ministério do Trabalho, mas as tensões provocadas em função da Guerrilha do Araguaia levaram à intervenção federal na recém-criada STR de Conceição, com a nomeação de Bertoldo Siqueira Lira, ex-sargento da Aeronáutica, para presidir a entidade” (PESSÔA, 2016, p. 113).

<sup>124</sup>**CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA: POLÍCIA FERAL, GETAT E PM COMANDAM AS ELEIÇÕES SINDICAIS.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1981, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>125</sup>**SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO** – Agência de Belém. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: MOVIMENTO SUBVERSIVO NO SUL DO PARÁ. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 08.

<sup>126</sup>Em 1980, Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, líder sindicalista pela chapa de oposição, voltando de um encontro ocorrido em São Paulo com outros representantes sindicalistas operários, antes da realização da eleição do sindicato em Conceição do Araguaia, em 29 de julho daquele ano, acabou sendo assassinado em Araguaína, hoje Estado de Tocantins, tendo como principal suspeito, Fernando Leitão Diniz. (CIOCCARI; CARNEIRO, p. 2010).

Baixo Araguaia”<sup>127</sup> urnas; outros ainda não tinham sequer seus nomes na listagem de votação (PEREIRA, 2015). O jornal, em denúncias perante as manobras políticas utilizadas, relata que “a PM foi de fato a que mais apareceu, porque estava dentro e fora das delegacias, dirigindo e dando ordens, expulsando fiscais da CHAPA 2 de dentro das delegacias, como também a cometer abusos de autoridade, inclusive com agressões físicas e morais”

Acabou que a eleição teve que ser anulada, não houve quórum mínimo, mas novas eleições foram marcadas para o dia 25 do mesmo mês. Nesse meio termo, o jornal denúncia uma figura muito conhecida na região, o Sebastião Rodrigues de Moura, o “Curió”, pois, segundo o boletim, “o tal Dr. CURIÓ chegou na região como representante do governo, nas vésperas das eleições, fazendo propaganda da chapa 1, chapa dos grileiros”, o jornal relata ainda que “quem não votasse na chapa 1 perderia sua terra”, o tal representante do Estado, “em diversas regiões conflituosas, como Mata Geral, Rio Maria, Xinguara e Floresta do Araguaia” realizou comícios (PEREIRA, 2015, p. 269), chegando a prometer “carteira aos garimpeiros” para trabalhar em Serra Pelada, promessas, é claro, para a cooptação de votos.

Como mencionado em páginas anteriores que as lutas dos trabalhadores estavam conectadas, como aquelas do ABC paulista em finais de 1970, em Belém, durante o I Encontro Estadual dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará, os lavradores discutiram quais as formas de mobilização que deveriam demandar em suas bandeiras de lutas, além da “participação de mulheres e dos jovens nas lutas sindicais e políticas”. Nesse evento, foi mencionado que nos sindicatos combativos não deveriam participar os “pelegos”<sup>128</sup>, mas somente os agricultores cuja luta é por uma reforma agrária radical e imediata.

Essa reforma, nas páginas do jornal e como se verá na imagem a seguir, foi classificada como a maior bandeira de luta dos posseiros, dado que a terra é o lugar social para a produção familiar coletiva, pois é o “trabalhador rural que planta o feijão, arroz mandioca, milho, fruteiras, etc”<sup>129</sup>, sendo assim, ela não entendida com um fim capitalista de produção. Para defendê-la das agências do Estado com o latifúndio, segundo o jornal, nem que seja “com armas se for preciso”<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup>**CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA: POLÍCIA FERAL, GETAT E PM COMANDAM AS ELEIÇÕES SINDICAIS.** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/Pa, Maio de 1981, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

<sup>128</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>129</sup>**O QUE É A UDR?** O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade, Ano VII, nº 35, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1987, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

<sup>130</sup>**ENCONTRO DE LAVRADORES.** O Grito da PA 150: Terra e Liberdade. Ano I, nº 6, outubro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Figura 2



Capa do jornal **O Grito da PA 150: Terra e Liberdade**. Ano II, nº15, Diocese de Marabá/PA, Julho de 1981. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Em tese, as oposições sindicais defendiam:

Pontos que variavam entre a pauta econômica, com aumento de salário para os peões, entrega gratuita de terras pelo Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins (Getat) e a melhoria da infraestrutura da produção (armazéns, estradas), social (escolas, hospitais) e política, exigindo-se liberdade de pensamento e organização, contra a violência policial, violência dos jagunços e participação ativa das mulheres no sindicato (PESSÔA, 2016, p. 114).

### **CAPÍTULO III - TRABALHANDO COM PERIÓDICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA.<sup>131</sup>**

#### **3.1. O Jornal como fonte**

Durante a década de 1970 ainda a quantidade de trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes e objeto de pesquisa no campo da historiografia brasileira ainda era relativamente pequena. No entanto, isso não significava que não havia impressos em quantidade significativa para o tratamento narrativo, bem como a produção, estruturação e difusão dele no país. Segundo a historiadora Tânia Regina de Luca, reconhecia-se a importância dos periódicos e a intenção de escrever a História do Brasil por meio da imprensa, todavia, havia resistência em utilizar o próprio jornal como ferramenta metodológica de trabalho do historiador para compreender os meandros da sociedade discutidos nas páginas dos jornais enquanto registro histórico que esse documento poderia fornecer (LUCA, 2008).

Esse empecilho se deve ao fato de que no século XIX e nos anos iniciais do XX, ainda se privilegiava uma história metódica, dita positivista – nascida naquele primeiro século – que procurava buscar a verdade dos fatos históricos e, para tal, atribuiu métodos de investigação que deveriam ser criteriosamente seguindo pelos historiadores. Em outras palavras, baseado no modelo rankiano de narrativa do tempo histórico, esses pesquisadores sociais deveriam buscar a objetividade dos documentos, se manter na neutralidade perante suas correntes ideológicas, imparcialidade e não poderiam sequer problematizar a fonte oficial na qual analisavam, visto que para eles, “os fatos falam por si e o que pensa o historiador é irrelevante” (REIS, 2006 p. 18). Portanto, esse tipo de narrativa histórica pensado a partir dos documentos oficiais produzidos pelas autoridades políticas e militares, principalmente, era até então reconhecido pelo seu viés factual e tradicional, bem como, de uma análise restrita e elitista dos acontecimentos presente nas teias de relações da sociedade, além de serem, enquanto documentos, os únicos “portadores de verdade”.

Sendo assim, partindo desse princípio, os periódicos estariam em desencontro da perspectiva do historiador vinculado a esta perspectiva historiográfica, dado que os jornais estavam amplamente conectados com o ambiente sócio-político-cultural de homens e mulheres na vida no campo ou na cidade. Essa visão tradicional de se conceber a história, como, por sua

---

<sup>131</sup>Este capítulo é o resultado da minha participação como bolsista do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica (PAPIM): “*O uso de fontes como estratégia para o ensino e a pesquisa em história, a partir do Acervo Documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar*” (2016) e “*História, Memória e Narrativa: a importância do uso de biografias para o ensino e a pesquisa na Educação Básica em Marabá*” (2017).

vez, da sua escrita, se justifica, uma vez que as imprensas encontravam-se conduzidas por interesses, emoções e subjetividades - como se os documentos oficiais não fossem moldados por intenções, interesses e relações de poder. Logo, sua utilização na narrativa do tempo histórico era inviável. Desse modo, utilizando mais uma vez o pensamento de Tânia Regina de Luca, é importante perceber que:

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2008, p. 112).

Esse método de investigação e da escrita da história, mencionado na citação acima, foi criticado e repaginado pelo novo paradigma da História, durante a formação da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*’ [Anais de história econômica e social]” (LE GOFF, 1990, p. 28)<sup>132</sup>, em Estrasburgo, no ano de 1929, na França, em que mais tarde se tornaria uma escola de pensamento bastante reconhecida e influente, conhecida por *História Nova*. No entanto, não houve transformações imediatas no tratamento com o documento histórico, e dos periódicos, de forma particular. Todavia, deve-se salientar que, com a história dos *Annales* e suas diversas gerações, houve a introdução de novas temáticas para o campo da História, a partir do diálogo interdisciplinar com outras ciências, como a geografia humana, antropologia, arqueologia e sociologia<sup>133</sup>, como também de “documentos orais [...], uma curva de preços, uma fotografia, um filme” (LE GOFF, 1990, p. 28), compondo, além do alargamento da própria fronteira da ciência-histórica, “novos problemas, novas abordagens, novos objetos” (BLOCH, 2001, p. 22).

Entre essas mudanças, podemos apontar, como nas discussões do “mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres”, conseqüentemente, a vida cotidiana como um todo (LUCA, 2008, p. 113). A historiografia, nessa concepção, portanto, tinha o propósito de abarcar a totalidade da narrativa histórica.

<sup>132</sup>Segundo Jacques Le Goff, a revista mudou algumas vezes de nome em virtude “das condições da guerra e da ocupação alemã”, a partir de 1946, ela possui um novo nome, tendo a intenção de ampliação dos horizontes de pesquisa. Passou, desde então, ser conhecida por “*Annales. Economies. Sociétés. Civilisations*” (LE GOFF, 1990, p. 32).

<sup>133</sup>É importante salientar que embora houve a influência de Durkheim sobre o pensamento de Marc Bloch, estando a frente, junto com Lucien Febvre na primeira geração dos *Annales*, deve-se considerar que que Bloch “sempre resistiu aos encantos da sociologia [...] durkheimiana”, visto que ele é “historiador e assim quer permanecer. Renovar a história, sim, em contato com essas ciências; nelas imergir, não” (BLOCH, 2001, p. 22)

Ademais, não podemos esquecer os trabalhos de Edward Palmer Thompson, importante pensador da *História Social Inglesa*, que colaborou na renovação das análises historiográficas do marxismo, através do:

Abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais [...], ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo (*history from below*), trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras” (LUCA, 2008, p. 113).

Como se percebe, o século XX foi o período marcado por grandes transformações nos horizontes da escrita da história, que contribuíram sobremaneira para a incorporação de novos objetos e fontes históricas, a exemplo do jornal, uma vez que por meio dele, pode-se compreender os múltiplos aspectos da vida humana, as relações de poder, os aspectos culturais e sociais, já que, tudo aquilo que os homens e as mulheres produzem acaba se tornando um objeto a ser estudado, questionado e interpretado, conquanto, quando o historiador, partindo de seu método de análise, indaga a respectiva matéria-prima material, lançando problemas, em forma de perguntas, pertinente, para procurar, quando possível, desvendar e reconstituir a história dos homens no tempo (BLOCH, 2001).

Vale salientar que, como um dos legados da escola metódica, seu método histórico e crítica das fontes, não foi ignorado, haja vista que para o tratamento de uma fonte, é importante a fundamentação teórica baseada em uma “análise e discussão”, visto que “não podemos inventar nossos fatos”. Dito de outro modo, elegemos nossas fontes, contudo, não as falsificamos (HOBSBAWM, 2013, pp. 19-43).

Isto posto, a imprensa escrita, reflexo daquela transformação da ciência histórica, forneceu elementos para uma narrativa do subterrâneo, incluindo, nesse sentido, sujeitos historicamente excluídos à escrita da história. É inegável a contribuição que os periódicos forneceram para a história política, das mentalidades, do social, dos aspectos econômicos, como também para o tratamento do jornal como fonte e objeto para o Ensino de História, questão que será discutido a seguir.

### 3.2. O uso de periódicos no Ensino de História

Pensar no uso de documentos, como de jornais em sala de aula, pode ser uma boa estratégia da ação pedagógica no trabalho do professor-pesquisador de história, pois os impressos podem auxiliar, a partir de estratégias de ensino e aprendizagem, na compreensão de vestígios de um passado mais remoto, como também, do mais recente, dado que “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa”, bem como “com a trajetória política, econômica, social e cultural do país (MARTINS; LUCA, 2018, p. 8). Ela propicia uma ampla investigação do tempo histórico, uma vez que na sua materialidade está presente uma série de informações pertinentes. Portanto, segundo a historiadora Selva Guimarães Fonseca, compreende que a imprensa:

Fornece materiais provenientes de diversas fontes, possibilitando, por exemplo, a análise de pontos de vista de diversos autores, especialistas e testemunhas da história. Permite aquisições de dados estatísticos sobre diversos aspectos da realidade e a reconstituição histórica de fatos, sobretudo do nosso passado recente. Apresenta imagens fotográficas, *charges*, histórias em quadrinhos, crônicas, mapas, poesia, canções e dossiês sobre diversos assuntos que constituem objetos do ensino de história (FONSECA, 2003, pp. 214-215)

Não obstante, sua utilização não pode se dar sob qualquer forma, requer alguns cuidados. Quando o pesquisador trata-lo no ambiente escolar, como bem argumenta a historiadora Circe Bittencourt, não deve dispor da intenção de “transformar o aluno em uma ‘espécie de historiador’”, uma vez que “para os historiadores, os documentos têm outra finalidade, que não pode ser confundida com a situação de ensino de História” (BITTENCOURT, 2009, pp. 327-328). Desse modo, o docente, no momento que utilizar a imprensa escrita como fonte histórica no ambiente escolar, como, por exemplo, no caso do jornal “*O Grito da Pa 150*”, não pode conjecturar e projetar que seus alunos conheçam todas as profundas transformações que esse espaço social da Amazônia oriental vivenciou, como trabalhado, de forma breve, no capítulo I.

Entre as justificativas em utilizar essa ferramenta metodológica no ensino de história, a primeira é possibilitar aos alunos<sup>134</sup> outras narrativas históricas que podem estar relacionadas ao ambiente social, político e cultural das suas práticas e vivências da vida cotidiana. Porquanto,

---

<sup>134</sup> Em contraposição de um modelo tradicional de ensino que concede ao professor a centralidade do conhecimento, bem como da regência da aula, compreendemos como argumenta Selva Guimarães, quando compreende que o “aluno é um ser social completo, não é uma tábua rasa. Ele não apenas estuda e aprende, mas faz história, participa da história” (FONSECA, 2003, p. 111).

muitas vezes, os alunos e alunas do ensino fundamental e médio não compreendem a história como uma disciplina escolar com tamanha importância para sua formação pessoal. Isso, em certo sentido, está relacionado ao distanciamento que o currículo escolar proporciona ao aprendizado do conhecimento histórico com as singularidades do espaço no qual os agentes do processo histórico estão introduzidos; o segundo argumento, é que a imprensa escrita pode se somar com a utilização do livro didático no ato de ensinar ou mesmo substituí-lo, se necessário, em alguns dias de aula do ano letivo.

Em vista disso, trabalhar em sala de aula com “a fonte jornalística na história da educação supõe uma leitura crítica” de mundo (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 219). Sua utilização não pode ser apenas como um material alegórico no momento da aula de história. A imprensa, como sua história, “é irmã siamesa da cidadania, do espaço público compartilhado e da democracia” (MARTINS; LUCA, 2018, p. 8). Isso pode ser bastante explorado pelo professor pesquisador, haja vista que a incorporação da imprensa no seu ato pedagógico é capaz de contribuir na construção da identidade dos educandos, bem como no seu preparo à cidadania e, guardadas as proporções, da leitura do tempo.

Como se sabe, o docente “tem o privilégio de mediar as relações entre os sujeitos, o mundo e suas representações” (FONSECA, 2003, p. 164). Sendo assim, em certas circunstâncias, ele pode contrapor, a partir da fonte impressa, discursos oficiais que foram ao longo do tempo se tornando consolidados, tais como de história Local, Regional, como também, a Nacional. Contudo, não devemos entendê-la que seu conteúdo seja imparcial. As imprensas escritas – tanto a comercial quanto a alternativa -, possuem interesses ideológicos e políticos divergentes que devem ser levados em consideração no momento do planejamento de uma aula, e posteriormente, durante da ação pedagógica.

Por essa razão, concordamos mais uma vez com Selva Guimarães Fonseca, quando considera que nossa atenção sobre a imprensa não deve ser pautada sob qualquer forma, em razão que “é necessário ter um olhar crítico, e não deixar que esse olhar seja ofuscado [...] É necessário estar atento aos padrões de notícias, aos preconceitos, às omissões e também às ênfases” (FONSECA, 2003, p. 214).

Enfatizar isso para os alunos é de suma importância, porque muitos deles compreendem que a notícia vendida seja a representação da verdade dos fatos contido na sociedade. É esta veracidade que muitos impressos se valem e deve ser questionada pelo professor mediador. A problematização desse aspecto no ambiente escolar é uma categoria válida, pois assim, provavelmente, os alunos começarão – alguns deles já fazem isso -, questionar o jornal como uma ação humana com uma linguagem, finalidade e lugar social de

uma classe social particular, dado que “o jornal expressa não uma voz, mas vozes variadas: do dono do jornal (o editorial), do repórter-redator (a notícia), de comentadores e analistas (artigos de opinião)” (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 230).

Mencionar as suas contradições, podendo acontecer no cruzamento de informações de dois jornais, por exemplo, no processo de construção do conhecimento pode ser envolvente aos alunos, tal como para o próprio trabalho do professor de história, que tem a tarefa principal de decodificar a mensagem que o jornal emprega, levando algumas discussões no plano de aula para os possíveis debates. O Ensino, nessa perspectiva crítica, sendo assim, contribui para suscitar algumas questões no fazer pedagógico, como, por exemplo, de que um jornal é produto de diversos interesses e de relações de poder que influenciam na formação da opinião dos sujeitos históricos, haja vista que sua “notícia como um discurso [...] jamais é neutro” (BITTENCOURT, 2009, p. 337).

Dado o exposto, é inegável a importância de utilizar o jornal no estabelecimento da prática do docente, em sala de aula, pois isso favorece a formação de sujeitos que leem, interpretam, na medida do possível, o mundo e seus embates políticos, econômicas e sociais. Dessa maneira, como esclarece Circe Bittencourt:

O uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio (BITTENCOURT, 2009, p. 333)

### 3.3. Relatos de experiência

Entre 2016 e 2017, participei como bolsista de dois projetos, financiados pela UNIFESSPA para a realização do PAPIM, pensado e problematizado na Educação Básica de Ensino. No primeiro ano a finalidade do projeto foi trabalhar com “*O uso de fontes como estratégia para o ensino e a pesquisa em história, a partir do Acervo Documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar*”; no segundo ano, o trabalho consistiu em pensar o uso da “*História, Memória e Narrativa: a importância do uso de biografias para o ensino e a pesquisa na Educação Básica em Marabá*”. Ambos os projetos tiveram como atividade central problematizar a história do sul e sudeste paraense desde 1970, suas transformações políticas, econômicas e sociais na histórica área de luta dos posseiros e trabalhadores rurais.

Naquele primeiro ano, o espaço social à aplicação do projeto foi a Escola “O Pequeno Príncipe”, situada na Nova Marabá. O trabalho pensado naquele momento foi, sobretudo, contribuir à formação de professores sobre a história recente da região. Desse modo, realizamos a seleção de uma série de documentos, entre eles iconografias, fotografias e jornais, a exemplo do “*Grito da PA 150*” para essa atividade.

O trabalho foi dividido estrategicamente em três etapas para o seu melhor cumprimento. Em primeiro momento, realizamos algumas seleções de imagens que retratassem a região dos anos de 1980 a 1996, bem como a catalogação de todas as edições do jornal, fruto dessa pesquisa, abordada no capítulo II. Depois das catalogações realizadas durante algumas semanas, fomos para a segunda etapa, em que desempenhamos as escolhas dos documentos que deveriam ser trabalhados, nesse momento só com os professores. A etapa final foi a mediação que o professor coordenador da bolsa, orientador desse trabalho, executor em oficinas e palestras com o acompanhamento de nós bolsistas no processo de ensino e aprendizagem.

O interesse desse ano foi que tive uma primeira experiência no trabalho de documentos antigos, muito embora problematizado durante a graduação, a prática é essencial para o trabalho do futuro historiador. O documento que mais tive contato foi o jornal alternativo, porém, tendo o cuidado como seu manuseio, utilizando máscaras e luvas, já que seu manejo “por si só já é um motivo de preocupação, pois o suor das mãos pode afetar o papel. Além disso, o virar das páginas de modo brusco ou descuidado pode rasgar a folha” (BACELLAR, 2008).

No ano de 2017, com a relativa experiência com o tratamento com as fontes antigas e conhecendo melhor “minha” fonte e objeto de estudo, a tarefa àquela altura foi pensar como trabalhar em sala de aula o uso do periódico com os alunos do terceiro ano do ensino médio. Para isso, a intenção foi levar imagens, presentes nas páginas do jornal e situá-las no tempo e no espaço, para que assim, os alunos e alunas pudessem identificar certas transformações que o espaço da Amazônia Oriental vivenciou. A utilização do recurso visual se deu, visto que “as imagens são ricas e, por vezes, podem parecer comunicar mais do que se quer mostrar”, além disso elas:

Despertam julgamentos estéticos e críticas filosóficas, sempre articulados com as culturas dos que as produzem e de seus leitores, seja no processo histórico que caracterizou o tempo de sua criação e circulação, seja no tempo em que elas se tornam fontes e documentos (MUAD; LOPES, 2014, p.283).

Nesse sentido, ao mostrar a imagem de pau de arara na década de 1980, relatando com as transformações que as estradas ocasionaram, narrada nas páginas do jornal do “*Grito da PA 150*”, verificou-se que os alunos e alunas memoram, a partir de histórias de seus pais, tios e

avós, que muitos dos seus entes chegaram nesse tempo de modificação do sudeste paraense. Vieram de diversos lugares, com sonhos e esperanças para começar, muitos deles, uma vida nova.

À vista disso, a forma para a problematização do uso do jornal em sala de aula foi pautada no debater do “*O uso de periódicos no Ensino de História*”, discutido nesse mesmo capítulo, procuramos discorrer sobre a importância do seu uso ensino de história, em um processo que possa favorecer mudanças sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

Ao contrário da periodização do historiador Daniel Ararão Reis que compreende que a ditadura se deu entre 1964-1979, este último ano com a revogação dos Atos Institucionais, a Lei da Anistia e da criação de novos partidos políticos (REIS, 2000), compreendemos algumas tensões na forma de se interpretar a complexidade do período em questão. Na Amazônia Oriental, mesmo com esse quadro de abertura política, de forma *lenta e gradual*, como aquele mesmo autor pontuou, o que se verificou no Estado do Pará, por exemplo, desde os 80 foi a continuação dos conflitos agrários, acompanhadas de um crescimento significativo de assassinatos (PESSÔA; COSTA, 2017).

O quadro abaixo é importante componente ilustrativos das mortes no campo produzido pela CPT. Nota-se que, entre 1980-1984, no estado do Pará houve 100 assassinatos, enquanto que, entre 1985-1989, foram 361 mortes. Só que, desta última quantidade contabilizada por toda a unidade estadual de assassinatos, no Sul e Sudeste paraense o saldo foi de 244.

**Quadro 2 - Assassinatos em decorrência dos conflitos agrários: 1971-2013**

Período	Brasil	Pará	Sul/Sudeste do Pará
1971-1974	92	29	--
1975-1979	237	45	--
<b>1980-1984</b>	<b>499</b>	<b>100</b>	--
<b>1985-1989</b>	<b>641</b>	<b>361</b>	244
1990-1994	231	70	54
1995-1998	219	90	84
1999-2002	120	45	33
2003-2006	189	88	59
2007-2010	115	45	29
2011-2013	99	24	12
Total	2.442	897	515

Fonte: IDESP, *Pará Agrário*, nº 6-7; CPT, *Conflitos no Campo*, 1985-2013; CPT, *Balanço da violência no campo*, 1985; CPT, *Assassinatos no campo Brasil (1985-2010): Violência e Impunidade*, 2010. apud. PESSÔA, Fábio T.M; PEREIRA, A. R. ; PENARROCHA, P. P. “Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990.” *Tempos Históricos*, v. 18, 2014, p. 351 (apud, PESSÔA; COSTA, 2017, p. 64).

É nesse cenário da década de 1980 que o jornal alternativo foi criado, circulando, como já relatado no segundo capítulo, nos anos de 1980 a 1987. Diferentemente dos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia<sup>135</sup> em que o silêncio e o esquecimento foram impostos aos jornais da

<sup>135</sup>“Segundo os jornalistas Moraes e Silva, a primeira veiculação na imprensa sobre a Guerrilha do Araguaia foi feita pelo jornal O Estado de S. Paulo, a partir de uma matéria assinada pelo repórter Henrique Gonzaga Junior, que mantinha boa relação com o Exército. A matéria intitulada ‘Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e o atraso’ foi publicada no dia 24 de setembro de 1972. Cf. MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 285. (Apud, PESSÔA; COSTA, 2017, p 81).”

época, seja da *imprensa empresarial*, quanto da *alternativa*, *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, de forma corajosa, denunciou sem medo as violações dos direitos humanos largamente praticadas no sudeste paraense contra os trabalhadores do campo, como também dos religiosos. Sua criação, tal como seu processo formativo, contribuiu para o engajamento político “de parcelas significativas do campesinato disperso por muitas comunidades isoladas ao longo da rodovia PA 150” (PESSÔA; COSTA, 2017).

O periódico, distribuído nas Igrejas, nos entornos da rodovia da PA 150, nas oposições sindicais e nas reuniões das CEB's, chamou os posseiros diariamente à luta, em suas páginas, que deveria ser pautada na coletividade destes trabalhadores, pois assim, suas reivindicações sociais teriam mais força contra a ditadura militar e suas ações repressivas na região, protagonizadas pelas forças armadas, a PM, o fazendeiro, o grileiro, o jagunço e da inoperância do GETAT.

Desse modo, “os espaços como as igrejas, associações e comunidades se transformavam em espaços de reuniões, troca de ideias e experiências” (PESSÔA, 2013, p. 154), para a importante estratégia do jornal: a de *informação* e da *formação política* dos posseiros na luta pela terra na região. Entre essas formações, presente nas páginas do jornal, as oposições sindicais se configuraram em uma resistência que os posseiros encontraram para demandar suas reivindicações com mais tenacidade, como da incessável luta pela reforma agrária, tendo o importante apoio de Bispos, padres e freiras na legitimação dos:

Direitos dos posseiros, fortaleceram a sua resistência e os encorajaram para a luta, na medida em desenvolveram um trabalho político-pedagógico nas áreas litigiosas e denunciaram a existência dos conflitos e da violência praticada pelos proprietários rurais e pela polícia. Igualmente denunciaram a convivência dos aparelhos de Estado com os proprietários, a omissão e lentidão desses órgãos na apuração dos crimes no campo e em dar respostas às demandas e às reivindicações dos trabalhadores (PEREIRA, 2008, pp. 131-132).

Por essas questões, é imprescindível estudar a história da região, esses embates em torno da “memória, esquecimento, silêncio” (POLLACK, 1989, p. 3) que, de certa forma, ainda estão presentes na Amazônia Oriental, relacionada com a violência exercida na ditadura militar e, guardadas as proporções, a sua permanência na “nova república”. Estas últimas, embora compreendidas, guardadas as proporções, como momentos conjunturais distintos, podendo considerar como marco temporal de ruptura em 1985, porém, ainda assim, se manteve certas práticas permanentes no sudeste paraense, como a luta e as violências no campo. O historiador, portanto, deve problematizar essas questões ao estudar a história regional, bem como combater

a possível amnésia social (MOTTA, 2012), diante dos diversos conflitos e das violações da dignidade humana, neste lugar de fronteira.

Nessa tarefa social, os documentos localizados na CPT de Marabá, Regional Norte II, podem ser um catalizador desse processo de estudo sobre o Sul e Sudeste do Pará, na Educação Básica de Ensino, a exemplo do próprio jornal em estudo. Os diversos documentos podem auxiliar a reconstituição de um passado que leva em seu interior diversas memórias individuais quanto coletivas, proporcionando ao historiador, em sala de aula, problematizar as disputas de memórias que há na região (POLLACK, 1989). Não obstante, a tarefa não é tornar os alunos uma espécie de mini historiadores, mas proporcionar a eles história próxima das suas práticas cotidiana, muitas vezes despercebida (BITTENCOURT, 2009).

À vista disso, mesmo com as limitações que ainda tenho diante da história sobre a região, as disciplinas do curso de História de Vida, História do Sul e Sudeste do Pará e História Social e Econômica da Amazônia, me proporcionou ter uma visão panorâmica sobre esse lugar e da sua realidade, de parte dos sujeitos sociais desse passado recente, “as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada”, vista também “como inacessível ou sem importância” (SHARPE, 1992, p. 41).

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa, (1970-2000)** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002 (Descobrimdo o Brasil).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). LÉNA, Philip et al. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992, pp. 259-290.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos/**Análises de documentos** – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009 – (coleção docência em formação. Série ensino fundamental/coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimento), pp. 325-338.
- BLOCH, Marc. **Análise histórica**. In: Apologia da História ou ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, pp 125-134.
- BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2ª ed. – Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas São Paulo: Editora Contexto, 2005, pp. 23-72.
- CHAMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e o Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade e Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. pp. 13-54.
- CARVALHO. Lucas Borges de. **A Censura Política À Imprensa na Ditadura Militar: Fundamentos e controvérsias**. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, vol. 59, n. 1, p. 79-100, 2014
- CASTRO, Hebe. História Social In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Pp. 79-99.
- CASTRO, Hebe. História Social In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Pp. 74-99.
- CIOCCARI. Marta; Carneiro, Ana. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – **Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Pará – Raimundo Ferreira Lima, O Gringo Brasília: MDA, 2010. pp. 253-274.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas.** Revista Gráfica Vol. 9 - enero-diciembre, 2012 - pp. 175-191.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 169-186.

MUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 263-280.

FERREIRA, Jorge. Entre o comício e a mensagem: o presidente Goulart, as esquerdas e a crise política de março de 1964. **Cultura política, memória e historiografia/** Org. Cecília Azevedo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 173-188.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo/**Violência, repressão e sociedade. 1ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016, p. 61-87.

FICO, Carlos. **“Prezada censura ”: cartas ao regime militar.** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. [Orgs.] FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRA, T, S. V. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas—** Rio de Janeiro Editora FGV, 2008.

FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: editora FVG, 2014. pp. 09-130.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História.** 8ª ed., Papirus: Campinas, 2009. pp. 29 – 134.

GASPARI, Elio. O exército acordou revolucionário. In. **A ditadura envergonhada.** 2. Ed. rev. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 85-126.

GINZBURG, Carlo. **Controlando a evidência: o juiz e o historiador.** In: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, ROGÉRIO F. (org.). Nova História. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 341-358.

GOFF, Le. **A História nova.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. pp. 26-54.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem.** 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOSEND, JACOB. **Combate nas trevas - A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada.** 5ª edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo, Ática, 1998. pp. 7-85.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**, trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 2013, pp. 7-240.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, pp.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários Nos tempos da imprensa alternativa**. Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, 2001, p. 05-215. Edusp

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Campinas, SP. 2001 (Tese de doutorado).

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009. pp. 7-142 (Coleção TRANS).

LÖWY, Michael. Cristianismo de Libertação e Marxismo: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos de 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina** /- 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michael. **Sobre o Conceito de “Afinidade Eletiva” em Max Weber**. PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 111-142.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 111-142.

LUCA, Tania Regina; MARTINS, Luiza. **História da imprensa no Brasil**. (organizadores). – 2. Ed 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José. **Impasses Político dos Movimentos Sociais na Amazônia**. Tempo Social; Ver. Sociol. Usp, S. Paulo, pp. 131-148, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003 (Descobrimo o Brasil),

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. **Imagem, história e ciência**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, vol.9, n.2, p.283-286, maio-ago. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. Topoi, v. 14, n. 26, jan. /Jul. 2013, p. 62-85.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Durbens M. Guerrilha no Brasil: uma crítica à tese de suicídio revolucionários em voga nos anos 80 e 90. **Revista Cantareira**, v. 1, n.5, abrset, 2004.

PEIXOTO, Rodrigo. Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set. – dez., 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado Mediação e Conflito na Região Araguaia Paraense**. Uris. Vol. 2, nº 2. Setembro de 2008. pp. 99-143.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **Clio**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 2, p. 5, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

PESSÔA, Fabio Tadeu de Melo, 1975- **O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985** Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História. – 2013 (Dissertação de Mestrado)

PESSOA, Fábio. T. M. **Bispo Comunista, Padres Subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no Sul do Pará durante o período militar**. Outros Tempos, Vol. 11, n.18, 2014, p. 61-82.

PESSOA, Fábio. T. M. Encontros de memória e história/Centro Sérgio Buarque de Holanda (Org) – **A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Luta Camponesa no Sul do Pará em Tempos de Ditadura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. pp. 103-118.

PESSOA, Fábio. T. M.; COSTA. **A Luta Pela Terra nas Páginas do Jornal O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Entre a Denúncia e a Formação Política dos Camponeses no Sudeste Paraense**. PERSEU: História, Memória e Política, v. 1, p. 59-82, 2017.

PETIT; CUÉLLAR. **O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012.

POLLAK, Michael. “**Memória, Esquecimento, Silêncio**”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.

REIS, José Carlos. **A escola Metódica, dita “positivista”**. In: A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte MG: Autêntica, 2006, p. 15-32.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves Silva. **Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação.** Cadernos de história da educação – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014. pp. 219-231.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar. **Vestígios do passado a história e suas fontes.** IX Encontro Estadual de História Anpuh-RS. Rio Grande do Sul, julho de 2008.

SANTOS, Edileuza dos. **Vila Arraias: Espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA-150.** Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. (Dissertação de Mestrado).

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo.** In: BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 39-62.

SILVA, Marcos. **Letramento no Ensino de História.** Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2º sem. 2011.

SILVA, Messias Francisco. **Funcionamento de discursos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) no sudeste do Pará no momento de redemocratização do país.** 2016. (Dissertação de mestrado).

SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. **A imprensa alternativa no Brasil: a experiência do jornal Movimento.** XVIII Encontro Regional Anpuh-MG, julho de 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Tradução Lólio Lourenço de Oliveira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Otávio Guilherme. A transamazônica. In: **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1981, pp. 145-160.

**ANEXO:****ANO I, N.º I, Maio de 1980.**

Capa: Apresentação; Grilões e Grilagens e Possesiros e o Latifúndio; Associação de Nova Jacundá (Arraias); Goianésia; Carta do Bispo ao General do “8”.

**ANO I, N.º2. Junho de 1980.**

Capa: Companheiros, 25 de julho é do dia de luta camponesa e a marcha pela reforma agrária; 25 de JULHO; Declaração; GETAT; Dedo duro; Repressão na Transamazônica; Mais um assassinado; Fala o Bispo; Resumo do quadro de TERROR criado pela GRILAGEM na rodovia PA-150; A MÃE DO GETAT É ESTE DECRETO;

**Ano I, N.º. 4 – Agosto de 1980.**

**Capa:** Lavrando o chão, Lavrando a Luta; Padre Paulo: Lutando pelas causas do Povo; GOIANÉSIA; GETAT; Denúncia ao governador; Coronel Penteado; Miniassembleia; charge.

**Ano I, N.º. 5 – Setembro de 1980.**

**Capa:** GETAT; Política da Terra: INCRA e GETAT; Palavras do Coronel Carneiro Leão; Mais uma do GETAT; Possesiros Unidos; Foco de Tensão e Solução do GETAT; Crime e Terror; Sociedade: somos fortes por que somos muitos; Peão Gaiato.

**Ano I, N.º.6 – Outubro de 1980.**

Capa: Povo de Deus, comunidade de fé e de Luta; Chamados a ser povo e “Homem novo”; Assembleias; Capitalismo e Socialismo; Grileiro invade terra de possesiros e A Terra é um Dom de Deus; Encontro de Lavradores; GETAT; Peão Gaiato e o GETAT.

**Ano I, N.º. 7 – Novembro de 1980.**

Capa: Conquistando o direito à posse da terra; Nosso problema; Possesiros Denunciaram GETAT; Miniassembleia; Possesiro e sua Resistência; GETAT – PM e Exército dá bombom; O bispo e a questão social; Gordos e Magros.

**Ano I, N.º.8 – Dezembro de 1980.**

Capa: Os trabalhadores estão de Luto; Nascendo a esperança; Esclarecimento; CPT de Denúncia GETAT; Possesiros Urbanos; Encontro de Jovens; PMDB; SINDICATO de Marabá;

Opressores x Oprimidos; Encontro de Trabalhadores – Marabá; Grileiro manda matar lavrador (Pa-150); Nota de protesto.

**Ano I, Nº. 9 – Janeiro de 1981.**

**Capa:** Zé Piau. O Posseiro assassinado por pistoleiro do grileiro Osanir Silva; Protesto na Mata; Mensagem do bispo Dom Alano; Ao povo da Pa-150; A defesa da posse; Solidariedade; GETAT”; Posseiros são liberados.

**Ano I, Nº. 10 – Fevereiro de 1981.**

**Capa:** Quem sabe faz a Hora não espera acontecer; A grilagem de terras; GETAT faz Reunião; Contratos e convênios do GETAT; Lavradores fazem abaixo-assinado; Grileiro Continua Ameaçando; Goianésia; A lei de segurança nacional contra a organização político-partidária; governo condena Sindicalistas; Como pensam os exploradores e como pesam os explorados?.

**Ano I, Nº. 11 – Março de 1981.**

**Capa:** Na luta quem enfrenta organizado ganha a terra quem corre perde e atrapalha; Esse GETAT tá demais; GETAT desrespeita o direito de posse e chama PF; Santarém; Conceição do Araguaia; Ipixuna; Polícia militar faz greve; Prev. Saúde; Projetos da Amazônia.

**Ano I, Nº. 11 – Janeiro de 1981 (Edição Especial).**

**Ano II, Nº. 13 – Maio de 1981.**

**Capa:** 1 ano contra a grilagem e o latifúndio denunciando as injustiças fortalecendo a organização dos trabalhadores, na luta contra a opressão; um ano gritando contra a opressão; Conceição do Araguaia; Polícia Federal; protesto dos lavradores de imperatriz (Getat); Poesia: o agricultor; ITERPA; Grito de Alegria no Cametaú; CONCLAT; Curso Bíblico – Arraias.

**Ano II, Nº. 14 – Junho de 1981.**

Capa: Preparando o dia 25 de julho; Comemorando as lutas e vitórias; **Reforma Agrária**; Paulo Fontelles denuncia assassinato do posseiro; Entidades fazer documento-denúncia; Goianésia e Eletronorte; Polícia – Goianésia; Pistoleiro manda prender e GETAT: Jagunço de grileiro; Política e golpe militar.

**Ano II, Nº. 15 – Julho de 1981.**

**Capa:** Reforma Agrária, Radical e Imediata; GETAT e Grileiro; De novo era Povo na Rua, 25 de Julho em Arraias e Goianésia; Fala de Ademir Andrade referente 25 de Julho; Investida de

grileiro; Sofrimento do Lavrador; De Novo Esse tal de GETAT e a violência; Goianésia: Polícia e João Pimenta;

**Ano II, Nº. 16 – Agosto de 1981.**

**Capa:** Querem calar o Grito ameaçando e prendendo, e o Povo reage; Prenderam Fogoió, mas o Grito não cala; Polícia Federal ameaça Igreja; Dom Alano denuncia novos conflitos; Posseiros resistem; Polícia Federal leva tiro de cartucheira em São Geraldo; O regime militar aguarda ansioso a criação do novo território Carajás ou Tocantins; GETAT e a complicada questão da terra; Declaração; Dois padres presos – São Geraldo.

**Ano II, Nº. 17 – Setembro de 1981.**

**Capa:** apresenta as áreas de maiores conflitos: Marabá, São Geraldo, água fria, Xinguara, Xambioá, Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia; Em defesa do Latifúndio; Padres foram levados para Brasília. Em quinze dias serão expulsos pelo governo Brasileiro; A rádio nacional: instrumento repressão; O que é um posseiro; Despejo – Gleba Café – Marabá; Goianésia; Dom Alano celebra na comunidade perseguida.

**Ano II – nº 18 – Outubro de 1981.**

Capa: Quem são os nossos opressores?; 5ª Assembleia do Povo de Deus; Igreja – Povo oprimido que se organiza para a libertação; Quem são nossos opressores?; Política e politicagem; Jesus cristo não fez politicagem, fez política; relata sobre o Partido, Sindicato, associação e comunidades eclesiais de base; Questão da Terra; título de 1892; violência e grilagem – caso dos padres.

**Ano II – nº 19 – Novembro de 1981.**

**Capa:** Nosso Brasil é um país de despejados; A grilagem e o latifúndio guarnecidos pelo poder dos opressores; Grilagem no cametaú posseiros continuam despejados; polícia assassina; política do ITERPA prende lavradores com ajuda de jagunço-Goianésia; prisão de posseiros em Arapixi; A associação e a grilagem de Arlindo; manobra do exército; Nota de protesto; Ato público pelos presos do Araguaia; cursos bíblicos sobre os profetas – Arraias; Comunidades em miniassembleia; Mensagem de Dom Alano.

**Ano II – nº 20 – Janeiro de 1982.**

**Capa:** Comunidade, Sindicato de Luta e Partido político; É hora do trabalhador entrar e participar no sindicato e na política; processo dos padres e posseiros do Araguaia; ENCLAT:

Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras do Pará; Companheiros, precisamos lutar e denunciar amplamente as perseguições que já sofremos; Missa de Solidariedade no Km 12 Pa 70; Encontro de jovens da PA-150; Dops; Hospital de São Domingos é conquistado pela pobreza.

**Ano II – nº 21 – Fevereiro de 1982.**

**Capa:** 2 anos da ADETUNI; Mais uma luta vencida; Processo dos Padres e Posseiros; O que faz o Major Curió; Posseiros em questão com o GETAT; Campanha da fraternidade de 1982 – Educação e Fraternidade; Alagados contra Eletronorte; Pistoleiro Mata enganado; Vila Rondon é Município;

**Ano II – nº 22 – Março de 1982**

**Capa:** uma crítica de um posseiro aos opressores; 1964: Quem fez esta Revolução?; Movimento Sindical; Crisma na PA -150; Luta pelo preço; GETAT; Polícia Federal Não Respeita Povo; Colonos querem Escola; Povo faz campanha pela liberdade; O povo é contra a LSN; A luta do Povo.

**Ano III – nº 26 – Janeiro de 1983.**

Capa: crítica social; E 1983 chegou...; Expropriados pela Eletronorte continuam a luta; grileiro ameaça de morte; Grileiro Ameaça de Morte Presidente de Sindicato de Marabá; Já faz 1 ano que Herondino foi Assassinado; Campanha da fraternidade de 1983: Fraternidade sim, violência Não!; Mais um Bárbaro assassinato em Nova Ipixuna; O Brasil foi para o FMI; Vereador do PDS deu sumiço em títulos do povo; Policial assassina morador em nova Ipixuna; A experiência do SNR Mangueira Viajando para São Paulo.

**Ano III – nº 28 – janeiro, 1983.**

**Capa:** A terra é pra quem trabalha nela; Relata de um incêndio em Jacundá; Dia do Lavrador em Jacundá; Serra Pelada; Participe da Romaria; Raiz é segurança da árvore; Relata sobre os Alagados de Tucuruí; Padres e Posseiros São Libertados; É natal; Libertação em São Geraldo; Associação criará Armazém; Delegados e PM são os terrores em N. Ipixuna; Banco assaltado em Jacundá; A piada do Getat; Eleições Diretas?; Eleições sindicais em Jacundá;

**Ano III – nº 29 – Dezembro**

**Capa:** Padres e Posseiros São Libertados; Delegado e Soldado são bandidos em N. Ipixuna; Feliz Natal Com Mais: Justiça –Paz, Liberdade – Terra, União – Força e Coragem; É Natal;

Libertação; Associação criará Armazém; Delegado e PM São os Terrors em N. Ipixuna; Banco assaltado em Jacundá; A piada do GETAT; Eleições Diretas? Eleições Sindicais em Jacundá.

**Ano IV – nº 30 – junho de 1984**

**Capa:** Eu quero é votar para presidente. Diretas já!; Chega de Exploração; Povo quer o Sespa; PA 150: Quilômetros de Atoleiros; Sindicatos rurais de Jacundá; Campanha Nacional Pela Reforma agrária; O ITERPA atrapalha tudo; Qual o preço dos nossos produtos;

**Ano IV – nº 31 – Agosto de 1984**

**Capa:** Companheiros é Hora de Levantar-se; Colonização do Iterpa; Reunião com o secretário da agricultura; Mais um Pelego; Eleição Sindical em Itupiranga; Sespa sem o médico; Vitória do Povo contra o Tubarão; Presidente Sindical assassinado em Tomé Açu conhecido por Benezinho.

**Ano V – nº 32 – Janeiro de 1985**

Editorial; Eleições Indiretas; Genocídio; Goianésia;

**Ano VI – nº 34 – Março de 1986 (Edição Especial).**

Relata sobre a carta de despedida do Padre Paulo aos posseiros.

**Ano 7 – nº 35 – Outubro, 1987.**

**Capa:** O que é a UDR?; Relata o significado da sigla; UDR e a violência no campo;